

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JULIO MESQUITA FILHO”**

**CAMPUS EXPERIMENTAL OURINHOS**

Bibiana Conceição Rezende

**OS ASPECTOS TERRITORIAIS E AS TERRITORIALIDADES DA CADEIA  
TÊXTIL NO PERÍODO DA GLOBALIZAÇÃO: UM ESTUDO DO BAIRRO  
PAULISTANO DA MOOCA**

Ourinhos/São Paulo

2017

BIBIANA CONCEIÇÃO REZENDE\*

**OS ASPECTOS TERRITORIAIS E AS TERRITORIALIDADES DA CADEIA  
TÊXTIL NO PERÍODO DA GLOBALIZAÇÃO: UM ESTUDO DO BAIRRO  
PAULISTANO DA MOOCA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à  
Universidade Estadual Paulista “Julio de  
Mesquita Filho” com o objetivo de obtenção do  
grau de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalhal

Ourinhos/São Paulo

2017

---

\* Bacharel em Geografia, *e-mail*: bibianarezende.c@hotmail.com

**Banca examinadora**

Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalho (Orientador)

---

Prof. Dr. Paulo Fernando Cirino Mourão

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Terezinha Brumatti Carvalho

---

Ourinhos, 8 de novembro de 2017

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a Deus pela vida que me foi dada, com todos os percalços que já teve, mas que é boa de ser vivida. Viver é um presente maravilhoso.

Gostaria de agradecer a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, sobretudo ao campus de Ourinhos, que mesmo com todas as dificuldades inerentes de sua condição de campus experimental proporciona a seus alunos as condições necessárias para que saíamos bons profissionais. Gratidão também a todos os funcionários da Unesp Ourinhos.

Aos professores, a todos eles, toda a minha gratidão por nos transmitir seu conhecimento. Em especial a professora Maria Cristina Perusi, que com tamanho amor e dedicação ao que faz nos recebe já no primeiro termo com tanta paciência e carinho; ao professor Lucas Labigalini Fuini, uma pessoa íntegra e excelente profissional, ao qual muito estimo e que me ensinou muito do que eu sei hoje; e por último, mas definitivamente não menos importante, ao professor Marcelo Dornelis Carvalhal, homem de um enorme coração, que me deu o grande prazer de ser meu orientador pelos últimos dois anos, agradeço profundamente por todo conhecimento comigo compartilhado, bem como por ter me permitido conhecer sua linda família.

Agradeço a todos os amigos e colegas de Unesp Ourinhos que me marcaram de alguma forma, em especial: Caio Campos Vicenté, Edmilson Soares, Victor Favarin, Julia Abrami, e todos os moradores da República Acasalar, que foi minha segunda casa durante esses anos. Agradeço também aquelas amigas que não continuaram essa caminhada comigo, mas que permanecem no meu coração, Débora Berlofa e Natália Nery. Agradeço também as minhas amigas, que direta ou indiretamente participaram dessa minha caminhada: Jéssica Nunes, Larissa Bueno, Larissa Mirela, Neuza Azevedo e Pâmela Honório. Gratidão imensa por ter vocês na minha vida e por todos os momentos compartilhados.

Ao meu amor, amigo e companheiro, Guilherme Mansano, que passou por tudo ao meu lado, compartilhando das angustias, tristezas, conquistas e alegrias. Da Unesp para a vida.

A todos os meus familiares, tias, avós e ao meu pai, gratidão pelos cuidados e amor que a mim dedicaram.

Agradeço também a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo fomento a essa pesquisa.

Por fim, agradeço imensamente a minha mãe, que não apenas me deu a vida, mas também dedicou e dedica sua própria vida a mim, que me deu seu amor incondicional de mãe, sempre me apoiou e acreditou em mim, mesmo quando eu mesma não o fazia. Foi tudo por você.

## APRESENTAÇÃO

O projeto do presente trabalho teve início no ano de 2015, onde foi pensado e desenvolvido quanto projeto juntamente com o Prof. Dr. Lucas Labigalini Fuini. O assunto surgiu de meu interesse para com a moda, tanto como consumidora, quanto como apreciadora. Dessa forma, juntamente com a bagagem adquirida até o momento, que me deu o aporte teórico para elevar tal interesse a um nível de pensamento crítico sobre o assunto, e após conversas com o então orientador, professor Lucas, o tema foi definido.

O projeto foi enviado para a FAPESP, porém no momento de sua aprovação o professor Lucas se desligou da universidade, sendo então necessária a mudança de orientação, tendo sido optado por passá-la ao Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalhal, orientador que me acompanhou até o fim deste presente trabalho. Com a mudança de orientação também houveram algumas mudanças no que tange a maneira como foram abordados alguns assuntos dentro da temática, bem como autores e bibliografias bases.

No decorrer do trabalho, que ao final teve duração de um ano e meio, ficou claro que alguns objetivos propostos não se tornariam viáveis de conclusão. A distância da área de estudo restringiu as visitas a campo, bem como a falta de conhecimento prévio da área. A visita a sindicatos do setor têxtil na cidade de São Paulo, que havia sido proposto como um dos objetivos também apresentou mais dificuldades do que era pretendido, pois a grande maioria desses com os quais houve tentativas de agendamento de visitas e entrevistas recusaram o pedido ou não tinham disponibilidade nas datas disponíveis a mim para ir até São Paulo. Dessa forma, está presente neste trabalho o resultado da única visita e entrevista a sindicato que conseguimos realizar devidas tais dificuldades apresentadas. A falta da proximidade com os sindicatos inviabilizou também a aproximação aos trabalhadores do setor, uma vez que os sindicatos seriam o meio para chegarmos até eles.

Também no que se refere às oficinas de confecção têxtil, durante conversas com o orientador, ficou decidido que a observação apenas de tais oficinas, sem a tentativa de aproximação as mesmas, seria a melhor opção, uma vez que a situação legal destas nos era desconhecidas. Durante o trabalho de campo no bairro da Mooca, onde as oficinas levantadas foram visitadas, ficou claro que a decisão de permanecermos apenas na observação destas foi a mais prudente.

Referente aos dados apresentados, levantados através de bancos de dados *on-line*, o fato de se referirem apenas à cidade de São Paulo e não ao bairro da Mooca se dá, pois, através dos bancos de dados aos quais tínhamos conhecimento e acesso, o nível de detalhe não comportava bairros.

Sendo assim, o presente trabalho é fruto de erros e acertos no que se refere à pesquisa, onde fica claro que apenas através dela é possível chegarmos a respostas. Acreditamos que dentro de nossas possibilidades, com todas as dificuldades inerentes da pesquisa, está contido neste presente trabalho o melhor que pudemos elaborar, onde desejamos contribuir para o leitor com discussões e reflexões acerca de nossa sociedade.

**Resumo:** O processo de globalização/mundialização do capitalismo está pautado na deslocalização das grandes empresas e em sua multiterritorialização em redes de filiais, subcontratadas e franqueadas, de menor porte, pelo mundo, em uma estratégia de controle de mercados e exploração da mais valia dos lugares pelas vantagens locacionais e baixos custos de produção. Um dos elementos sensíveis a essa desterritorialização e multiterritorialização é o da produção têxtil e de confecções, uma vez que se articula através de grandes marcas e grifes mundiais em uma ampla rede de oficinas de produção e costura, concentradas, sobretudo, em países periféricos. Uma vez que as facilidades são postas à determinada empresa para que esta se instale em determinada região, produz-se uma reorganização das relações de produção e trabalho, com impactos sobre o ordenamento do território. Sendo assim, a presente pesquisa trata da compreensão de como se dá a territorialização das indústrias no Brasil, em especial as do ramo têxtil/confecções no bairro-região da Mooca, localizado na Zona Leste da cidade de São Paulo. A pesquisa se pauta na averiguação das consequências que a (multi)territorialização em questão acarreta em três âmbitos: para as empresas, para os trabalhadores e para a sociedade de consumo.

**Palavras chave:** Territorialização; Globalização; Trabalho; Setor Têxtil.

**Abstract:** The capitalism globalization process is guided on the dislocation of big companies and their subsidiaries networks multiterritorialisation, subcontracted and franchised of smaller size, around the world, in a strategy of market's control and exploitation of added value, benefit of places by the local benefits and low manufacturer cost. One of sensitive elements of that deterritorialization and multiterritorialisation is the textile and clothing manufacturer, once, which articulates through major worldwide brands in a wide network of workshops manufacturer and sewing, contracted especially in peripherals countries. Once the facilities are put to determined company to installs themselves in a determined region, it is produced a reorganization of work and production relations, impacting on territory arrangement. Therefore, the present study treats about the comprehension of how the companies' territorialization in Brazil are made, in particular in the textile industry/clothing in the neighborhood-region of Mooca, located in the eastern zone of São Paulo city. The study is guided in the consequences inquiry



that the (multi)territorialization in question results in three scopes: for the companies, for the workers and for the consumer society.

**Key Words:** Territorialization; Globalization; Work; Textile Sector.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Empresas no subsetor da indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecido, entre os anos 1985 e 2013 na cidade de São Paulo .....	77
<b>Gráfico 2</b> – Trabalhadores e empresas no subsetor da indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecido, entre os anos 1985 e 2013 na cidade de São Paulo .....	78
<b>Gráfico 3</b> – Vínculo empregatício no subsetor da indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecido, entre os anos 1985 e 2013 na cidade de São Paulo .....	79
<b>Gráfico 4</b> – Valor adicionado fiscal da Indústria Têxtil entre os anos 2000 e 2012, na cidade de São Paulo e no estado de São Paulo .....	80
<b>Gráfico 5</b> – Vínculo empregatício por sexo no subsetor da indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecido, entre os anos 1985 e 2014 na cidade de São Paulo .....	81
<b>Gráfico 6</b> – Faixa etária dos trabalhadores do subsetor da indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecido, entre os anos 1985 e 2015 na cidade de São Paulo .....	80
<b>Gráfico 7</b> – Escolaridade dos trabalhadores do subsetor da indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecido, entre os anos 1985 e 2015 na cidade de São Paulo .....	83

## **LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 1</b> – Nacionalidade dos trabalhadores do subsetor têxtil na cidade de São Paulo entre os anos 2000 e 2015 .....	82
<b>Tabela 2</b> – Casos autuados como trabalho escravo em oficinas têxteis.....	93

## **LISTA DE FIGURAS E IMAGENS**

<b>Figura 1</b> – Brooksfield Doona é flagrada utilizando trabalho escravo em sua confecção .....	90
<b>Figura 2</b> – Oficina têxtil da Casas Pernambucanas em condições de precarização .....	93
<b>Imagem 1</b> – Localização do Sindivestuário em São Paulo.....	98
<b>Imagem 2</b> – Mapa de localização do bairro da Mooca.....	103
<b>Imagem 3</b> – Cotonofício Rodolfo Crespi .....	105
<b>Imagem 4</b> – Galpão industrial localizado no bairro da Mooca.....	107
<b>Imagem 5</b> – Mapa de localização dos pontos visitados, oficinas de confecção têxtil Cotonofício Rodolfo Crespi .....	111

## **LISTA DE SIGLAS**

ABVTEX – Associação Brasileira do Varejo Têxtil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CPTM – Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FHC – Fernando Henrique Cardoso

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

InPACTO – Instituto do Pacto Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo

LAI – Lei de Acesso à Informação

LER – Lesão por Esforço Repetitivo

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não Governamental

PL – Projeto de Lei

RAIS – Relatório Anual de Informação Social

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. A GLOBALIZAÇÃO E O TERRITÓRIO: DITANDO NOVAS DINÂMICAS TERRITORIAIS.....	17
2. O CAPITAL COMO AGENTE FORMADOR E TRANSFORMADOR DO ESPAÇO.....	21
2.1 A atuação do capital .....	21
2.2 Capitalismo e comércio exterior.....	25
2.3 O Estado como agente facilitador.....	27
2.4 O espaço que se faz, desfaz e refaz .....	29
2.5 O capitalismo como agente transformador do território brasileiro.....	32
3. A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA.....	40
3.1 A acumulação flexível: seus impactos nas relações de trabalho .....	44
3.2 A produção flexível: terceirização e a precarização do trabalho.....	48
4. A INSERÇÃO DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL DA DÉCADA DE 90 ....	52
4.1 Um esboço do cenário brasileiro pré-neoliberalismo .....	57
4.2 A desindustrialização que abre as portas para o neoliberalismo .....	58
4.3 Os desdobramentos do neoliberalismo no mundo do trabalho.....	60
5. DESEMPREGO E PRECARIZAÇÃO .....	66
5.1 As formas de trabalho que surgem em uma crise de desemprego.....	70
6. O SETOR DE CONFECÇÃO TÊXTIL NO BRASIL.....	76
6.1 Perfil dos trabalhadores .....	80
6.2 O caso da Levi Strauss do Brasil.....	86
6.3 As formas extremas de precarização do trabalho: trabalho escravo na confecção têxtil.....	89
7. ENTREVISTA NO SINDIVESTURÁRIO .....	97
8. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: O BAIRRO MOOCA.....	103
8.1 Histórico têxtil.....	104

8.2 As oficinas de confecção têxtil no bairro da Mooca .....	107
CONCLUSÃO.....	112
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	116
ENDEREÇOS ELETRÔNICOS .....	117
ANEXO .....	120

## INTRODUÇÃO

Para o presente trabalho foi proposta a análise da indústria do setor têxtil sob uma ótica da globalização e seus desdobramentos. Para tanto é necessário entender a maneira como se dá a globalização e como esta afeta o meio, pensando-a de maneira crítica. Para a análise crítica da globalização e da maneira como ela se manifesta nas dinâmicas industriais foi utilizada a obra de Milton Santos (2000), onde o autor contrapõe paradigmas e apresenta o outro lado do conceito. Esse outro lado da globalização que o autor nos mostra é fundamental para chegarmos ao ponto essencial do presente trabalho: o aumento da produção flexível como principal forma de produção e seus negativos desdobramentos, sobretudo para os trabalhadores.

Partindo para a territorialização utilizamos autores como Manuel Castells (2000) para entendermos as dinâmicas territoriais das indústrias, o modo como estas se instalam e modificam o meio em que se inserem. Através da produção flexível e com os adventos da globalização, tais indústrias, fábricas e empresas se fragmentaram e se instalaram em diversos locais trazendo consequências positivas e negativas nessa escala espacial.

Ao entender o capitalismo como um agente formador do espaço, é possível compreender que o mesmo age sobre este de maneira a deixá-lo favorável as suas ações, sendo suas consequências perceptíveis nas diversas camadas da sociedade, porém sendo sempre ele mesmo o maior beneficiário dessas dinâmicas de desterritorialização e reterritorialização, como nos apresenta Haesbaert (2004).

Tais ações são realizadas no sentido de aumentar o ritmo de produção, bem como aumentar a demanda, tendo o *marketing* como seu principal aliado para essa função. Isso para que o capitalismo se mantenha “saudável”, na tentativa de evitar ou contornar possíveis crises no capitalismo, crises essa que para Marx, eram inevitáveis, pois são endêmicas ao próprio sistema de acumulação capitalista (HARVEY, 2005). Para manter esse “sistema” saudável, todas as engrenagens deste devem girar de maneira sincrônica, mantendo o ritmo de produção, a demanda e também as condições ideais de mão de obra, em nome do lucro crescente e de sua prosperidade.

Dentro de tais dinâmicas espaciais realizadas pelo capitalismo, a fragmentação de grandes empresas multinacionais é uma das facetas que promovem a desterritorialização e reterritorialização, com a finalidade de desenvolver as multiterritorializações as quais Haesbaert (2004) se refere.

O início dos processos de desregulamentação do mercado de trabalho e da desindustrialização precederam, e de certa forma permitiram, a posterior implementação de uma política neoliberal no Brasil. A chegada do governo neoliberal no Brasil acarretou em diversas privatizações que contribuíram para o aumento da taxa de desempregados, uma vez desempregados esses trabalhadores se viram obrigados a recorrer a outras formas de emprego, entre elas estão o trabalho informal e o autônomo.

Compreenderemos ao longo do presente trabalho como as mudanças estruturais nas indústrias, que aconteceram através da reestruturação produtiva, influenciaram econômica e socialmente o Brasil a partir da década de 1980, popularizando dentro da esfera empresarial práticas como a flexibilização e terceirização.

A fragmentação das grandes empresas e multinacionais por vezes gera consequências como a precarização do trabalho, devido ao uso frequente de métodos como a terceirização. A terceirização, adotada como método de redução de custos, implica no rebaixamento geral das condições de trabalho, tanto em relação à remuneração, quanto aos direitos sociais aliados ao emprego formal. Nesse aspecto o enfoque no trabalhador precarizado mostra-se essencial para o entendimento da espacialização do setor, pois se constitui elemento essencial para garantir a reprodutividade do capital.

Assim como diversos outros setores, a indústria de confecção se encontra bastante difundida na cidade de São Paulo, pois como veremos, a cidade possui características atrativas para o setor, um deles, como iremos analisar, é a mão de obra barata e não qualificada, e conta também com a disposição de meios fixos que promovem o rápido fluxo de produtos, como Santos & Silveira (2001) nos apresentam.

O bairro da Mooca foi escolhido como recorte espacial devido ao seu histórico com a indústria têxtil, bem como sua proximidade com os bairros do Brás e Bom Retiro, característicos pela produção e, principalmente, comercialização de peças de vestuário e demais artigos têxteis. Sendo assim, realizaremos ao longo desse trabalho, a leitura científica sobre o capitalismo contemporâneo, com enfoque nos estudos sobre globalização, mundialização, reestruturação produtiva, acumulação flexível e dinâmica territorial do capital.

Sendo assim, ao longo do presente trabalho será possível a compreensão de tais dinâmicas do capitalismo e como estas embasaram a territorialidade industrial no nosso país, bem como precarizaram as relações e condições de trabalho, tonando possível que



em pleno século XXI seja possível encontrar trabalhadores em condições extremas de precarização, condições essas que podem até mesmo caracterizar situação de trabalho análogo à escravidão.

## 1. A GLOBALIZAÇÃO E O TERRITÓRIO: DITANDO NOVAS DINÂMICAS TERRITORIAIS

Milton Santos (2000) apresenta o conceito de globalização sob uma ótica singular, como uma fábula, como perversidade e como uma possibilidade, onde o autor propõe uma outra globalização, diferente dos moldes em que está imposta e inserida.

Ao apresentar a globalização como fábula, Milton Santos contrapõe ao que é uma das características da mesma, o encurtamento das barreiras, sobretudo da comunicação. De fato, a globalização encurtou as distâncias, porém seu maior feito foi o de aprofundar as diferenças locais.

Fala-se, por exemplo, em aldeia global para fazer crer que a difusão instantânea de notícias realmente informa as pessoas. A partir desse mito e do encurtamento das distâncias — para aqueles que realmente podem viajar — também se difunde a noção de tempo e espaço contraídos. É como se o mundo se houvesse tornado, para todos, ao alcance da mão. (SANTOS, 2000, p. 18-19).

Ainda que a informação atinja hoje uma quantidade maior de pessoas se comparado ao século passado, continua sendo grande a quantidade que não tem acesso a essa. Outra questão é a qualidade e veracidade de tal informação, deve-se ter em mente que nem toda informação que circula é verídica e sem intencionalidades, além da informação é necessário levar também a consciência crítica ao maior número de pessoas.

Fala-se na aldeia global, na queda das barreiras, tanto da informação quanto para o capital, um facilitando o avanço do outro. A era técnico-científica-informacional nos traz tecnologias que permitem rapidez na transferência de informação, ponto principal para a ampliação do mercado: "E o mercado, graças exatamente à ciência e a técnica, torna-se um mercado global." (SANTOS, 2001, p. 238).

Manuel Castells fala de uma economia informacional, global e em redes, que surge nessa escala global em 1980:

É informacional porque a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes nessa economia (sejam empresas, regiões ou nações) dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos. É global porque as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação, assim como seus componentes (capital, trabalho, matéria-prima, administração, informação, tecnologia e

mercador) estão organizados em escala global, diretamente ou mediante uma rede de conexões entre agentes econômicos. É rede porque, nas novas condições históricas, a produtividade é gerada, e a concorrência é feita em uma rede global de interação entre redes empresariais. (CASTELLS, 2000, p. 119).

Nessa aldeia ou teia global as particularidades locais que poderiam ser um empecilho ao mercado já não o são, pois a lógica do capital e até mesmo algumas regras acabam por serem acatadas, "A diferença, antes as formas anteriores do meio geográfico, vem da lógica global que acaba por se impor a todos os territórios e a cada território como um todo." (SANTOS, 2001, p. 239).

As empresas e indústrias que antes se concentravam em apenas um determinado local, passam então a se fragmentar e se instalar em diversos países ou cidades, passam a ser empresas globais, buscando o que cada um desses tem a melhor lhe oferecer, "Esse ciclo vicioso - ou virtuoso? - depende da fluidez das redes e da flexibilidade dos regulamentos." (SANTOS, 2001, p. 241). A fluidez da comunicação permite com que todos os setores se comuniquem de maneira rápida, tonando a proximidade física espacial dispensável. Sendo assim:

Consequência mais estritamente geográfica, diminui a arena de produção, enquanto a respectiva área se amplia. Restringe-se o espaço reservado ao processo direto da produção, circulação, distribuição e consumo. (SANTOS, 2001, p. 240).

Ou seja, alguns locais concentram atividades dinâmicas, integrando-se às redes globais do circuito acumulativo do capital.

Estabelece-se então o que Milton Santos (2001) chama de "guerra dos lugares", onde ocorre não apenas uma guerra, mas também um jogo de interesses entre empresas e governanças, estando em jogo sempre uma maior rentabilidade, que na maioria das vezes favorece as grandes empresas:

Essa rentabilidade é maior ou menor, em virtude das condições locais de ordem técnica (equipamentos, infra-estrutura, acessibilidade) e organizacional (leis locais, impostos, relações trabalhistas, tradição laborai). (SANTOS, 2001, p. 166).

Assim como na compra e venda de um produto, por exemplo, nessa guerra dos lugares e jogo de interesses, determinado local ou região deve estar constantemente dispondo de recursos que sejam interessantes para a empresa ou indústria que se

instalou, seja algum recurso natural, algum recurso tecnológico, mão de obra qualificada ou não, ou até mesmo alguns recursos locais, por exemplo, uma determinada cidade que possui amplos terrenos para construção de galpões para uma fábrica. Sendo então uma relação de interesse, sobretudo por parte da empresa, uma vez que determinado recurso se esgote ou haja melhores condições, sejam elas das mais diversas naturezas, essa empresa migrará para esse outro local, “Fal produtividade pode não ser duradoura, desde que outro lugar passe a oferecer àquele produto melhores vantagens comparativas de localização.” (SANTOS, 2001, p. 166).

É dessa maneira então que uma empresa global, escolhe o local onde irá se estabelecer,

Os lugares se especializam, em função de suas virtualidades naturais, de sua realidade técnica, de suas vantagens de ordem social. Isso responde à exigência de maior segurança e rentabilidade para capitais obrigados a uma competitividade sempre crescente. (SANTOS, 2001, p. 167).

Conforme já dito, muitas dessas empresas globais se fragmentam, assim sua matriz costuma se instalar em grandes centros urbanos, enquanto seus fragmentos buscam os lugares que possuam melhores atrativos para a mesma.

A globalização facilitou não apenas as comunicações, mas trouxe também diversos males, como por exemplo, o alto índice de desemprego devido à alta rotatividade de pessoas em seus cargos. Não apenas desemprego, a globalização permitiu também que diversas mazelas se espalhassem por todos os cantos do mundo, graças aos comportamentos competitivos característicos das ações hegemônicas, ou seja, práticas realizadas por muitos. Essa é uma das faces da globalização como perversidade que Milton Santos nos apresenta,

A perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas. Todas essas mazelas são direta ou indiretamente imputáveis ao presente processo de globalização. (SANTOS, 2000, p. 21).

Essa alta rotatividade de trabalhadores em seus cargos se dá devido ao exército industrial de reserva, que consiste em um número de pessoas sem trabalho aptas a ocupar os cargos que estejam livres. Isso dá às empresas a garantia de que sempre haverá trabalhadores para desenvolver as funções de produção. Sendo assim, uma vez

que determinado trabalhador não mais cumpra com sua função da maneira como é exigida pelo empregador, esse trabalhador pode ser dispensado, pois seu trabalho é facilmente substituível por outro.

É interessante e necessário que haja sempre um grande número de pessoas desempregadas. Essa constante demanda de trabalhadores procurando por emprego contribui para a precarização do trabalho, pois para cada trabalhador insatisfeito com as condições de trabalho a ele impostas, ou até mesmo que não esteja mais apto a exercer suas funções devido a problemas de saúde causados pelo trabalho, por exemplo, há dezenas de outros trabalhadores prontos para assumir esse cargo. Essa é a condição essencial para a formação de trabalhadores sob o capital, trabalhadores sem muitas alternativas. Falaremos mais sobre o assunto ao longo do trabalho.

## **2. O CAPITAL COMO AGENTE FORMADOR E TRANSFORMADOR DO ESPAÇO**

### **2.1 A atuação do capital**

De diversas formas o capital exerce suas condições, molda, produz, reproduz e desfaz o espaço. Através da leitura de alguns autores que versam sobre o assunto, iremos dialogar para entendermos a maneira como isso acontece, suas consequências e como isso dialoga com o tema do presente trabalho levando essas consequências tanto a nível espacial e econômico, quanto a nível social, entrando aí em nosso mote que são os trabalhadores.

O capitalismo pode atuar de diferentes maneiras, em diferentes intensidades e em diferentes lugares, porém seu objetivo é sempre o mesmo, o acúmulo de capital, a acumulação é o seu motor único, o qual deve estar sempre funcionando a um determinado ritmo, de maneira que o capital continue –saudável”. David Harvey (2005) nos mostra, embasado pela teoria marxista, que para que um meio de produção possa ser eficiente há fatores fundamentais que necessitam acontecer de maneira harmoniosa, uma vez que essa harmonia não acontece isso gera uma crise no modo de produção, que pode levar ao seu fim, dando assim espaço para que outro meio de acumulação possa prevalecer. No sistema capitalista de produção são criadas, pelo próprio sistema, o que Marx chama de barreiras para o próprio desenvolvimento do sistema, sendo assim, as crises no sistema capitalista de produção são endêmicas ao próprio sistema, gerada e beneficiada pelo próprio.

David Harvey (2005) apresenta as situações das quais um meio de acumulação necessita para que haja um progresso, sendo basicamente necessária a existência de um excedente de mão de obra, seja através de estímulos ao crescimento populacional ou de correntes migratórias; a existência no mercado de quantidades necessárias de máquinas, matéria-prima e infraestrutura, física ou não; e a existência de um mercado para absorver as crescentes quantidades de mercadoria produzidas.

O capitalismo gera uma demanda acelerada de produtos que tem por finalidade a redução no custo de fabricação e o maior valor de mercado que ele pode ter, enquanto isso os trabalhadores recebem sempre o mínimo, diminuindo o poder aquisitivo do que

o autor chama de “massa”, isso gera um excedente de produtos, pois a população não é capaz de acompanhar o ritmo de produção do capital.

É importante destacarmos esse fato dos trabalhadores receberem como salário sempre o mínimo. Esse salário mínimo também traz consigo as condições mínimas de saúde, através do sistema público de saúde oferecido pelo Estado, bem como condições mínimas de moradia, educação, etc. Tudo isso não pode ser tratado como mero acaso, pois não o é. Essas condições mínimas serão as garantias de que esses trabalhadores permaneçam nessa condição, lhe é oferecido o mínimo para que este continue apto a exercer sua função de trabalhador e tenha certo poder de compra – pois isso é essencial para o capitalismo como veremos mais adiante – porém que não seja o suficiente para que esse trabalhador ascenda socialmente e seja capaz de deixar essa sua condição prévia. Será interessante também que os filhos desses trabalhadores tenham sempre essas condições mínimas e assim reproduzam a realidade de seus pais, vindo a se somarem a massa de proletários para o capitalismo. Podemos dizer que essa situação é o determinismo causado pelo capitalismo e que também é condição da reprodução social para a continuidade do sistema capitalista.

Na teoria marxista a sociedade é, em uma explicação básica, dividida em polos, onde de um lado se encontram os capitalistas, e no outro os trabalhadores assalariados, sendo assim, a acumulação de riqueza que acontece nesse primeiro polo, o dos capitalistas, acontece através de mazelas que atingem o segundo polo, dos trabalhadores assalariados, mazelas como acumulação de miséria, escravidão, ignorância, etc. Esse é mais um ponto que nos mostra que a precarização de uma sociedade como um todo é condição para a produção e reprodução “saudável” do capital.

David Harvey (2005) deixa claro, que para Marx, esse excedente de produtos não inclui produtos da real necessidade humana, esse tipo de produto não sofre com essa superprodução do capitalismo. Sendo assim, a superprodução do capitalismo é algo em potencial para gerar uma crise no sistema, outras manifestações de uma crise são: o desemprego e o subemprego crônico, excedente de capital e falta de oportunidade de investimento, taxas decrescentes de lucro e falta de demanda efetiva no mercado.

Tais manifestações que podem acarretar em uma crise afetam não apenas o sistema capitalista de produção e de acumulação, mas também a maior parte, se não todas, as camadas da esfera social, tendo também por consequência as lutas de classes e os movimentos revolucionários. Neste momento a única solução para sustentar o

sistema capitalista seria uma renovação na acumulação, sendo realizada nas condições apropriadas para sua melhor eficiência. É por esse motivo que, segundo David Harvey (2005), após uma situação de crise, as medidas tomadas devem acarretar na expansão da capacidade produtiva e renovação das condições de acumulação.

Outra saída para essa crise eminente do capital é o empréstimo do excedente produzido para países estrangeiros, o lucro obtido nessa transação pode vir a sanar o problema, uma vez que Marx aponta como tendência para uma crise do capitalismo, a produção exagerada de produtos e a sociedade não conseguindo acompanhar esse giro de capital, fazendo com que haja esse excedente.

[...] podemos deduzir um impulso dentro do capitalismo para criar o mercado mundial, para intensificar o volume de troca, para produzir novas necessidades e novos tipos de produtos, para implantar novos recursos produtivos em novas regiões, e para colocar toda a mão-de-obra, em todos os lugares, sob dominação do capital. (HARVEY, 2005, p.117).

Ainda se utilizando da teoria marxista, David Harvey (2005) fala sobre o crescimento populacional como saída para essa crise ou para impedir que essa aconteça, mesmo o autor deixando claro que tal crise é praticamente inevitável. Essa população a qual se refere é para Marx dividida em três categorias: latente, flutuante e estagnada. Nesse caso, essas duas primeiras categorias seriam as responsáveis pelo aumento da força de trabalho e conseqüentemente alimentariam a acumulação capitalista.

Vale lembrar como que na teoria marxista essa crise devido ao excedente de produtos acontece, David Harvey (2005) nos resume:

Numa determinada sociedade civil, vista como um sistema fechado, a acumulação vai se acelerar até serem absorvidos todos os elementos latentes e serem alcançados os limites do crescimento natural da população.” (HARVEY, 2005. p. 119).

Visando sempre uma maior rotatividade de produtos que significarão mais acumulação de capital, a rapidez de informação, bem como do transporte se torna fundamental.

O modo capitalista de produção fomenta a produção de formas baratas e rápidas de comunicação e transporte, para que “o produto direto possa ser realizado em mercados distantes e em grandes quantidades”, ao mesmo tempo em que “esferas de realização para o trabalho, impulsionadas pelo capital” podem se abrir. (HARVEY, 2005, p. 50).



Sendo assim, para o capital há interesse direto na redução com os custos no transporte de mercadorias, uma vez que o processo de acumulação não se inicia antes da transformação do produto em dinheiro, ou seja, não antes que a mercadoria seja adquirida por um comprador. Diminuindo os custos com o transporte aumenta-se a margem de lucro, e quanto mais rápido o produto estiver disponível para o consumo, mais rápido será vendido e mais rápido será o giro do capital, aumenta-se o excedente e intensificando o processo de acumulação, e o contrário: “Quanto mais longo é o tempo de giro de determinado capital, menor é o rendimento anual da mais-valia.” (HARVEY, 2005, p.50).

Por isso o interesse na localização geográfica também é grande, uma vez que encurtar a distância entre a fabricação do produto e seu comprador é uma maneira de também diminuir ou extinguir o tempo de transporte. “A expansão geográfica e a concentração geográfica são ambas consideradas produtos do mesmo esforço de criar novas oportunidades para a acumulação de capital.” (HARVEY, 2005, p.52).

Pode-se notar a relação entre a circulação e giro do capital com a configuração espacial. Através dessa necessidade em diminuir o tempo de transporte das mercadorias, os grandes centros urbanos se tornaram, sobretudo, centros de fabricação e comércio, contribuindo diretamente para a migração da população dos centros urbanos para as periferias, dando início a processos como deterioração de centros antigos, criação de novos centros e periferização da população, que foram forçados a se retirarem dos centros e migrarem para as periferias urbanas, esse processo é muito claro quando se toma a cidade de São Paulo como exemplo. Essa instalação do capital acontece de maneira física, como com a instalação de fábricas, não passíveis de serem destruídas ou removidas, boa parte das vezes. Esse é um dos exemplos da ação do capital quanto agente transformador do espaço.

Assim, o capital passa a ser representado na forma de uma paisagem física, criada como valor de uso, acentuando a acumulação progressiva do capital numa escala expansível. A paisagem geográfica, abrangida pelo capital fixo e imobilizado, é tanto uma glória coroada do desenvolvimento do capital passado, como uma prisão inibidora do progresso adicional da acumulação, pois a própria construção dessa paisagem é antiética em relação à “derrubada das barreiras espaciais” e, no fim, até à “anulação do espaço pelo tempo”. (HARVEY, 2005, p 53).

Sendo assim, os capitalistas moldam o espaço de maneira distinta conforme sua necessidade, uma de suas principais preocupações é quanto ao transporte, quanto mais rápido o produto chegar às prateleiras, por exemplo, para se tornar uma mercadoria passível de compra, melhor é para o capitalista. Dessa forma, a localização das fábricas e indústrias é fundamental, a proximidade da mesma de rodovias, ferrovias ou até mesmo portos é de extremo interesse para o capital. Para a mobilidade do capital é então necessário tanto infraestruturas fixas, como prédios e vantagens de transporte, quanto sociais fixas, mão de obra de qualidade e pesquisas, esse último, pensando em um cenário ideal que muitas vezes, quase em sua maioria, não é a realidade. Mais adiante veremos como essa lógica territorial do capital se deu no Brasil no que tange a configuração espacial das indústrias.

## **2.2 Capitalismo e comércio exterior**

David Harvey (2005) mostra os dois diferentes pontos de vista que Marx considera o comércio exterior:

[...] em primeiro lugar, como atributo do modo capitalista de produção, e, em segundo lugar, como fenômeno histórico relativo à evolução da formação social capitalista nas sociedades pré-capitalistas, gerando diversas formas sociais intermediárias (como colônias, economias baseadas na monocultura, economias dependentes, etc.). (HARVEY, 2005, p.55).

Essa sociedade pré-capitalista é vista como um novo espaço para acumulação, sendo considerado um mercado virgem pronto para receber a tendência capitalista de superprodução de mercadorias. Portanto, segundo Marx, uma vez que todas as sociedades sejam completamente inseridas na rede capitalista, a acumulação deverá cessar, o capital irá destruir ou apropriar-se de todos os meios de acumulação.

O capitalismo tenderá então a transformar o que em um determinado país, por exemplo, seria algo sem grande valor, ou até mesmo que tenha apenas valor de uso, em exportação com alto valor de troca, a ser considerado luxo. Podemos considerar esse como o princípio básico das formas de comércio mais utilizadas hodiernamente, a exportação de produtos primários e importação de produtos manufaturados. Porém, se deve ter em mente que o fato de que certos produtos são exportados não significa que o sejam por não terem utilidade ou demanda dentro do próprio país que o produz, mas sim porque o outro país obterá maior margem de lucro sob esse produto, portanto lhe é mais interessante comprá-lo. Trata-se de um tipo de exploração, onde esse segundo país

explora o primeiro, mesmo que haja ganho da primeira parte, pois o ganho dessa não será equivalente ao ganho que o segundo país terá através desse produto.

A maneira como o capitalismo se encontra estabelecido, ou até mesmo imposto na nossa sociedade pode fazer alguns acreditarem que assim o é de maneira universal, porém essa é uma falsa sensação, pode-se assim dizer, “[...] há boas razões *teóricas* para supor que o sistema capitalista de *produção* não poderia e nem pode se tornar universal em seu alcance. Isso exigiria a equalização dos lucros, por meio da competição, numa escala global.” (HARVEY, 2005, p.62). Para que houvesse essa equalização dos lucros todos os tipos de barreiras teriam que ser superadas, tais como: “livre comércio, moeda universal, sistema de crédito, “abolição de todas as leis que impedem os trabalhadores de se transferirem de uma esfera a outra da produção, e de uma localidade a outra”, e assim por diante.” (HARVEY, 2005, p.62).

Através dos pontos abordados por David Harvey, baseado em Marx, conclui-se que o capitalismo se tornará ao final a maior barreira contra o seu próprio desenvolvimento. Da mesma maneira como os modos de produção anteriores ao capitalismo, em determinado momento este se tornará insustentável devido as suas próprias exigências e consequências. “Para o capitalismo sobreviver, deverá existir ou ser criado espaço novo para a acumulação.” (HARVEY, 2005, p. 64).

Antes de seu fim, o modo de produção capitalista se tornaria mais lento, gerando problemas tanto na esfera econômica quanto na social. Caso não haja esse fim, a tendência é que não haja mais espaço para a acumulação adicional, sendo uma saída o crescimento populacional para aumentar a demanda e a criação de novos desejos e necessidades.

A moda aparece como exemplo deste circuito de criação-destruição incessante da mercadoria, num arranjo que contempla todos os setores da cadeia têxtil-confecção, naquilo que MÉSZÁROS (2005) menciona como tendência a taxa decrescente de uso da mercadoria.

Tal marco estrutural da ordem sócio-metabólica do capital (MÉSZÁROS, 2005) impõe aos trabalhadores uma adequação às formas de intensificação da produção para atendimento de cadeias globais de comercialização que irrompe barreiras alfandegárias e protecionistas, provocando uma internacionalização do mercado de trabalho, com efeitos deletérios para os trabalhadores.

O acirramento das contradições evoca a necessidade do controle, neste sentido o Estado é a criação burguesa que permite a sustentação da sociedade piramidal do capital.

### **2.3 O Estado como agente facilitador**

Através de Engels, David Harvey (2005) nos diz que o Estado é fruto da própria sociedade que uma vez que se encontrava em autocontradição, necessitava de um mediador para os conflitos que nela surgiam, porém, apesar de nascido da sociedade, o Estado se encontra acima desta.

O Estado, que é criado pela sociedade, devido a necessidades da mesma, é o mesmo Estado que domina as classes através de leis, por exemplo. Esse Estado também irá delegar certo tipo de poder a certos membros da sociedade que dominarão os demais, como guardas e policiais. Do mesmo modo, certa classe mais abastada, tanto de conhecimento como de capital, também representará o Estado, sobretudo no que tange a hegemonia, dominando as demais classes. Harvey considera então que o Estado pode ser representado como idealização abstrata do interesse comum.

Um dos principais papéis do Estado para o capitalismo não é servir aos interesses da sociedade, mas sim aos interesses do capital. Dessa forma o Estado tem o papel de facilitar as ações do capital dentro de seu território. É dever do Estado remover as barreiras que vierem a surgir para garantir a mobilidade do capital, bem como o trabalho, que é o principal meio para a acumulação

A garantia do direito da propriedade privada dos meios de produção e da força de trabalho, o cumprimento dos contratos, a proteção dos mecanismos de acumulação, a eliminação das barreiras para a mobilidade do capital e do trabalho e a estabilização do sistema monetário (via Banco Central, por exemplo) estão todos dentro do campo de ação do Estado. (HARVEY, 2005, p.84).

Sendo assim, não há como o Estado capitalista não ser um instrumento de dominação de classe, uma vez que sua principal função é sustentar a relação entre o capital e trabalho, bem como é ele mesmo que garante as condições necessárias para a exploração do trabalho, como por exemplo, através da legislação do salário mínimo – já aqui citada - e quantidade máxima de horas de trabalho.

David Harvey (2005) resume o que é, na teoria marxista, as funções mínimas do Estado:

[...] a igualdade e a liberdade de troca devem ser preservadas, o direito da propriedade tem de ser protegido, os contratos precisam ser cumpridos, a mobilidade deve ser preservada, os aspectos ~~anárquicos~~ e destrutivos da competição capitalista têm de ser regulados, e os conflitos de interesse entre frações do capital precisam ser arbitrados para o ~~bem~~ comum” do capital como um todo. (HARVEY, 2005, p. 85).

O autor afirma que ~~“~~Depois de ler Marx, é muito difícil imaginar o nascimento do capitalismo sem o exercício do poder estatal e sem a criação de instituições estatais, que preparara o terreno para a emergência das relações sociais capitalistas inteiramente bem desenvolvidas.” (HARVEY, 2005, p.92). Esse foi o caso do Brasil, como bem aponta o autor.

O capitalismo e o Estado sempre tiveram uma relação estreita, podemos até mesmo dizer que de sustentação, mesmo que os papéis e algumas características dessa relação tenham mudado ao longo do tempo, o fato de serem ligados e dependentes é um fato.

De um modo ou outro, o Estado capitalista precisa desempenhar suas funções básicas. Se não conseguir fazer isso, então esse Estado deve ou ser reformado, ou então o capitalismo deve dar lugar a algum outro método de organizar a produção material e a vida cotidiana. (HARVEY, 2005, p.93).

Podemos então perceber o quanto a aliança entre Estado e capitalistas, ou aliança capitalista e regional, é forte e necessária, dessa maneira os interesses sociais, muitas vezes, passam a não ser prioridade do Estado, criando aí um cenário favorável para que aconteçam as lutas de classes e movimentações sociais.

Foi possível até o momento ver a maneira como o capitalismo molda a sociedade para que esse possa melhor lhe servir. É fácil notar essa atuação do capital quando passamos a escala para o nível das cidades.

Tratada como *urbanismo empreendedor*, é apresentada por David Harvey (2005) como a própria cidade que se torna empreendedora. Além do fato de haverem governanças que facilitam a instalação de empresas, indústrias e fábricas, visando o interesse econômico em detrimento do social, a cidade é moldada de maneira que se torne atrativa quanto ao consumo. A própria construção de *shopping centers* e a

preocupação com a estética dos centros de comércio, entre outras atividades que são, sobretudo, voltadas para o consumo, nos mostrar esse urbanismo empreendedor do qual o autor trata. Nesse caso, quando se trata de metrópoles essas características ficam ainda mais nítidas, o Estado e as governanças locais se esforçam então para apresentar a cidade como um “ambiente favorável para negócios”, podemos compreender isso como o esforço para apresentar a cidade de maneira a ser atraente para o capital, e como tal, esse esforço em “vender” a cidade gera uma competição interurbana.

Esse exemplo de urbanismo empreendedor nos mostra de maneira clara a atuação do Estado, e das governanças num geral, de modo a deixar o território atrativo para o capital, seja através de infraestruturas ou facilidades burocráticas.

Todas essas ações do Estado podem ser definidas pelo que Haesbaert (2004) chama de desterritorialização, sendo esse o movimento que gera o abandono do território, sendo seguida da reterritorialização, ou seja, sua construção. O Estado é um dos principais agentes desterritorializadores.

#### **2.4 O espaço que se faz, desfaz e refaz**

Através de Haesbaert (2004) podemos afirmar que a globalização – já aqui tratada - é sinônimo de desterritorialização e o autor cita características e consequências da mesma para exemplificar as ações desterritorializadoras. Dando como exemplos, o mercado mundial, os fluxos comerciais, financeiros e de informações que não mais necessitam de um território fixo para atuarem; outro exemplo é o capitalismo pós-fordista, com a acumulação flexível, que atua no enfraquecimento da necessidade de uma base fixa, que assim como abusa das relações territoriais, também abusam do social, através da precarização do trabalho; e por fim, a rapidez na circulação de capital. Esses aspectos característicos do processo de globalização são também características da desterritorialização, ou seja, são ações que atuam conjuntamente.

Outro ponto que Haesbaert (2004) aponta quanto à desterritorialização é aquilo que Milton Santos (1996) coloca como “guerra dos lugares”, onde as empresas globais geram uma competição afim de “sediarem” essas empresas. Cada país oferecerá suas melhores condições para essas empresas. Uma vez que essa empresa definiu seu local, ela modifica as dinâmicas originais do local em prol das suas necessidades.

[...] podemos dizer que a primeira grande desterritorialização capitalista relaciona-se à sua própria origem, seu “ponto de partida”, que é a chamada

acumulação primitiva de capital, separando produtor e meios de produção. Trata-se da “expropriação do povo do campo de sua base fundiária” e sua transformação em trabalhador livre rumo ao assalariamento nas cidades. A dissociação entre trabalhador e “controle” (domínio e apropriação) dos meios de produção (da terra para cultivar à fábrica ou aos instrumentos para produzir) é a grande desterritorialização, imprescindível, de qualquer modo, à construção e à reprodução do capitalismo. (HAESBAERT, 2004, p.175).

De um ponto de vista econômico, a desterritorialização está mais ligada aos processos de expropriação ou exclusão através da lógica de acumulação capitalista do que com algo mais palpável como o deslocamento de empresas ou flexibilização da produção.

Haesbaert (2004) coloca a desterritorialização como algo que podemos ver muito bem dentro das teorias da globalização, o mundo sem fronteiras, onde a livre circulação ocorre. Porém devemos sempre ter em mente que não se trata de qualquer tipo de livre circulação, trata-se da circulação do mercado, do capital.

Através das tecnologias em transportes e, sobretudo, na comunicação, na rápida transferência de informações, a desterritorialização política se torna possível. Essas vantagens criam o que Haesbaert (2004) chama de ciberespaço, um espaço que, podemos dizer, é virtual e é onde acontecem essas trocas de informações fundamentais para o mercado global.

A desterritorialização pode acontecer também na esfera cultural, através, por exemplo, das migrações, “há migrações ditas ‘econômicas’ vinculadas à mobilidade pelo trabalho, migrações provocadas por questões políticas e outras por questões culturais ou ainda ‘ambientais’”. (HAESBAERT, 2004, p. 246).

Um dos principais fatores que resultam na migração é ligado a fatores econômicos:

Ele [*o migrante*] pode estar deixando um emprego mal remunerado para buscar outro com remuneração mais justa, pode estar querendo usufruir ganhos pela diferença de poder aquisitivo da moeda de um país em relação a outro, ou ainda, simplesmente, para aqueles numa condição muito mais privilegiada, pode estar buscando investir capital ou expandir negócios em terra estrangeira. (HAESBAERT, 2004, grifo nosso, p. 247).

Esse é o principal motivo pelo qual os bolivianos, por exemplo, migram para a cidade de São Paulo. Essas pessoas saem de seu país por conta de extrema pobreza com

a esperança de no Brasil encontrarem melhores condições de trabalho e de vida, porém acabam muitas vezes por se somarem aos trabalhadores precarizados, ou em condições extremas, aos trabalhadores análogos a escravos. No caso dos bolivianos que migram para São Paulo, muitos deles se somam a massa de trabalhadores precarizados da indústria de confecção têxtil.

Voltando às questões territoriais, outra característica da globalização é a instalação de empresas globais nos mais diversos territórios, sendo assim, temos o que Haesbaert (2004) denomina de multiterritorialização, ou seja, é a sobreposição ou imbricação de multi territórios. Essa sobreposição ou imbricação pode ocorrer através da conexão entre esses territórios, através tanto da mobilidade concreta, com deslocamento físico, por exemplo, com a facilidade e velocidade dos meios de transportes, quanto virtual, adicionando diferentes territorialidades através do ciberespaço, graças aos avanços tecnológicos que permitem a rápida troca de informações, através da internet, por exemplo.

Sendo assim, —É fácil deduzir que somente a presença de territórios-rede proporciona as condições para a existência da multiterritorialidade.” (HAESBAERT, 2004, p. 347). Esses territórios-rede proporcionam as vantagens necessárias para a multiterritorialidade, como os exemplos citados acima.

A territorialização, a desterritorialização e a multiterritorialização são as formas como o capital, direta ou indiretamente, interfere no espaço físico, nos territórios, de maneira que cria, destrói e reconstrói esse território de acordo com suas necessidades. Devemos deixar claro que apesar de ser o capital o agente dessa questão, o Estado também atua nessas dinâmicas, como peça fundamental, seja diretamente, facilitando burocraticamente a ação do capital, ou de maneira indireta, através da sua anulação.

Ao reterritorializar o que já foi desterritorializado é deixado para trás aspectos importantes desse território, que ao passar do tempo, através dessa dinâmica de sucessões, são esquecidos elementos culturais inerentes à sociedade de determinado território, por exemplo. Porém, não devemos esquecer que essas ações que o capital desempenha são intencionais, um povo que não possui memória histórica ou cultural é muito mais fácil de se tornar alienado e servil.



## 2.5 O capitalismo como agente transformador do território brasileiro

Sobretudo pós Segunda Guerra, é possível ver no Brasil uma revolução científico-técnica que aproxima o país dos espaços centrais de acumulação capitalista, como nos mostra Santos e Silveira (2000).

Era o momento de lançar a semente da dominação do mundo pelas firmas multinacionais, preparando assim todos os espaços mundiais para uma nova aventura que, na escala mundial, só iria frutificar plenamente trinta anos depois. (SANTOS & SILVEIRA, 2000, p. 47).

A Segunda Guerra mundial evidenciou a regionalização fragmentária das regiões brasileiras, devido à falta de redes de transportes e de telecomunicações, reflexo e condição da (não)integração regional. Para um avanço tecnológico e industrial, o país deveria solucionar esse problema, então:

Planos nacionais foram estabelecidos para permitir ligações ferroviárias e rodoviárias entre as diversas porções do país, assim como se decidiu privilegiar o desenvolvimento das telecomunicações. A contemplação no sistema de transportes e a melhoria das comunicações constituíam a condição material para unificar o território. (SANTOS & SILVEIRA, 2000, p. 252).

Assim como o capitalismo não se dá da mesma forma em todos os territórios, nem mesmo dentro de um mesmo território ele o faz. No Brasil temos ciência de que algumas regiões, alguns estados, são mais desenvolvidos econômica e industrialmente em detrimento de outros.

Nesse período pós-guerra há uma intensa migração no território brasileiro, originada, sobretudo, por questões econômicas. O principal destino dessa migração era a região Sudeste, em especial o estado de São Paulo, onde as inovações técnicas ganhavam forte incremento, apresentando forte crescimento industrial.

[...] o exército de reserva aumentava, levando à intensificação das migrações para o Estado de São Paulo. Como sempre, Bahia, Minas Gerais e Pernambuco eram os principais Estados de origem dos contingentes, com 25,3%, 34,3% e 12,7% do total, respectivamente. Esse período cria as condições para reativar o processo de enfraquecimento de todas as periferias, enquanto o país parecia refluir para o seu centro: capitais privados, investimentos públicos, população, crescimento e pobreza. (SANTOS & SILVEIRA, 2000, p. 48).

Santos e Silvera (2000) nos mostram, até mesmo com base em outras obras de Milton Santos, que é possível dizer que o Brasil é um país subdesenvolvido

industrializado devido às inovações tecnológicas iniciadas desde meados do século XX. A indústria brasileira passou a ser capaz de suprir tanto as necessidades básicas quanto as de necessidade secundária, através dos complexos indústrias de alto nível implementados no país, que foram muitas vezes financiadas por programas do governo.

São implantados complexos e polos industriais em diversas regiões do país, algum deles envolvendo o setor têxtil como, por exemplo, em São Paulo, Campinas e Piracicaba, ao longo da via Anhangüera, São Paulo e Sorocaba acompanhando a ferrovia Sorocabana e o Vale do Paraíba no percurso da rodovia Presidente Dutra. Pós Segunda Guerra Mundial, ficou claro que para um maior e melhor desenvolvimento econômico é indispensável uma rede Nacional de transportes. (SANTOS & SILVEIRA, 2000).

Como já mostrado anteriormente, uma rede de transportes rápida e eficiente garantirá que os produtos cheguem aos seus destinos mais rápido para se tornarem de fato mercadorias, portanto esse é um fator primordial para o acúmulo de capital. Assim, a proximidade das fábricas e indústrias desses meios de fluxo de transporte é essencial. Sendo assim, nesse período assim como investimento em tecnologias nos meios de produção, também vemos investimentos nas estruturas de transportes:

Ampliam-se as redes de transporte, que se tornam mais densas e mais modernas; e, graças à modernização das comunicações, criam-se as condições de fluidez do território, uma fluidez potencial, representada pela presença das infra-estruturas, e uma fluidez efetiva, significa pelo seu uso [...]. Constitui-se uma rede de aeroportos no território nacional, entre os anos 1949 e 1970, como resposta à necessidade de intercâmbios velozes. (SANTOS & SILVEIRA, 2000, p. 49).

No caso da nossa área de estudo, o bairro da Mooca, é possível notar a proximidade dos galpões industriais, estando hoje a maioria abandonados, com a linha de trem, caracterizando o que Santos e Silveira (2000) nos mostram.

Sobretudo na segunda metade do século XX, viu-se um grande investimento no que se diz respeito a obras para acelerar o escoamento dos produtos fabricados no Brasil. Esse investimento se deu de maneira mais acentuada na região que Santos e Silveira (2000) chama de Região Concentrada, que diz respeito ao eixo Rio-São Paulo. Tais rodovias marcam o peso dos fluxos nessa área com intensa divisão do trabalho.

As rodovias construídas no país nessa época foram, sobretudo para o escoamento de produtos, não para o fluxo de pessoas, prova disso é a grande extensão de rodovias de faixa dupla para comportar grandes caminhões. Porém também é necessário garantir, mesmo que de maneira mais precarizada, o transporte para a massa de trabalhadores.

Nas áreas metropolitanas, os trens urbanos eletrificados foram construídos a partir de 1970 e, sobretudo, de 1985. O deslocamento de uma mão-de-obra é indispensável ao processo de industrialização e também a um leque de terciários qualificados e banais. A vida metropolitana ganha, assim, novas relações e velocidades. (SANTOS & SILVEIRA, 2000, p. 64).

Essa Região Concentrada se torna então um espaço fluido, onde se produz e flui com mais eficiência o que ali é produzido.

Como já foi mostrado, é condição para que o capitalismo permaneça “saudável” a desigualdade social. É necessário que haja uma parcela, uma grande parcela, da população em situação econômica de risco para que seja possível a super exploração. Dessa maneira, esse avanço tecnológico que o Brasil teve através da intensa industrialização se refletiu negativamente em parcelas da sociedade:

Concomitantemente, apesar da industrialização, o país conserva uma série de condições de subdesenvolvimento, muitas vezes agravadas pelo crescimento econômico, a saber, disparidades regionais pronunciadas, enormes desigualdades de renda e uma crescente tendência ao empobrecimento das classes subprivilegiadas, a despeito do aumento do Produto Nacional Bruto e do Produto Nacional *per capita*. (SANTOS & SILVEIRA, 2000, p. 51).

Tal diminuição do poder aquisitivo das massas leva com que a indústria brasileira diminua a produtividade ou procure outro mercado que tenha demanda para absorver os produtos aqui produzidos. Com isso, é exigida das indústrias brasileiras constante modernização em seus maquinários para que atinja os padrões internacionais. Essa situação que Santos e Silveira (2000) descrevem nos remete ao que David Harvey (2005), nos aponta como característica da crise endêmica do capitalismo. Essa mudança de mercado para os produtos brasileiros força o país a adotar uma política que o autor chama de “política de grande potência”, onde as grandes empresas são mais privilegiadas em detrimento tanto de empresas menores quanto de questões ambientais e sociais do país, “o capital comanda o território, e o trabalho, tornando abstrato,

representa um papel indireto. Por isso as diferenças regionais passam a ser diferenças sociais e não mais naturais.” (SANTOS & SILVEIRA, 2000, p.52).

Com o avanço tecnológico nas indústrias que levaram a um aumento na produção, a população brasileira também deveria acompanhar esse avanço através do aumento no consumo desses produtos produzidos. O incentivo ao consumismo também é tanto uma característica quanto uma necessidade do capitalismo, pois a sociedade deve acompanhar o intenso ritmo de produção.

Graças à propaganda, à industrialização, ao crédito e à urbanização, amplia-se o consumo ao mesmo tempo que há uma transformação mais rápida de valores de uso em valores de troca, acelerada pela espacialização territorial da produção, pelo novo patamar de urbanização e pela valorização da terra. É uma fase de nova integração, mas com especialização geográfica da produção material e imaterial [...]. (SANTOS & SILVEIRA, 2000, p. 52).

Em 1999, segundo Santos e Silveira (2000) havia 24 milhões de cartões de crédito no Brasil que pertenciam à população que recebiam mais de cinco salários mínimos, ficando o restante da população sem acesso a algum tipo de crédito pré-aprovado, sendo assim, essa população passa a ser o alvo dos bancos, que criam os cartões de crédito popular, facilitando o poder aquisitivo da população que possuía renda baixa ou média.

Através dessas mudanças tanto físicas quanto sociais que acontecem no Brasil, sobretudo pós Segunda Guerra, facilitam a criação no território brasileiro das condições das quais o mercado global necessita, as condições para que as multinacionais se instalem e crie regiões que se desenvolvam mais industrialmente do que outras. Nessas regiões toda sua dinâmica é modificada, podemos dizer que essas regiões se desterritorizam e são conseqüentemente reterritorializadas pelo capital (Haesbaert, 2004).

De um tempo lento, diferenciado segundo as regiões, passamos a um tempo rápido, um tempo hegemônico único, influenciado pelo dado internacional: os tempos dos Estados e das multinacionais. (SANTOS & SILVEIRA, 2000, p. 52).

As dinâmicas globalizantes agem sobre o território:

A dinâmica globalizante não apaga restos do passado, mas modifica seu significado e acrescenta, ao já existente, novos objetos e novas ações características do novo tempo. (SANTOS & SILVEIRA, 2000, p. 253).

Através desses avanços tecnológicos que ganharam grande proporção a partir da década de 70, com facilidades de fluidez de produtos e informações, o capitalismo cria no território brasileiro áreas onde essa informação e as finanças têm maior influência e são essas as áreas de maior interesse para o capitalismo.

Entre 1970 e 1980, o número de estabelecimentos industriais no Brasil cresceu 184,52%, enquanto o valor de transformação industrial aumentou 537,70% e o pessoal ocupado, 98,39%, (SANTOS & SILVEIRA, 2000, p. 106).

O crescimento econômico do período estimulou os incentivos governamentais a criar polos de fabricação em diferentes regiões, o que, podemos dizer, tirou o foco da Região Metropolitana de São Paulo.

No intervalo de 1970 a 1990,

[...] a participação da Região Metropolitana de São Paulo caiu de 45,29% para 31,13% e a do município passou de 28,39% para 16,01%, ao tempo em que a do interior aumentou de 13,13% para 21,70%. Todavia, quanto às pessoas ocupadas na indústria, diminui substancialmente a participação relativa do Estado de São Paulo no total nacional, como também a da Região Metropolitana, do município e do interior do Estado. (SANTOS & SILVEIRA, 2000, p. 108).

Através dos adventos da globalização, com a fluidez da informação, por exemplo, o Brasil intensifica sua inserção subordinada nos mercados globais, buscando atrair investimentos estrangeiros e liberando o comércio de produtos e serviços.

Com a globalização, o país busca tornar-se viável ao enraizamento dos grandes capitais. Adaptam-se as condições de regulação da economia e do território e, paralelamente, dá-se um esforço para reequipar algumas áreas. Assim *holdings* nacionais e globais irão desenhar suas topologias no território brasileiro, mantendo, porém, seus centros de comando nas regiões Sudeste e Sul do país e, por vezes, também na Bahia. Em 1996, 263 (52,6%) das quinhentas maiores empresas privadas do Brasil localizavam suas sedes em São Paulo, 59 (11,8%) no Rio de Janeiro e as demais no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia, Santa Catarina e Paraná. (SANTOS & SILVEIRA, 2000, p.109).

A abertura do território nacional para a instalação do mercado global irá fragmentar ainda mais o território, pois cada multinacional possui suas necessidades e moldarão o espaço para atendê-las:

Na medida que grandes empresas arrastam, na sua lógica, outras empresas, industriais, agrícolas e de serviços, e também influenciam fortemente o comportamento do poder público, na União, nos Estados e nos municípios, indicando-lhes formas de ação subordinadas, não será exagero dizer que estamos diante de um verdadeiro comando da vida econômica e social e da dinâmica territorial por um número limitado de empresas. (SANTOS & SILVEIRA, 2000, p. 291).

Essas diferenças entre as regiões criam além de uma divisão econômica dentro de um mesmo território, onde determinadas regiões usufruem de melhores condições econômicas do que outras temos também a divisão territorial do trabalho, pois as migrações dentro do território brasileiro ocorrem de maneira concomitante ao desenvolvimento industrial de determinada região.

Afirma-se uma especialização dos lugares que, por sua vez, alimenta a especialização do trabalho. É o império, no lugar de um saber-fazer ancorado num dado arranjo de objetos destinados à produção. Isso vem talvez nos mostrar o lado mais ativo da mencionada divisão territorial do trabalho. (SANTOS & SILVEIRA, 2000, p. 135).

Cada região irá se especializar em um determinado tipo de produção e ali se farão polos que favorecerão o surgimento de outras indústrias que serão incumbidas de produzirem elementos para compor o produto final, essas regiões formarão o que Santos e Silveira (2000) denominaram de *interseções do circuito produtivo*. Para explicar o termo, os autores usam como exemplo a cidade de Birigüi, interior de São Paulo.

Em um determinado local onde há intensa produção de determinada mercadoria, terá também ali o espaço e a necessidade de outros produtos que o incorporem para os deixarem aptos a se tornarem mercadorias. Nesse exemplo que os autores citam trata-se de uma cidade com intensa produção de calçados infantis, ali também é (ou era) possível encontrar fábricas de embalagens para as caixas de calçados, fábricas de componentes para os calçados, como as fivelas, etc. Isso acaba por baratear o produto final, pois não é necessário que esses componentes, para transformar o produto em mercadoria, viajem longas distâncias para ser a ele incorporado.

Assim como o exemplo de Birigüi, diversas regiões, em diversos graus de industrialização usufruirão desses polos que criam ali as condições de fabricação.

A economia atual necessita de áreas contínuas, dotadas de infra-estruturas coletivas, unitárias, realmente indissociáveis quanto ao seu uso produtivo. Mas esse equipamento chamado coletivo é, na verdade, feito para o serviço das empresas hegemônicas. Construídas com dinheiro público, essas infra-estruturas aprofundam o uso seletivo do território, deixando excluída ou depreciada a maior parte da economia e da população. (SANTOS & SILVEIRA, 2000, p.140).

Podemos perceber que o capitalismo, assim como o fez em muitos outros países também moldou o território brasileiro, tanto fisicamente quanto econômica e socialmente. A abertura para o mercado global que a globalização proporcionou também deixa suas marcas no território e na sociedade brasileira

Conforme esse mercado global busca os lugares que melhor atenda suas necessidades para se fixar, esses lugares atingidos passam a ter uma dinâmica imprevisível e alienada, que não tem correspondência com os interesses da sociedade local ou nacional. Sendo assim, podemos dizer que esse mercado global se fixa de maneira heterogênea ao lugar.

A criação do território unificado que Santos e Silveira (2000) nos dizem, através da construção de meios para os fluxos internos e da velocidade e facilidade da fluidez da comunicação, exerce nesse momento o papel contrário ao de unir o território nacional, este se torna fragmentado pelo mercado global.

Antes do intenso processo de globalização, o que fazia com que o mercado global se instalasse em determinado local eram as vantagens que aquele dispunha, como recursos naturais a serem explorados e políticas governamentais facilitadoras, quando não, persuadíveis. Agora o mercado global se expande e se instala ditando uma série de normas e condições que caso determinado país não esteja disposto a acatar, este é descartado e trocado por outro que esteja apto a acatar tais requisitos, os locais onde esse mercado se instala não passam, para eles, de meras bases de operação descartáveis. É possível ver esse cenário em diversas regiões do Brasil, empresas que aqui se instalaram nas últimas décadas do século XX, usufruíram tanto das vantagens fixas quanto tecnológicas e sociais do país e quando essas não mais o serviam, migraram, deixando para trás seu rastro de rugosidade.

O próprio Bairro da Mooca é exemplo disso, nas proximidades da linha férrea que passa pelo bairro é possível ver o que antes eram fábricas e agora não passam de rugosidades abandonadas e deterioradas pelo tempo, bem como é possível ver vagões de trem abandonados e consumidos pelo intemperismo a enferrujarem e se desfazerem, vagões esses que um dia foram responsáveis pelo escoamento dos produtos ali fabricados.



### 3. A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

A reestruturação produtiva que começa a dar seus primeiros sinais no Brasil, na década de 1970, e se instala de maneira profunda na década de 1990, foi de fundamental importância para compreendermos o sistema produtivo e a maneira como se dão as relações de trabalho hoje.

Já no getulismo e ao longo do século XX, o capitalismo no Brasil vivia um processo de acumulação industrial sendo nesse momento que as indústrias no país encontraram as condições necessárias para de fato se desenvolverem, rompendo com as amarras que prendiam a economia do país a agricultura. Depois do golpe de 1964 a indústria brasileira teve outro momento de importância, acelerando a produção e se lançando para a internacionalização do país.

A nossa singularidade começava a ser afetada pelos emergentes traços universais do sistema global do capital, redesenhando uma particularidade brasileira que pouco a pouco foi se diferenciando da anterior, inicialmente em alguns aspectos, e posteriormente, em muitos de seus traços essenciais. (ANTUNES, 2006, p. 17).

É possível notar a partir desse momento, no fim da ditadura militar, com a “Nova Republica” de Sarney, os indícios do neoliberalismo no país que abriram as portas para o capitalismo internacional gerar os processos de desterritorialização e reterritorialização.

Sendo assim, durante a década de 1980, a reestruturação produtiva ganhou o impulso para adotar novos padrões de produção tecnológicos, bem como novas formas de organização social do trabalho (ANTUNES, 2006). Trata-se de um momento de fundamental importância para o presente trabalho, pois é a partir desse momento que teremos, de maneira expressiva, as mudanças tanto no setor produtivo quanto nas condições de trabalho, que acarretaram nas formas de precarização hodiernas. Tais mudanças estruturais nas indústrias abriram as portas para que em 1990 o país adotasse a receita do sucesso industrial japonês, como por exemplo, as formas de subcontratação e a terceirização da força de trabalho, bem como a fragmentação das unidades produtivas.

Através dessa implantação do receituário japonês, como nos mostra Antunes (2006), inicia-se no país os processos de descentralização produtiva, onde as empresas

se fragmentam instalando seus complexos indústrias em locais que lhes oferecem maiores vantagens, sendo a indústria têxtil uma delas.

[...] verificou-se um processo de descentralização produtiva, no qual indústrias tradicionais, como a têxtil, sob a alegação da concorrência internacional, deflagravam um movimento de mudanças geográficas, buscando níveis mais rebaixados de remuneração da força de trabalho e incentivos fiscais ofertados pelo Estado. (ANTUNES, 2006, p. 18).

As mudanças na estrutura industrial que o país vivencia, sobretudo na última década do século XX, alavancam a produção industrial e o lança para o mercado global, porém quem paga o preço de tal mudança são os trabalhadores:

[...] a combinação entre padrões produtivos tecnologicamente mais avançados e uma melhor “qualificação” da força de trabalho oferece como resultante um aumento da superexploração da força de trabalho, traço constitutivo e marcante do capitalismo implantado em nosso país. (ANTUNES, 2006, p. 19).

Portanto, para se tornar competitivo no mercado internacional, o Brasil deveria mesclar equipamentos informacionais e uma força de trabalho apta a operá-los, ou seja, que fosse qualificada, polivalente e multifuncional, porém, ainda sim, uma mão-de-obra barata.

A necessidade de mão-de-obra qualificada que condissesse com a reestruturação produtiva do Brasil ganhou destaque já na década de 1970, quando através da Lei nº 5.692/1971 marcou a universalização da profissionalização no país, substituindo conteúdos humanísticos do ensino de 1º e 2º grau por conteúdos científicos e técnicos, com a função de orientar os alunos para a qualificação para o trabalho, trata-se da implantação da pedagogia tecnicista que visava reproduzir na educação a organização do trabalho fordista/taylorista das indústrias.

Nos anos que se seguiram, sobretudo na década de 90, as reformas educacionais que já vinham sendo implantada ganhou maior importância devido ao período em que o país se encontrava, como já mostrado anteriormente, o ensino técnico que visava preparar o aluno para o mercado de trabalho passou a ser oferecido juntamente com o ensino médio, porém poderia ser feito também de forma separada.

Isso nos mostra que a reestruturação produtiva que o Brasil começou a observar em 1970 e ganhou força em 1990 mostrou a necessidade de mão de obra especializada que pudesse ser utilizada nas indústrias que ficavam cada vez mais informatizadas.

Sendo assim, essa mão de obra deveria começar a se preparar o mais cedo possível, através do ensino técnico, que tinha como principal função, qualificar trabalhadores para esse mercado de trabalho mais exigente. Portanto não se tratou apenas de uma reestruturação produtiva, mas sim de uma reestruturação na sociedade como um todo, até mesmo na educação.

Nesse momento em que o mercado de trabalho exigia mão de obra qualificada aqueles que não faziam parte desse perfil se viram desempregados, gerando assim um desemprego em massa. Vemos então que uma grande quantidade de desempregados é parte da fórmula que gera a precarização do emprego. Tais mudanças que ocorriam nas indústrias atingiram todos os setores, incluindo o setor têxtil.

No setor têxtil, a processualidade da reestruturação produtiva foi muito intensa ao longo dos anos 1990, como consequência da política de abertura econômica e de liberalização comercial que desorganizou fortemente as indústrias desse setor, acarretando um enorme desemprego, com diminuição de mais de 50% de seu nível de emprego, na primeira metade da década, além de um alto grau de terceirização da força de trabalho. (ANTUNES, 2006, p. 23).

Podemos dizer que o setor têxtil sendo um dos setores onde há mais casos de terceirização, e ainda, sendo a terceirização um dos principais meios para a precarização do trabalho, é possível entender os impactos das mudanças apresentadas para o setor.

Tais mudanças nas estruturas das indústrias e na forma de contratação de trabalhadores gerou o início das formas de trabalho que viriam a se tornar precárias, como trabalho a domicílio e redução significativa na remuneração.

Na indústria de confecção, além dos baixos níveis de remuneração da força de trabalho, a terceirização tornou-se elemento estratégico central, implementado pelas empresas para reduzir os custos e aumentar a produtividade, sem desconsiderar a importante significação política dessa medida, que é tanto maior quanto mais combativos são os sindicatos. (ANTUNES, 2006, p. 23).

No setor têxtil são então retomadas formas pretéritas de trabalho, que acarretam entre outras mazelas para o setor, o descumprimento dos direitos trabalhistas. Com a era do capitalismo dos signos ao qual Ricardo Antunes (2006) se refere, as empresas do setor de confecção têm o seu foco não mais para a confecção em si, mas sim para o nome, a marca, através de investimentos no setor de *marketing* e propaganda, os verdadeiros responsáveis pelas vendas dos produtos.

Uma vez preservada a marca (já que vivenciamos a era do capitalismo dos signos, das embalagens, do involucral e do supérfluo), as empresas passaram, então, a recorrer ainda mais à terceirização, reduzindo os custos da produção, acarretando um enorme desemprego e enfraquecendo a coesão e a solidariedade dos trabalhadores. (ANTUNES, 2006, p. 23).

Essa era do capitalismo dos signos ao qual o autor se refere, podemos dizer que se trata do fanatismo por nomes e etiquetas. Não se consome mais uma marca pelo seu histórico ou pela maneira como sua peça é confeccionada, o interesse é apenas pela etiqueta costurada a peça e o *status* que essa representa. Muitas vezes uma marca pode ser sinônimo de qualidade, porém em reportagens em que são autuadas oficinas por utilizarem trabalho escravo na confecção mostram que, na maioria delas, são feitas peças para inúmeras marcas, grifes ou *fast fashions* (lojas de departamento, como C&A, Renner, Pernambucanas etc), ou seja, compra-se a marca em detrimento do produto propriamente dito. Desta forma esse fetichismo por uma marca ou por uma etiqueta é uma ilusão, onde mais uma vez o capitalismo, com seu *marketing* e com a maneira que ele nos seduz, nos torna alienados. Dessa forma, é possível dizermos que há uma confecção das marcas, que são produzidas para alimentarem a noção de *status* que seu consumo oferece.

Sendo assim, sobretudo através dos adventos tecnológicos que ganharam grande expressão na década de 1990, a maquinização e outras mudanças estruturais dentro das indústrias levaram a formas de precarização do trabalho, intensificação da jornada de trabalho, doenças causadas por essa intensificação, como a LER (lesão por esforço repetitivo), diminuição do número de trabalhadores utilizando de programas internos como demissão voluntária, grande aumento na terceirização do trabalho e por consequência, aumento em empresas especializadas em “locação” de trabalhadores temporários.

Essas são algumas mudanças que surgiram desde a reestruturação produtiva do capital, com a flexibilização do trabalho, que ganhou força nessa década, sobretudo por conta da facilidade de comunicação e troca de informação. “[...] Estamos, pois, no admirável mundo das locações de todos os tipos, modalidades, formas e dimensões do trabalho humano.” (ANTUNES, 2006, p. 25).

### 3.1 A acumulação flexível: seus impactos nas relações de trabalho

Como já apresentado anteriormente, uma das características da economia global e das empresas globais, sobretudo através dos adventos da globalização, é a fragmentação dos setores de produção e a instalação em diferentes lugares. Anterior a essa fragmentação da produção e o que antecede a mesma, temos a acumulação flexível.

Esse é um conceito trazido por David Harvey (2008) que é tida pelo autor como um confronto direto à rigidez do fordismo. Para o autor, a acumulação flexível:

[...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (HARVEY, 2008, p. 140).

Ainda sobre a acumulação flexível, o autor considera que essa aumenta os níveis de desenvolvimento desigual entre os setores e entre as regiões em que os mesmos se encontram. Podemos creditar tal fato às diferentes condições que cada região tem a oferecer para essas empresas.

Outra consequência desse modo de acumulação é o desemprego estrutural (HARVEY, 2008). Por desemprego estrutural entende-se a tendência que cada vez menos o mercado de trabalho precise de grandes quantidades de mão de obra humana.

Com a quantidade de desempregados aumentando devido a esse desemprego estrutural, as condições ideais para a precarização do trabalho começam a surgir:

Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. (HARVEY, 2008, p. 143).

Tais contratos de trabalho mais flexíveis a que o autor se refere são os trabalhos temporários ou subcontratados.

Os cargos que exigem maior qualificação, como o de gerencia, por exemplo, diminuem cada vez mais, mantendo-se apenas um número mínimo para gerenciar determinado setor, e em contrapartida o número de mão de obra não qualificada aumenta.

A atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores "centrais" e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins. (HARVEY, 2008, p.144).

Essa nova estrutura do mercado de trabalho traz também novas formas de relação empregatícia:

Por exemplo, a subcontratação organizada abre oportunidades para a formação de pequenos negócios e, em alguns casos, permite que sistemas mais antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar (patriarcal) e paternalista ("padrinhos", "patronos" e até estruturas semelhantes à da máfia) revivam e floresçam, mas agora como peças centrais, e não apêndices do sistema produtivo. (HARVEY, 2008, p. 145).

Segundo David Harvey, a acumulação flexível não teve sucesso em suas primeiras décadas:

Onde a produção podia ser padronizada, mostrou-se difícil parar o seu movimento de aproveitar-se da força de trabalho mal remunerada do Terceiro Mundo, criando ali o que Lipietz (1986) chama de "fordismo periférico". (HARVEY, 2008, p. 146).

Dessa forma, ~~Muitos~~ "Muitos dos novos pequenos negócios se inseriram na matriz da subcontratação de funções especializadas ou de consultores" (HARVEY, 2008, p. 147).

Podemos dizer então, que com a crise do fordismo e a passagem para o modo de acumulação flexível, uma nova forma de produção também se viu necessária, que atendesse a rapidez de giro que o capitalismo necessita, abriu-se então o espaço para a produção flexível na década de 1970.

Para manter a demanda necessária para que a roda do capitalismo girasse na velocidade exigida, o consumo também deveria aumentar, sendo assim, a produção acontece de maneira que o produto tenha uma vida útil menor, sendo necessário que em pouco tempo este seja substituído:

A acumulação flexível foi acompanhada na ponta do consumo, portanto, por uma atenção muito maior às modas fugazes e pela mobilização de todos os artifícios de indução de necessidades e de transformação cultural que isso implica. (HARVEY, 2008, p. 148).

Os autores Ricardo Antunes e Giovanni Alves (2004) apresentam em seu artigo tendências que surgiram a partir do declínio do fordismo. São elas:

- Redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, que antes faziam parte de estruturas verticais de produção e deram lugar as formas de produção flexível;

Esse proletariado vem diminuindo com a reestruturação produtiva do capital, dando lugar a formas mais desregulamentadas de trabalho, reduzindo fortemente o conjunto de trabalhadores estáveis que se estruturavam por meio de empregos formais. (ANTUNES & ALVES, 2004, p.336).

- Já na contramão da diminuição do proletariado fabril pós fordismo, há o aumento desse mesmo proletariado e o de serviços presentes nas mais diversas formas de trabalho precarizado, são os trabalhadores terceirizados. Esse tipo de trabalho que, segundo os autores, eram antes direcionados a imigrantes, passa a abranger todos os trabalhadores que anteriormente faziam parte do proletariado fordista;

Esta processualidade atinge, também, ainda que de modo diferenciado, os países subordinados de industrialização intermediária, como Brasil, México, Argentina, entre tantos outros da América Latina que, depois de uma enorme expansão de seu proletariado industrial nas décadas passadas, passaram a presenciar significativos processos de desindustrialização, tendo como resultante a expansão do trabalho precarizado, parcial, temporário, terceirizado, informalizado etc. (ANTUNES & ALVES, 2004, p. 337).

- Aumento do proletariado feminino, inseridas especialmente no trabalho precarizado, com desigualdade salarial e em direitos sociais e do trabalho em comparação ao proletariado masculino;

Muitos estudo têm apontado que, na nova divisão sexual do trabalho, as atividades de concepção ou aquelas de capital intensivo são realizadas predominantemente pelos homens, ao passo que aquelas de maior trabalho intensivo, freqüentemente com menores níveis de qualificação, são preferencialmente destinadas às mulheres trabalhadoras. (ANTUNES & ALVES, 2004, p. 338).

- Aumentos dos assalariados no setor de serviços, originários da expulsão de indústrias que sofreram mudanças estruturais por meio de privatizações oriundas de políticas neoliberais;

- Exclusão dos jovens do mercado de trabalho. Em idade de se inserir no mercado de trabalho, porém sem perspectivas de contratação, esses jovens acabam por se inserir no trabalho precário. Esse é um exemplo do que já foi mencionado anteriormente de

desemprego estrutural, onde há a intenção de que um número de trabalhadores esteja desempregado para que, sem outras opções, se somem ao trabalho precário;

- Exclusão dos considerados idosos pelo capital, trabalhadores com 40 anos ou mais. Esse grupo, após ser excluído do mercado de trabalho, se soma ao grupo de desempregados ou exercem trabalhos voluntários;

[...] paralelamente a esta exclusão dos “idosos” e jovens em idade pós escolar, o mundo do trabalho, nas mais diversas partes do mundo, no Norte e no Sul, tem se utilizado da inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado de trabalho, nas mais diversas atividades produtivas. (ANTUNES & ALVEZ, 2004, p. 339).

- Expansão do “Terceiro Setor”, movido por formas de trabalho como o trabalho voluntário, de caráter assistencial e sem fins lucrativos;

O “Terceiro Setor” acaba, em decorrência de sua próxima gênese e configuração, exercendo um papel funcional ao mercado, uma vez que incorpora parcelas de trabalhadores desempregados pelo capital [...]. (ANTUNES & ALVEZ, 2004, p. 340).

- Expansão do trabalho em domicílio, ou trabalho produtivo doméstico, entendido como uma forma de flexibilização e precarização do trabalho. Essa forma de trabalho passou a ser possível através de avanços na telecomunicação e atingiu especialmente as mulheres. Por vezes o trabalho produtivo doméstico pode ser considerado por quem o executa como benéfico, pois a jornada dupla que a maioria das mulheres exerce, exercendo trabalho remunerado fora de casa e exercendo trabalhos domésticos, como cuidado com a casa e filhos passou a ser realizados no mesmo local e de maneira praticamente simultânea;

Essa modalidade de trabalho tem se ampliado em grande escala, de que são exemplos a Benetton, a Nike, entre as inúmeras empresas que vêm aumentando as atividades de trabalho produtivo realizado no espaço domiciliar ou em pequenas unidades produtivas, conectadas ou integradas às empresas. (ANTUNES & ALVEZ, 2004, p. 341).

- Surgimento do trabalho mundializado que se dá devido à reconfiguração dos meios de produção que se espalharam por diferentes regiões, a fragmentação das fábricas.

Esse processo de mundialização produtiva desenvolve uma classe trabalhadora que mescla sua dimensão local, regional, nacional com a esfera internacional. (ANTUNES & ALVEZ, 2004, p. 341).



É possível, a partir disso, concluirmos então que o declínio do fordismo e surgimento da forma de acumulação flexível trouxe para o centro das estratégias empresariais a flexibilização, numa transição que mescla elementos da produção taylorista com as novidades do toyotismo, isso no contexto das relações entre países marcadas pela divisão internacional do trabalho, dependência estrutural e novo imperialismo.

Um destaque são as mudanças no processo de trabalho, como o aumento no ritmo de produção, portanto, setores que puderam ser maquinizados o foram e os demais precisaram se reorganizar para aumento da produtividade. É nesse momento que surgem formas ainda não tão evoluídas de terceirização que também iram ser ponto fundamental na precarização do trabalho. Esse é o momento de reestruturação produtiva sobre o qual já foi abordado.

O segundo ponto a ser destacado nesse momento é o aumento do consumismo. Os objetos já não mais são fabricados para que tenham vida útil como no meio de produção anterior, é necessário que a troca de determinado objeto seja feita mais rápida para atender a demanda do capitalismo que é sempre crescente. Nesse momento a rapidez da transmissão de informação é de fundamental importância, pois a mídia irá exercer papel crucial na veiculação de propagandas que anunciam produtos e incentivam o consumismo, levando sociedades a crerem que necessitam sempre de mais.

Percebemos então que é a partir de meados dos anos 1970 que se inicia a configuração do cenário que podemos ver hoje.

### **3.2 A produção flexível: terceirização e a precarização do trabalho**

Vimos até o momento como a estrutura econômica e os meios de produção se modificaram e caminharam para o cenário que conhecemos hoje, como essa mudança interferiu drasticamente na vida do proletariado. Iremos compreender agora, através de alguns autores, essa nova forma de trabalho.

Por proletário Antunes e Alves compreendem:

[...] a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho, não se restringindo aos trabalhadores manuais diretos, incorporando também a totalidade do trabalho social,

a totalidade do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário. (ANTUNES E ALVES, 2004, p. 342).

Essa nova fase, a de mundialização do capital, produz uma alienação na classe trabalhadora, que além de ocupar a maior parte do seu tempo na execução de seu trabalho, abdicando de outras atividades pessoais, esse mesmo trabalhador é o que se somará à grande massa de consumistas geradas pelo capitalismo, onde até mesmo seu tempo livre passa a ser dedicado para exercer seu consumismo, como com passeios em *shoppings*, por exemplo. É dessa forma que o capitalismo gera não apenas trabalhadores precarizados, com horas excessivas de trabalho, mas também garante que mesmo nas horas livres esse trabalhador continue fazendo com que a roda do capital gire.

Podemos dizer que essa alienação do trabalhador, sobretudo desse trabalhador que vende sua força de trabalho para o capital mundializado, se deve a dois fatores principais: a ocupação da maior parte do seu tempo com trabalhos mecânicos, e o trabalho das mídias de informação, que a todo tempo incitam o consumismo, fazendo a sociedade crer que necessita constantemente de novos objetos para satisfação pessoal.

Já foi visto também que uma das consequências da mudança do modelo de produção fordista para a produção flexível foram as novas formas de contratação de mão de obra. Antunes e Alves falam em subcontratados, *part-time* (jornada de meio período), terceirizados e ainda dos trabalhadores domiciliares que exercem seu trabalho em suas casas.

Podemos dizer que a terceirização de setores de produção é o que mais favorece a precarização do trabalho. A terceirização é a contratação de serviços através de uma empresa intermediária entre o empregador original e o trabalhador, a relação estabelecida é então somente entre a empresa que presta o serviço de terceirização e o trabalhador, ficando o empregador original sem ligação direta com quem exerce o serviço para o mesmo, porém esse empregador original é o responsável legal por toda e qualquer situação irregular que porventura aconteça nesse setor de produção que foi terceirizado.

Até o momento apenas nos setores que exerciam o que é chamado de atividade-meio era permitido aplicar a terceirização de serviços. Por atividades de meio compreende-se atividades como: serviços de alimentação, de limpeza, de manutenção, de segurança, de transporte, serviços jurídicos, de telefonista, de recepção, entre outros.

Sendo assim era ilegal a terceirização de setores que produzem produtos finais, de atividade-fim. De acordo com o Guia Trabalhista<sup>1</sup> as atividades-fim não podem ser terceirizadas, pois, agregam valor ao produto, é a parte essencial do processo produtivo e está diretamente ligada a qualidade do produto final.

Ainda de acordo com o Guia Trabalhista, no que tange a terceirização, é proibido, entre outras coisas, o desrespeito à legislação trabalhista, como a contratação de serviços para executar as atividades-fim, não cumprimento das normas de segurança e saúde no trabalho. Quanto à empresa de terceirização, é proibido que esta realize serviços apenas para uma única empresa contratante, sendo exclusiva da mesma, já a empresa contratante de serviços terceirizados deve apenas contratar os resultados do serviço, não cabendo a ela estabelecer o número de trabalhadores para executá-lo. Um ponto importante a ressaltar é que não há vínculo empregatício entre o trabalhador contratado pela empresa de terceirização e a empresa que contrata essa última, porém caso haja fraude na terceirização ou essa seja ilegal de alguma maneira, o contratante da empresa de terceirização passa a ser responsável pelo trabalhador terceirizado já contratado, e todas as responsabilidades para com o trabalhador passam a ser suas.

De acordo com a Carta Capital (2015), até o momento o Brasil contava com 12 milhões de trabalhadores formais terceirizados, cerca de 25% da mão de obra do País, no ano de 2010 os trabalhadores terceirizados ganhavam cerca de 27% a menos do que os contratados diretos e realizavam jornadas de trabalho 7% a mais semanalmente, esses mesmos trabalhadores permanecem no mesmo trabalho em média 2,6 anos, enquanto os trabalhadores contratados de forma direta ficam 5,8 anos. A Carta Capital informa ainda que em um estudo realizado pela Unicamp, dos 40 maiores resgates de trabalhadores em condições análogas à escravidão realizados nos últimos quatro anos, 36 desses envolviam empresas terceirizadas.

As informações apresentadas acima foram todas retiradas do Guia Trabalhista que se baseia na Lei 6.019/1974. No ano de 2015 foi aprovado o projeto que prevê mudança importante no que tange às leis de terceirização, ampliando o leque de sua atuação, praticamente liberando o uso indiscriminado da terceirização em todas as etapas de produção.

---

<sup>1</sup> No momento de acesso, o Guia Trabalhista se encontrava disponível *on-line* [ver referências] onde foi necessária a realização de um cadastro para ter direito ao acesso grátis ao mesmo durante um período de 10 dias.

O Projeto de Lei 4.330/04 prevê que todos os setores de serviços possam ser contratados pelas empresas, sendo assim, até mesmo os setores de atividade-fim poderão ser contratados através de empresas de terceirização. Até o momento a PL encontra-se aprovada pela Câmara, porém ainda não foi sancionada pela presidência.

A contratação de empresas de terceirização para a execução de serviços cresce constantemente desde a década de 1990 no Brasil. Um dos motivos pelos quais grandes empresas, principalmente empresas globais, utilizam-se da terceirização se dá pelo fato de que ao precarizar o trabalho a responsabilidade não recai diretamente sobre essa empresa. Torna-se mais fácil burlar leis encontrando brechas nas mesmas para que a empresa que contrata um serviço terceirizado saia ileso caso uma situação de precarização chegue ao conhecimento da justiça. Porém, como veremos mais adiante, não raro, grandes marcas são autuadas utilizando-se de trabalho precário na confecção de seus produtos, muitas vezes a mesma marca é autuada mais de uma vez, e o motivo pelo qual continuam a contratar serviços terceirizados precários é que a multa paga, mesmo que possa parecer um valor alto, ainda compensa se comparado à economia que têm ao utilizar-se de trabalho precarizado.

#### **4. A INSERÇÃO DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL DA DÉCADA DE 90**

Iremos, através da análise, sobretudo, da obra Armando Boito Jr. –Política neoliberal e sindicalismo no Brasil” (1999), compreender as mudanças que ocorreram no Brasil na década de 1990 no que tange tanto o setor industrial quanto os empregos, até mesmo porque a mudança de um acarreta na consequente mudança do outro, para que dessa maneira seja possível termos o conhecimento do momento político em que o país se encontrava quando houveram as mudanças que afetaram esses dois cenários, industrial e do emprego, uma vez que esse é o mote do presente estudo.

Vimos até o momento que a inevitável crise no capitalismo foi um dos motivos que levaram a necessidade de uma reestruturação produtiva, e que isso acarretou na mudança das condições de trabalho e no aumento da precarização tanto no ambiente de trabalho quanto nas formas de contratação. No cenário empresarial industrial também ocorreram mudanças, a facilidade e rapidez no fluxo de informações advindas da globalização, facilitaram a migração de empresas e indústrias para outros países do mundo, se beneficiando das facilidades que esses determinados países ofereciam.

Nossa intensão agora é analisar o período político em que o Brasil se encontrava e como isso influenciou para que aqui também ocorressem essas mudanças que atingiram muitos outros países. Trata-se da inserção do governo neoliberal.

Vale destacar que a obra em questão foi escrita na década de 90 ainda que tenha sido publicada apenas ao final dela, sendo assim, os fatos e situação nela apresentadas eram extremamente recentes historicamente.

Mesmo sendo o país da América Latina em que o neoliberalismo tenha demorado mais para ser implementado, o Brasil não escapou, sobretudo na década de 1990, dessa política que, sob o disfarce de acabar com a extrema desigualdade do país, tinha como objetivo deixar ainda mais clara essa que já era a realidade brasileira.

Por mais que essa ideologia se esforce para ser considerada como uma saída para a desigualdade advinda do meio de acumulação capitalista, o neoliberalismo serve, antes de tudo, o capitalismo, seja através de sua iniciativa de diminuir o papel –paternalista” do Estado, seja em suas políticas de privatizações.

A ideologia neoliberal contemporânea é, essencialmente, um liberalismo econômico, que exalta o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa empresarial. Rejeitando de modo agressivo, porém genérico e vago, a intervenção do Estado na economia. [...] A ideologia neoliberal retoma o antigo discurso econômico burguês, gestado na aurora do capitalismo, e opera com esse discurso em condições históricas novas. (BOITO JR., p. 23, 1999).

Ao compreender o neoliberalismo, se compreende também que este presa e incentiva o senso de individualidade e não o de coletividade, pois quanto mais for o senso individual, onde o desejo individual impera em detrimento de um senso coletivo, menos provável é a organização de movimentos sociais. Uma sociedade onde o único senso que existe é o individual, é o cenário perfeito para o neoliberalismo agir. Por essa constatação podemos dizer que com a instauração de um governo neoliberal vem as dificuldades para os movimentos sociais agirem, bem como a união dos trabalhadores como classe.

É dessa maneira que se dá um dos discursos neoliberais, o discurso do “Estado paternalista”. O Estado paternalista seria aquele que garante o acesso da população a maior parte de suas necessidades básicas, como por exemplo, saúde e educação. Ele é considerado assim como um pai que prove e protege o filho. Dessa forma, a ideologia neoliberal critica a intervenção do Estado na economia, exaltando a ideologia do livre mercado e a falsa ideologia do consumidor como detentor do poder. Segundo o pensamento neoliberal, a intervenção do Estado na economia fere o direito de livre mercado. Falaremos mais adiante o motivo pelo qual tal ideologia do consumidor como detentor do poder é falsa.

Para o neoliberalismo o ideal econômico seria deixar nas mãos do capital privado a maior parte dos serviços, deixando apenas o mínimo, o essencial a sobrevivência, dos serviços públicos.

A ação econômica paternalista do Estado, onde este providencia tudo, faz com que a sociedade fique constantemente dele dependente, de forma que não se tornam capazes de resolver seus próprios problemas ou de gerenciar sua própria renda. Ora, o Estado interfere até mesmo na gestão econômica da sociedade, vejamos como: o Estado garante ensino básico público, não exigindo que os pais tenham que pagar pelo ensino de seus filhos; o Estado dá – mesmo que de maneira totalmente defasada – o acesso à rede pública de saúde, fazendo com que não se tenha a obrigação de pagar por um plano de saúde; ao entrar no mercado de trabalho o Estado garante ao trabalhador um décimo

terceiro salário ao final do ano, garante que esse trabalhador tenha remuneração em suas férias, e caso seja despedido, cerca esse trabalhador de medidas para que esse não fique desamparado financeiramente pelos primeiros meses que seguem sua demissão. Não seria mais eficiente se no lugar de todas essas medidas “paternalistas” que, para os neoliberais, fazem com que a sociedade se torne dependente dessas assistências do Estado, deixar que essa sociedade tenha iniciativa própria e liberdade para gerir suas vidas?

Tal pensamento neoliberal nos leva a acreditar que a sociedade como um todo possui as mesmas possibilidades e oportunidades, que o filho do proletariado se encontra no patamar de igualdade ao filho da burguesia. O pensamento neoliberal generaliza a sociedade quando a realidade está longe de uma homogeneidade, além da ingenuidade em acreditar que aqueles que concentram riqueza e poder não irão usar dessa capacidade para influenciar e assegurar via Estado e mercado para a continuidade deste privilégio.

O paternalismo do Estado cria também, segundo os neoliberais, a degradação, pois uma vez que não entendem uma escola ou hospital, por exemplo, como propriedade sua e sim do Estado, não sentem a necessidade de por eles zelar.

Tal tese de degradação não cabe como um discurso a fim de incentivar o neoliberalismo, pois mesmo em uma empresa capitalista os funcionários não são os donos, portanto, seguindo a lógica neoliberal de que a população depreda espaços públicos por não se sentirem proprietários, dessa forma os funcionários também depredariam seu local de trabalho em um cenário empresarial capitalista. Acreditamos que não seja o fato de se sentir ou não proprietário que justifica depredações de espaços públicos, trata-se de uma discussão muito mais profunda onde devem ser consideradas questões sociais muito além de tal justificativa demasiadamente superficial e simplista.

Com base nisso, se poderia interpretar o ideário neoliberal como aquele que deseja substituir as intervenções estatais na economia pela ação livre dos agentes econômicos no mercado, da mesma forma que poderíamos dizer, com base em seus discursos, que são contra todo e qualquer tipo de monopólio, não apenas os públicos. Poderíamos, porém seria um grande erro, quiçá inocência. “A defesa do mercado circunscreve-se apenas e tão somente àquilo que convém aos grandes monopólios e os imperialismo, na era do capitalismo monopolista e da especulação financeira.” (BOITO JR., p. 27, 1999).

O poder supremo do consumidor que o neoliberalismo usa em seu discurso para embasa-lo é uma falácia, pois em uma sociedade capitalista o consumidor não detém poder econômico suficiente para tal. Tampouco a ação paternalista do Estado ao qual se referem se dá de maneira a ser algo de grandioso valor para a sociedade, de um Estado de caráter paternal como quem prove a um filho, mas sim devido a “capacidade de iniciativa, de organização e de luta dos operários.” (BOITO JR., p. 27, 1999). A grande maioria dos “privilégios” vindos do Estado para a sociedade não se deu sem luta e organização social em prol de bens coletivos, bem como são ínfimos diante dos quais são concedidos a burguesia.

É esse tipo de consciência coletiva que o neoliberalismo combate, pois no momento em uma sociedade a possui, retirar o que foi conquistado através dela e colocar nas mãos do capital privado, se torna muito mais difícil. “Portanto, ao contrário do que afirmam os neoliberais é preciso desenvolver a capacidade de iniciativa para conquistar e manter os serviços públicos e os direitos sociais.” (BOITO JR., p. 28, 1999).

Para tal, deve-se combater o individualismo pregado por ideias neoliberais incentivadas pelo capitalismo, e incentivar o senso de sociedade como um organismo homogêneo em pensamentos e desejos sociais, para que essa capacidade de organização e iniciativa seja eficiente.

O mecanismo que governa esse processo seletivo de redução/reformulação da intervenção do Estado na economia são [...] os interesses de classe representados pelo neoliberalismo. A ideologia neoliberal, numa definição ampla, deve ser considerada, então, uma apologia abstrata do mercado que se aplica, de um modo geral, sempre e quando tal aplicação interessar ao capital financeiro, ao imperialismo e à grande burguesia monopolista, ficando prejudicada toda aplicação que for incompatível com tais interesses. (BOITO JR., p. 30, 1999).

Não é possível afirmar que o neoliberalismo prega o fim do Estado, na verdade o que ele deseja é suprimir o Estado e restringi-lo a algumas funções econômicas apenas. Por exemplo, é o Estado quem deve continuar assumindo dívidas públicas internacionais, porque dessa forma elas nunca chegam de fato a serem sanadas, e nem é interessante que sejam, pois essa é uma importante ferramenta de pressão das ditas potências econômicas imperialistas para com as economias periféricas.



Também não é de interesse neoliberal utilizar-se de seu tripé<sup>2</sup> para restaurar o capitalismo concorrencial, mas sim utiliza-lo como ferramenta ofensiva internacional da burguesia e do imperialismo. Através dessa ferramenta, o neoliberalismo é capaz de suprimir o “Estado de bem-estar” e os direitos sociais desses países de economia periférica para que seja possível se exercer a influência e o controle dessas potências econômicas imperialistas.

Boito Jr. (1999) nos fala qual é o desejo de base do neoliberalismo:

[...] embora o neoliberalismo não enseje a restauração da concorrência, ele não deixa de apontar para um outro tipo de restauração: a do capitalismo “puro e duro” vigente no período anterior as revoluções e reformas do século XX. (BOITO JR., p. 30, 1999).

As medidas que não são claramente características do capitalismo “puro e duro” ao que o autor se refere, podemos dizer que são apenas os meios para chegar a ele.

Ao analisar uma conjuntura política, devemos considerar suas especificidades, que fazem dela única. Dessa mesma forma não podemos falar de capitalismo hegemônico, pois o mesmo não se dá da mesma maneira nas diferentes sociedades, mesmo que essas sejam sociedades capitalistas, o mesmo acontece com a globalização. É errôneo acreditar que a globalização atinge todos os espaços e de forma homogênea. Bem como é errôneo considerar que há apenas uma forma de neoliberalismo.

A política neoliberal não produz efeitos idênticos em todos os países ou regiões. Uma distinção básica deve ser estabelecida entre o neoliberalismo nos países centrais e o neoliberalismo nos países periféricos. (BOITO JR., p. 30-31, 1999).

Essa falsa noção de que essas “políticas” como a flexibilização, globalização, capitalismo e até mesmo neoliberalismo acontece da mesma maneira em todos os países serve aos interesses das firmas multinacionais, como aponta o autor:

Ela propaga a ideia de que a abertura das economias é inevitável, e que as multinacionais, que seriam empresas globais, poderiam transplantar sua produção a qualquer momento para qualquer país, induzindo as populações a acreditar que é necessário todo tipo de concessão de vantagens fiscais,

---

<sup>2</sup> Tripé neoliberal: privatização, abertura comercial e desregulamentação financeira e do mercado de força de trabalho.

creditícias e de custos salariais aos capitais imperialistas. (BOITO JR., p. 32, 1999).

Ao contrário desse ideário de multinacionais que podem se instalar em qualquer país, o autor diz que essas empresas multinacionais, apesar de realmente operarem em diversos países, permanecem com a maior parte de seus ativos de mercado em seu país de origem, e é esse país de origem que realmente se beneficia dessas empresas multinacionais, pois a maior parte de seu lucro volta para esse país, bem como é nele em que investem em pesquisas e desenvolvimento. Isso explica o motivo pelo qual o Brasil possui uma triste realidade de incentivo a pesquisa e desenvolvimento, que conta com pouquíssima fomentação.

—A internacionalização da produção capitalista é seletiva e não elimina a desigualdade econômica entre países centrais e países periféricos” (BOITO JR., p. 34-35, 1999). O que resta a países como o Brasil, considerado subdesenvolvido industrializado, é o capitalismo periférico.

#### **4.1 Um esboço do cenário brasileiro pré-neoliberalismo**

Não é possível implantar uma política de uma hora para outra, existem condições que precedem essa implantação e que faz com que seja possível. São essas condições que iremos apresentar nesse momento.

Já na ditadura militar, em 1964, foi eliminado um dos elementos que poderiam vir a se tornar uma barreira para o neoliberalismo no país, trata-se do populismo através da repressão do movimento popular, uma vez que era sobre esse movimento uma das bases que serviam como sustentação para a política de desenvolvimento industrial no Brasil.

A ditadura brasileira, embora tivesse suprimido a política populista de ampliação gradativa dos direitos sociais e arrojado os salários, não implantou uma política global de desregulamentação e manteve a intervenção econômica do Estado com vistas ao crescimento e à diversificação do parque industrial. (BOITO JR., p. 111, 1999).

Apesar dos ataques aos movimentos sociais, no que tange ao parque industrial brasileiro, esse cresceu muito no período da ditadura militar, bem como a taxa de trabalhadores empregados. Quanto à política, o momento apresentou a necessidade de se criar partidos que atendessem esses trabalhadores, —A criação do PT e da CUT e a

legalização dos demais partidos de esquerda (PCdoB, trotskistas, e outros) são a face mais visível desse fenômeno.” (BOITO JR., p. 118, 1999).

Alguns anos depois, com o governo Collor, o movimento sindical surgido desse aumento de trabalhadores empregados, foi forçado a se colocar na defensiva, tendo sido uma ação estratégica para a implantação do neoliberalismo que já espreitava o país, juntamente com a queda na produção, nos empregos e nos salários, nos três primeiros anos da década de 90.

A vitória da plataforma neoliberal no Brasil deve-se a uma conjuntura histórica complexa que articula a situação internacional à história brasileira. Nessa conjuntura interferem fatores de ordem econômica (alternância de recessões com períodos de crescimento moderado, desemprego), de política internacional (reunificação do campo imperialista, desagregação da União Soviética), de política interna, fatores ideológicos (crise do movimento socialista) e outros. (BOITO JR., p. 122, 1999).

#### **4.2 A desindustrialização que abre as portas para o neoliberalismo**

O neoliberalismo, ao contrário do que ele prega como ideologia, não tem por objetivo diminuir as diferenças econômicas sociais, mas sim reforça-las, deixando bem claro o papel de cada um. Boito Jr. nos mostra como o neoliberalismo separa as economias:

Além de modelar as economias latino-americanas de acordo com os interesses do capital financeiro dos países centrais, o neoliberalismo visa, em segundo lugar, adequar tais economias aos interesses das grandes empresas industriais estadunidenses, europeias e japonesas. Os governos neoliberais estão redesenhando o setor industrial das principais economias da América Latina de modo a reforçar as antigas funções que tais economias desempenharam, e ainda desempenham, na divisão internacional do trabalho – fornecimento de matérias-primas para as economias centrais e oportunidade de mercado para o escoamento de produtos manufaturados produzidos nos países imperialistas; algumas economias da região vinham se afastando dessas funções graças ao processo de industrialização. [...] repetindo, também nesse ponto, o padrão de atuação que o capital imperialista tinha na América Latina no início do século XX. (BOITO JR., p. 41, 1999).

A fim de reforçar esse papel que o neoliberalismo dá aos países da América Latina, o de fornecedores de matérias-primas e canais de escoamento de produtos manufaturados produzidos nos países imperialistas – vale lembrar que boa parte desses

produtos manufaturados, sobretudo os de alto valor econômico, são produtos excedentes – de maneira a causar ou incentivar os processos de desindustrialização e desnacionalização, pois esses processos costumam preceder a implantação do neoliberalismo. Dessa forma, uma vez que a desindustrialização passa a ser realidade em um país, a política de abertura comercial passa a ser uma das únicas opções para manter a economia ativa, mesmo que de maneira inferior e menos desenvolvida.

O aumento de indústrias nesses países onde ocorre a desindustrialização (BOITO JR., 1999) pode nos fazer pensar que se trata de uma afirmativa errônea ao falar em desindustrialização. Porém, o que ocorre é que apesar do aumento de galpões industriais, por exemplo, nada ali está sendo criado, trata-se muitas vezes apenas de uma linha de montagem onde todas as peças vêm de outros países, países esses que recebem investimento em pesquisa e tecnologia para desenvolver tais peças. Sendo assim, cabe aos países latino-americanos apenas a etapa laboral, e não intelectual ou de desenvolvimento.

Vale destacar que a desindustrialização nos países latino-americanos não atinge os setores industriais voltados ao processamento de recursos naturais e beneficiamento de produtos primários, como por exemplo, minérios e grãos. Até porque é delegada a esses países a função de exportadores de matérias-primas dentro da divisão internacional do trabalho.

A extensão territorial desses países onde acontece essa desindustrialização é um atrativo para que empresas multinacionais se instalem ali, bem como a proximidade dos produtos do mercado consumidor.

O Brasil iniciou a política de desindustrialização em 1990, no governo Collor, que promoveu a abertura comercial através da extinção das barreiras não-tarifárias e redução das alíquotas de importação. Para o setor têxtil, veremos mais adiante que esse foi um momento de crise, onde muitas oficinas e indústrias, sobretudo as de pequeno e médio porte, do setor fecharam suas portas devido a uma crise causada pelo aumento na importação desses produtos.

Como já foi apontado, o processo de desindustrialização costuma preceder a instalação do neoliberalismo, sendo assim, as medidas tomadas no governo Collor serviram como base para que Fernando Henrique Cardoso viesse a instaurar de fato seu governo neoliberal.

### 4.3 Os desdobramentos do neoliberalismo no mundo do trabalho

Como vimos o neoliberalismo e sua precedente desindustrialização no Brasil, acarretou em grandes mudanças na economia e no setor industrial. Dessa forma, tais mudanças foram sentidas fortemente pelos trabalhadores.

Apontamos anteriormente como é errônea a generalização seja do que for e com o neoliberalismo não é diferente. Não é possível esperar que se obtenham os mesmos resultados em todos os países que tiveram uma política neoliberal instaurada, as particularidades e a conjuntura histórico, econômica e social de cada país, poderão dificultar ou facilitar as ações dessa política.

Ao longo do trabalho apresentamos autores que nos mostraram que a precarização do trabalho é condição para o “capitalismo saudável” e não consequência desse, ou seja, o capitalismo necessita de tal precarização para poder agir. Já para o neoliberalismo essa lógica se dá de maneira contrária, pois o neoliberalismo gera a pobreza, não se depara com ela ao ser instaurado em um país, pois suas próprias políticas levam a esse cenário, através da concentração de renda que deixa ainda mais clara a desigualdade social.

A política social neoliberal aprofundou as más condições de saúde, educação e moradia, porque reduziu os gastos do Estado, que já eram pequenos, em todas essas áreas e também porque se orienta por uma concepção antipopular e política social. (BOITO JR., p. 76, 1999).

A política neoliberal não é instaurada de uma hora para a outra, há sinais que a antecedem e preparam o terreno, como vimos, a política de desindustrialização é um desses sinais. Já na década de 1980 a redução dos gastos sociais e o aumento dos gastos financeiros davam base para o discurso de falência do Estado, muito utilizado na política de privatização.

É do interesse do grande capital internacional, e conseqüentemente o neoliberalismo age para que isso seja possível, que a população tenha apenas as condições mínimas, sobretudo em educação e saúde.

“Essa população, segundo o postulado neoliberal, deve, ao contrário, contentar-se em permanecer na base da pirâmide escolar.” (BOITO JR., p. 80, 1999), afirma o autor sobre a falta de investimentos públicos na educação do segundo grau. Esse ideário neoliberal faz muito sentido quando se pensa que uma das únicas – se não a única –

forma de romper com a reprodução da pobreza e da alienação é o acesso ao conhecimento através da educação de qualidade. Dessa forma, não há como o neoliberalismo agir de outra forma se não contra o ensino público de qualidade, pois seria aí que ele perderia sua maior massa de manobra.

Quanto à saúde e previdência, a lógica neoliberal é a mesma, a de disponibilizar como serviço público apenas o mínimo em serviços médicos e pensões.

O autor faz uma comparação do Brasil com outros países da América Latina como Chile e Argentina, países onde a pauperização dos serviços públicos se encontravam plenamente configurados devido à política neoliberal. A dificuldade de levar os serviços públicos brasileiros à pauperização se deve, sobretudo, a Constituição de 1988 que, mesmo não tendo consagrado a maior parte das reivindicações populares, tem nela a força dos períodos de luta popular e democrática contra a ditadura militar. — O neoliberalismo chegou ao poder no Brasil sob um regime democrático, teve de enfrentar um movimento operário e popular mais ativo e se deparou com os partidos reformistas e revolucionários na oposição à política neoliberal.” (BOITO JR., p. 85, 1999).

No que tange os trabalhadores, por não formarem um bloco hegemônico, não foi possível que o neoliberalismo atingisse a todos da mesma maneira. O fato de os trabalhadores não serem um bloco hegemônico explica também a dificuldade que os sindicatos encontram frente ao neoliberalismo para defender os direitos desses trabalhadores, afinal, não são as mesmas reivindicações. Porém todos os trabalhadores tem uma coisa em comum, a política neoliberal não vai de encontro aos seus interesses.

O fato de o neoliberalismo não ter atingido os trabalhadores da mesma maneira está longe de significar que esses passaram ilesos por essa política, os período onde se tem uma política de neoliberalismo instaurado em um governo costumam ser de alto índice de desemprego.

A política de juros altos e de contenção do crescimento econômico, que os governos neoliberais herdaram e radicalizaram, a redução das tarifas aduaneiras, iniciada timidamente no final da década de 1980 e ampliada sob os governos neoliberais, a sobrevalorização cambial, estabelecida pelo Plano Real em 1994, e a redução dos gastos públicos em serviços urbanos e sociais e em obras de infraestrutura são os principais pontos da política econômica e social neoliberal que tem feito crescer o desemprego total e que o têm mantido em um nível muito elevado. (BOITO JR., p. 87, 1999).

Será possível, mais adiante, observar que o desemprego nesse período neoliberal atinge também o mote de nossa pesquisa, o setor têxtil, sobretudo através do fechamento de muitas indústrias do ramo.

Acima o autor nos mostra que a grande causa das elevadas taxas de desemprego no Brasil, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990, não se deram apenas devido à modernização tecnológica das indústrias, mas sim “[...] provém, em grande medida, das novas formas de organização do trabalho nas empresas e das fusões.” (BOITO JR., p. 87, 1999).

Além dos processos de privatização que aconteceram nessa época, o governo também reduziu os gastos e investimentos governamentais na área social e paralisou a criação de empregos no setor público. As próprias privatizações tiraram milhares de empregos de trabalhadores, que segundo o autor, no setor de siderurgia que teve empresas privatizadas chegaram a 90 mil funcionários demitidos. Também nessa época o governo fez vistas grossas ao trabalho infantil e redução das aposentadorias dos idosos, nesses dois casos, tanto crianças e adolescentes quanto os idosos acabavam por ocupar os postos dos trabalhadores adultos jovens. “a taxa de emprego calculada pelo IBGE indica o crescimento do desemprego na década do neoliberalismo – essa taxa passou de 3,7% em 1990, para 4,8% em 1995.” (BOITO JR., p. 89, 1999).

O autor afirma que a taxa de desemprego da época era muito maior do que afirmava os dados do IBGE, pois através da metodologia usada para recolher os dados, considerou-se como desempregado apenas aqueles indivíduos que procuraram emprego apenas na semana anterior a pesquisa, ou seja, se por algum motivo o trabalhador não procurou por emprego na última semana, mas passou outras três anteriores a essa na busca de emprego, ele não é considerado como desempregado. Sendo assim, muitos desempregados ficaram de fora do contingente geral do que o IBGE considerou como trabalhadores desempregados. Essa falha na pesquisa que tende a baixar a taxa de desemprego foi utilizada pelo governo FHC para minimizar o problema de desemprego da época.

Entre 1985 e 1989, os desempregados procuravam ativamente emprego, em média, dezessete semanas por ano. Entre 1990 e 1995, esse período passou a ser de 22 semanas por ano. (BOITO JR., p. 90, 1999).

É necessário destacar também que o IBGE apenas considera o desemprego aberto, porém esse não é o único existente, pois há também o desemprego oculto pelo

trabalho precário e o desemprego oculto pelo desalento. Para termos noção da diferença que se encontra quando se apura apenas o desemprego aberto e quando se considera o desemprego total: “[...] a região metropolitana de São Paulo apresentava 5% de desemprego aberto e 13,2% de desemprego total.” (BOITO JR., p. 91, 1999).

Em nível de comparação entre o período que precedeu a instalação do governo neoliberal no Brasil e a década de 1990 onde já se tinha o governo instalado, o autor apresenta a taxa de desemprego para a Grande São Paulo. No período de 1985 a 1989 a taxa de desemprego da região era de 9,8%, já no período de 1990 a 1995 essa taxa passou para 13,2%. Essas taxas representam então “[...] uma média anual de 664 mil pessoas desempregadas na Grande São Paulo para os anos de 1985-1989 e de 1,02 milhões para os anos do neoliberalismo – 1990 a 1995. O neoliberalismo colocou a taxa de desemprego num patamar desconhecido na história econômica recente do Brasil.” (BOITO JR., p. 92, 1999).

A degradação do emprego é feita pela política neoliberal através da desregulamentação do mercado de trabalho que se dá através da desconsideração ou mudança das leis trabalhistas já vigentes. No Brasil essa desregulamentação não foi capaz de avançar da maneira que a política neoliberal desejara, não por possíveis consequências do governo ou a influência do populismo ou social-democracia, mas sim devido ao fato de que:

[...] era mais importante para os governos neoliberais atacar o protecionismo alfandegário e a atividade produtiva do Estado porque esses itens eram muito mais desenvolvidos no Brasil do que a proteção legal ao mercado de trabalho. (BOITO JR., p. 93, 1999).

E também devido ao mercado de trabalho no Brasil era muito menos regulamentado do que nos países desenvolvidos nos quais a política neoliberal fora instaurada. Por exemplo, a prática de contrato temporário já vinha sendo utilizada no Brasil, não foi necessário o neoliberalismo para implementá-la.

Outro motivo da tardia desregulamentação do mercado de trabalho foi que:

[...] num país periférico como o Brasil, em que os capitalistas gozam de amplo poder de desrespeitas as leis, houve a percepção dos governos neoliberais de que era possível avançar na desregulamentação prática do mercado de trabalho, sem arcar com os custos políticos de alterações legais. (BOITO JR., p. 93, 1999).



O que o governo neoliberal fez foi incentivar práticas de desregulamentação, seja de forma legal ou oculta, o que era mais comum, como por exemplo, o estímulo aos empregadores para a contratação sem carteira assinada.

Como consequência dessa desregulamentação, seja ela velada ou não, além do aumento na taxa de desemprego como já apresentado, houve também o grande aumento dos trabalhadores por conta própria, os autônomos, e dos trabalhadores informais que muitas vezes atuam ilegalmente. Essas práticas de trabalho não convencionais tendem a aumentar em períodos em que há escassez de trabalho formal, pois é a maneira que esses trabalhadores que se somam a massa de desempregados encontram para sobreviverem, uma vez que são marginalizados no mercado de trabalho.

Uma triste realidade é que enquanto se vê o cenário de escassez de emprego durante o governo neoliberal, há o aumento na taxa de emprego para crianças e adolescentes. Em 1993 havia 9,5 milhões de crianças e adolescentes trabalhando. (BOITO JR., 1999).

Outro ataque aos trabalhadores por parte do governo neoliberal foi o arrocho do salário, tendo o salário mínimo caído pela metade entre os anos de 1989 e 1996. Aqui, assim como nas pesquisas para medir a taxa de desemprego, também houve uma mudança no método de consideração do salário mínimo:

Alguns órgãos da grande imprensa procuram esconder o arrocho imposto pelos governos neoliberais ao salário mínimo substituindo, na avaliação da sua evolução, o critério do poder de compra (salário real) pelo critério do seu valor em dólares: quantos dólares o salário mínimo de um mês determinado pode comprar de acordo com o câmbio em vigor naquele momento. (BOITO JR., p. 97, 1999).

Tal prática é denominada pelo autor de “salário cambial”. Através dessa manipulação, teve-se a falsa noção de aumento no valor do salário mínimo, porém não se é possível ver sentido em tal prática, pois esses assalariados, sobretudo os de baixa renda, consomem apenas produtos do mercado interno, não possuindo poder de compra para produtos importados. Trata-se então de um aumento fictício no salário mínimo da época. Esse ataque ao salário dos trabalhadores é apenas uma das formas de desregulamentação do mercado de trabalho que é incorporado pelo governo neoliberal.

O autor deixa claro, ao apresentar a realidade da política neoliberal, o total desprezo pelos interesses dos trabalhadores que sofreram ataques tanto quando ainda

permanecem em seus empregos, através dos arrochos salariais e das condições de trabalho, quanto quando se encontravam desempregados, através de pesquisas tendenciosas que jogavam para baixo a realidade da taxa de desemprego.

## 5. DESEMPREGO E PRECARIZAÇÃO

Como já mencionado, a fatídica reestruturação produtiva que se instalou no Brasil nas últimas décadas do século XX afetou negativamente a classe proletária das indústrias, pois uma massa de trabalhadores que não estava apta a trabalhar utilizando as tecnologias implantadas nas indústrias nesse momento se viu desempregada. Vimos também que o neoliberalismo instaurado no país acarretou em um ataque aos trabalhadores, seja através das demissões em massa devido aos processos de desindustrialização que precederam a reestruturação produtiva, seja através dos arrochos salariais.

A partir desse momento a flexibilidade do trabalho alcança grandes proporções e atinge praticamente de maneira universal as grandes empresas e indústrias, “A verdadeira preocupação das personificações do capital é promover a ‘flexibilidade do trabalho’ e combater todas as formas possíveis dos ‘mercados rígidos de trabalho’”. (MÉSZÁROS, 2006, p. 34).

Essa massa de desempregados fará parte do exército industrial de reserva, mais uma parte da fórmula que gera a precarização do trabalho. Com um grande contingente de desempregados, os empregadores encontram menos resistência ao impor aos trabalhadores condições precárias de trabalho, pois este pode ser facilmente demitido e substituído caso não aceite tais condições, afinal, para cada trabalhador empregado há um gigantesco número de desempregados prontos para ocupar o cargo deste.

Sendo assim, em um mundo onde a flexibilidade do trabalho impera...

[...] já não há espaço nem para relações de trabalho paternalistas, por mais “tradicionalistas” e “profundamente enraizadas” que possam ser, nem, de fato, para evitar permanentemente o severo impacto negativo da onipresente crise estrutural, por meio das vantagens do comércio e da tecnologia. (MÉSZÁROS, 2006, p. 37).

Apesar de Mézáros (2006) nos dizer que não há mais espaços para relações tradicionais de trabalho, a flexibilização do trabalho retoma uma das formas pretéritas de trabalho, o trabalho domiciliar. Essa relação se torna muito comum, sobretudo na confecção têxtil, onde sob a ilusão de que não mais terá patrões e que se tratará de um trabalho autônomo, o trabalhador vê uma oportunidade de melhores condições de trabalho. Porém, é necessário destacar que o trabalho domiciliar mascara a precarização,

pois esse trabalhador, na maior parte das vezes, apesar de exercer seu trabalho em sua residência, serve a um determinado empregador e trabalha muitas vezes com base em metas estipuladas por este. Além disso, ao ser considerado como autônomo, o trabalhador não mais está assistido por um sindicato e nem mesmo pelas leis trabalhistas, dificultando assim que se tomem as medidas cabíveis caso o empregador descumpra o que foi acordado, como salário, por exemplo. Portanto, o trabalho domiciliar, na maior parte das vezes, significa que o trabalhador receberá por quanto produzir, incentivando a sobrecarga de trabalho, e ainda, não raro os demais membros da família ajudam na produção para que a meta estabelecida pelo empregador seja cumprida, sendo incorporados ao trabalho até mesmo crianças.

Outro recurso que a flexibilização traz, é o banco de horas, onde ao invés do trabalhador receber pela hora extra trabalhada, essas horas ficam acumuladas para serem “resgatadas” posteriormente em forma de dias de folga. Essa prática faz com que as horas extras sejam mais recorrentes, por não serem pagas em dinheiro. Sendo assim, a prática do banco de horas funciona de maneira que o trabalhador passa a vender sua força de trabalho não mais por dinheiro, e sim por dias de folga que serão dados a critério da empresa. O banco de horas se trata de um recurso que beneficia exclusivamente o empregador e não o trabalhador, sendo o trabalhador pressionado, muitas vezes, a aceitar tal condição estipulada pelo empregador.

Com a crise estrutural do capitalismo eminente e a constante necessidade do aumento na produção que o próprio cria, o capitalismo desconsidera direitos humanos, sobretudo dos trabalhadores, criando, ou recriando, formas de precarizar cada vez mais o trabalho que resultam no barateamento dos custos na produção e aumento no lucro.

O capital é absolutamente incapaz de respeitar os seres humanos. Ele conhece só uma maneira de administrar o tempo de trabalho: maximizando a exploração do “tempo de trabalho necessário” da força de trabalho empregada e ignorando totalmente o “tempo disponível” na sociedade de forma geral, pois deste não pode extrair lucro. (MÉSZÁROS, 2006, p. 43).

Não é do interesse do capitalismo que a sociedade, os trabalhadores, tenha tempo livre para serem socialmente produtivos, pois uma vez que se tornem seres sociais, questionadores e críticos, que tenham tempo de o ser, esses trabalhadores poderão vir a questionar o sistema onde estão inseridos, questionar a forma de trabalho que exercem e é dessa maneira que pode se iniciar uma quebra naquele sistema. Sendo

assim, é necessário que o trabalhador que serve ao capital tenha seu tempo ocupado servindo ao capital, de maneira que não possa questioná-lo, assim como a precarização, a alienação também é condição para que o capitalismo continue –saudável”.

O capitalismo encontra formas de extinguir o tempo livre do trabalhador dentro e fora do ambiente de trabalho, seja através das horas exaustivas de trabalho ou acabando com a porosidade no mesmo. A porosidade do trabalho consiste nos pequenos momentos onde o trabalhador, em seu horário de trabalho, não está exercendo sua função, por exemplo, quando o trabalhador para o seu trabalho para ir ao banheiro, tomar água ou café, em alguns casos extremos, o trabalhador é proibido até mesmo de olhar para os lados ou sair do seu posto para pegar algo que não esteja ao seu alcance, para isso, muitas indústrias fazem uso de supervisores.

Com a reestruturação produtiva e a flexibilização do trabalho surgem também as formas atípicas de trabalho, formas essas que, muitas vezes, significam precarização.

O autor Luciano Vasapollo (2006) lista como é possível entender a flexibilização:

- Liberdade da empresa para despedir parte de seus empregados, sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem;
- Liberdade da empresa para reduzir ou aumentar o horário de trabalho, repetidamente e sem aviso prévio, quando a produção necessite;
- Faculdade da empresa de pagar salários mais baixos do que a paridade de trabalho, seja para solucionar negociações salariais, seja para poder participar de uma concorrência internacional;
- Possibilidade de a empresa subdividir a jornada de trabalho em dia e semana de sua conveniência, mudando os horários e as características (trabalho por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível etc.);
- Liberdade para destinar parte de sua atividade a empresas externas;
- Possibilidade de contratar trabalhadores em regime de trabalho temporário, de fazer contratos por tempo parcial, de um técnico assumir um trabalho por tempo determinado, subcontratado, entre outras figuras emergentes do trabalho atípico, diminuindo o pessoal efetivo a índices inferiores a 20% do total da empresa.

O autor ainda reforça o papel da mundialização econômica no aumento do trabalho ilegal, pois através da mundialização as grandes multinacionais, por exemplo, têm a possibilidade de permanecer nos países desenvolvidos, porém fragmentar seus setores de produção em países onde seja possível diminuir ao máximo os gastos com produção e conseqüentemente aumentando a competitividade, países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, como o Brasil por exemplo.

Luciano Vasapollo (2006) lista ainda três características de um trabalho padrão, que vem perdendo cada vez mais seu espaço:

- O horário previsto é o de tempo integral;
- A assunção para os trabalhadores empregados e o início da atividade autônoma para os trabalhadores independentes têm tempos e lugares determinados;
- Há uma grande diversidade de posição e papel entre quem trabalha como empregado e quem é independente.

E também lista características de um trabalho atípico:

- a) Diferenças em relação ao trabalho padrão: falta uma ou mais características em relação ao trabalho efetivo, à integração organizativa da empresa, à obrigatoriedade do tempo indeterminado, ao regime constante de prestação de serviços, à exclusividade na relação e na oferta da disponibilidade temporal; b) Uma prestação de serviços cuja característica fundamental é a falta ou a insuficiência de tutela formativa e contratual. No trabalho atípico são incluídas todas as formas de prestação de serviços, diferentes do modelo padrão, ou seja, do trabalho efetivo, com garantias normais e contratuais, por tempo indeterminado e *full-time*. (VASAPOLLO, 2006, p. 49).

Com a globalização e através das políticas neoliberais é então gerada, através da flexibilização do trabalho e da produção, uma massa de trabalhadores precarizados, bem como de desempregados, onde quer que se instale, pois, ao contrário do sistema fordista, onde as formas de contratação eram padrão, a flexibilização traz inúmeras formas de contratação que beneficiam exclusivamente o empregador e mascara uma relação precária de direitos tanto trabalhistas quanto humanos.

Vale lembrar que todas essas características que permeiam as formas de trabalho pós-fordismo são vendidas tanto a sociedade no geral como aos trabalhadores como sendo uma melhor forma de trabalho, vendendo a falsa ilusão de que o trabalhador está

no comando de seus horários e de sua força de trabalho para flexibilizá-la de maneira que seja mais conveniente, porém o que essas formas de contratação realmente acarretam ao trabalhador é “[...] a insegurança econômica, a total falta de perspectivas, as dificuldades de administração do tempo, a precariedade em cada fase da própria existência etc.” (VASAPOLLO, 2006, p. 52).

No Brasil, o desemprego em massa causado pela reestruturação produtiva que já era uma realidade em 1990, coloca o país na quarta posição no *ranking* mundial de desemprego no ano de 2002, ficando atrás somente da Índia, Indonésia e Rússia. (POCHMANN, 2006).

Ao contrário do que se esperava, ao adotar políticas neoliberais a fim de acelerar o crescimento econômico do país, a situação econômica a partir de 1980 registra baixas taxas de expansão da economia, pois a renda da população não acompanha as mudanças e encontra-se em situação de estagnação.

Durante o período de 1990-1992, quando predominou a recessão econômica, a produção nacional caiu 3,9%, enquanto o emprego assalariado formal foi diminuído em 8,4% e a taxa de desemprego subiu 130%. “Nesse período, não houve apenas a redução da produção interna, mas o aparecimento de maior quantidade de produtos importados, como fruto da abertura comercial que recompôs parte interna da oferta de bens e serviços.” (POCHMANN, 2006, p. 69).

Podemos concluir então, que no que tange a reestruturação produtiva e devido à política neoliberal que se instalou no Brasil, sobretudo nos anos 90, que teve início com o governo Fernando Collor (1990 – 1992) e posteriormente com Fernando Henrique Cardoso, o desemprego em massa se agravou durante pelo menos duas décadas. Essa quantidade de desempregados se deu principalmente devido as reestruturações industriais para que as indústrias pudessem se lançar no mercado externo, reestruturações essa que se deram tanto no nível de modernizar o maquinário, quanto na exigência de perfis de trabalhadores melhores qualificados. Tal exigência de mão de obra mais qualificada aprofundou a discriminação na contratação laboral. (POCHMANN, 2006).

### **5.1 As formas de trabalho que surgem em uma crise de desemprego**

Apontamos anteriormente que o neoliberalismo possui políticas e meios de atacar direta ou indiretamente os trabalhadores, seja através da desregulamentação do mercado de trabalho, ou de processos que antecedem a instauração dessa política, como

o processo de desindustrialização. Esses dois processos acarretaram no aumento exponencial da taxa de desemprego entre o final da década de 1980 e a durante a década de 1990, e sem emprego os trabalhadores tendem a buscar outros meios de garantir uma renda, um desses meios mais comuns é através da prática de trabalho informal.

As origens do trabalho informal podem ser buscadas numa categoria remanescente dos séculos passados que conseguiu sobreviver, mesmo com a implantação do modo de produção capitalista no século XVIII, dando origem a uma forma modificada de produção material. (ALVES & TAVARES in ANTUNES, p. 425, 2006).

Segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho), o setor formal é composto por unidades produtivas organizadas, enquanto o setor informal abarca as unidades produtivas não organizadas.

Os trabalhadores que incorporam o setor informal apenas o conseguem fazer contanto que outros membros do seio familiar estejam dentro do trabalho formal, para garantir a estabilidade financeira da família. Sendo assim, mesmo o setor informal apenas é possível desde que haja concomitantemente o setor formal.

As autoras Alves e Tavares (in: ANTUNES, 2006) levantam a teoria cepalina, criada por Cepal. Tal teoria, denominada de teoria da dependência afirma que a dependência econômica que os países latino-americanos tiveram ao tentar de maneira falha se incorporar ao mercado internacional, teve como consequência a marginalização de setores da população urbana que não puderam ser incorporados a esse mercado formal de trabalho. Esses trabalhadores que não conseguiram se inserir nesse novo mercado de trabalho, voltado ao mercado internacional, passaram a compor a massa de trabalhadores que atuam de maneira precária.

Portanto, as atividades não tipicamente capitalistas eram resultantes e consequências do processo de acumulação capitalista, o qual mantinha parte da força de trabalho na reserva, tendo por função pressionar a força de trabalho que estava na ativa. (ALVES & TAVARES, p. 427, 2006).

Sabemos que a isso se dá o nome de exercito industrial de reserva que não apenas é consequência do capitalismo como é condição para o mesmo. Os processos de desindustrialização, que aconteceram no final da década de 80 e se desdobraram ao longo da década de 90, geraram grande número de trabalhadores desempregados que se somaram a essa massa.



Alves e Tavares citam três principais características das atividades capitalistas informais:

1) o trabalhador vivia da sua força de trabalho, e em alguns casos, utilizava-se do trabalho familiar ou, mais raramente, subcontratava ajudantes como extensão de seu próprio trabalho; 2) tinha como objetivo a obtenção de uma renda para consumo individual e familiar, visando manter também sua atividade econômica; essa forma de trabalho não propiciava acumulação ao produtor direto; 3) o proprietário mantinha o domínio sobre a totalidade das etapas que compunham aquela produção (ALVES & TAVARES apud CACCIAMALI, p.428, 2006).

Ainda utilizando Cacciamali (2000), as autoras apresentam quatro elementos que configuram esse processo de informalidade do mercado de trabalho:

1) os processos de reestruturação produtiva; 2) a internacionalização e a expansão dos mercados financeiros; 3) o aprofundamento da internacionalização e maior abertura comercial das economias; 4) a desregulamentação dos mercados. [...] esses processos geram insegurança nos negócios e, como consequência, tem-se menores taxas de crescimento econômico e do emprego, que apresentam impactos distintos em mercados de trabalho com características estruturais diferentes. (ALVES & TAVARES, p. 429, 2006).

É possível encontrar os quatro elementos citados acima quando se analisa a conjuntura brasileira da década de 90. O processo de reestruturação produtiva de fato atingiu o Brasil e gerou graves consequências para o mercado de trabalho, os demais elementos são todos característicos da política neoliberal do mesmo período, que atacaram os trabalhadores empregados através da desregulamentação do mercado de trabalho e geraram uma massa de desempregados através do processo de desindustrialização.

A autora considera duas categorias de trabalhadores como participantes da informalidade: os assalariados sem registro, que são contratados de forma ilegal e não têm acesso a um conjunto de garantias sociais, e os trabalhadores por conta própria, que atuam na área de prestação de serviços e contam com a ajuda de familiares ou de ajudantes assalariados como extensão de seu próprio trabalho, visando à obtenção de uma renda para sua reprodução e de sua família. (ALVES & TAVARES, p. 429, 2006).

Sendo assim, podemos afirmar que o setor informal ainda necessita, mesmo que não majoritariamente, do trabalho formal para que possa subsistir.

As práticas de terceirização, subcontratação, os contratos de trabalho temporários e a informalidade são os motivos, juntamente com os processos de desindustrialização e desregulamentação, do aumento da tendência de precarização do trabalho no Brasil na década de 1990.

Alves e Tavares (2006) falam dos tipos de trabalhadores que surgem dessa crise no mercado de trabalho. Há os menos instáveis, que são os trabalhadores que possuem certo conhecimento profissional, ainda que minimamente, bem como os meios de trabalho e que se inserem no setor de prestação de serviços; os instáveis, que possuem trabalho conforme recrutamento temporário, que pode ser trabalho por peça ou por serviço realizado, esses trabalhadores dependem muito de sua força física e possuem pouca qualificação; os trabalhadores informais ocasionais ou temporários são aqueles que quando se encontram desempregados se ocupam de atividades informais, porém tem como objetivo retornar a trabalhar de maneira assalariada, esses trabalhadores entram e saem de trabalhos precários e por vezes acabam por permanecer neles. Quando se combina o trabalho regular com o trabalho ocasional temos os chamados bicos.

Considerando que as atividades informais estão inseridas na divisão social do trabalho capitalista, podemos entender que esses trabalhadores também são explorados, pois contribuem para que se efetive a circulação e o consumo das mercadorias produzidas pelas empresas capitalistas. A forma de inserção no trabalho informal é extremamente precária e se caracteriza por uma renda muito baixa, além de não garantir o acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos, como aposentadoria, FGTS, auxílio-doença, licença-maternidade; se ficam doentes, são forçados a parar de trabalhar, perdendo integralmente sua fonte de renda. (ALVES & TAVARES, p.432, 2006 apud CACCIAMALI, 2000; JAKOBSEN et al., 2000).

A partir dessa citação é possível concluir que o capitalismo ganha até mesmo com os tipos de trabalhos informais, criados justamente do capitalismo que exclui parte dos trabalhadores do mercado formal. Se pegarmos o fato de que o trabalho informal é precário, com baixa remuneração e não garante os direitos sociais a esses trabalhadores, podemos até mesmo dizer que o capitalismo tende a ganhar mais com ele do que com o trabalho formal, pois este primeiro além de, muitas vezes, colocar em circulação produtos da indústria capitalista, ainda garante que esses trabalhadores muito dificilmente irão ascender socialmente, continuando a integrar a massa de manobra, e não geram gastos ao Estado através dos direitos sociais como FGTS, licença maternidade, entre outros. Sendo assim:

As novas formas de inserção do trabalhador por conta própria na economia informal não são práticas novas, mas foram recriadas pelas empresas capitalistas como meio de possibilitar a extração da mais-valia relativa com a mais-valia absoluta. . (ALVES & TAVARES, p. 433, 2006).

Quando se tem a acumulação flexível, não é a figura do patrão que representa o controle do capital sobre o trabalhador, pois esse controle está expresso em toda a relação de trabalho, seja no conteúdo do trabalho, ou na própria relação do trabalhador para com as pessoas. Prova disso são os casos de cooperativas que não deram certos, por mais que se tenha tirado a figura do patrão, a forma capitalista de trabalho já está incutida nesse trabalhador, que tende a reproduzi-la em qualquer meio que se insira, mais adiante apresentaremos um exemplo de um caso de cooperativa no setor têxtil. Essa ideia de trabalhador como próprio patrão é equivocada, pois o verdadeiro patrão sempre será o capitalismo.

A “autonomia” do produtor, cujo trabalho é pago por peça, não escapa às determinações capitalistas. O suposto autônomo não pode, livremente, atribuir um valor às peças por ele produzidas. Se ele produziu uma peça em um tempo maior do que o socialmente necessário, isso não lhe permite cobrar por ela um preço acima da média já calculada pelo capitalista, pois um quantum maior de trabalho que o socialmente necessário torna a produção inadequada à lei do valor. (ALVES & TAVARES, p. 438, 2006).

O trabalhador é para o capitalismo, seja na forma representativa do patrão ou nas políticas neoliberais, totalmente substituíveis e sem valor real. As autoras se utilizam de Marx e Engels (1976) para expressar isso, citando que “ $\ominus$  que para o capital é uma condição de produção, não é o trabalhador, mas apenas o trabalho.”, e ainda que se o capitalismo puder substituir esses trabalhadores por máquinas, pela água ou pelo ar, ele o fará. “Desde que a divisão do trabalho, decorrente da maquinaria, impôs o trabalho coletivo, o trabalhador está subordinado às determinações do capital, mesmo que disso não tenha consciência.” (ALVES & TAVARES, p. 441, 2006).

Mesmo que consigam ser disfarçadas de benefícios para os trabalhadores, e utilizam as mídias tendenciosas para disseminar essas ideias, o único beneficiário das mudanças, sobretudo advindas de políticas neoliberais, seja no seu estado puro ou não, é o grande capital internacional.

A crescente tendência de terceirização é uma prova disso. Ela é vendida como algo benéfico para o trabalhador, e muitos até mesmo acreditam nisso, mas na verdade é

uma prática extremamente rentável para o capital, pois permite que esse economize em custos com prédios, iluminação e vigilância, por exemplo, porém sem deixar de ter um trabalho de qualidade e intenso.

A contratação ou dispensa desse trabalhador irá ainda ser determinada pela flutuação do mercado, –articulando assim o trabalho morto materializado nas máquinas ao trabalho vivo – supostamente autônomo – que se lhe oferece cada vez mais barato.” (ALVES & TAVARES, p. 438, 2006).

As práticas de trabalho que surgem num momento de crise de desemprego em uma sociedade, sejam elas informais ou autônomas, empurram, muitas vezes, esses trabalhadores para a precarização, pois a escassez de emprego os leva a aceitar mais facilmente essas condições. O capitalismo se cerca de garantias de ser o maior beneficiário de quaisquer ações que possam vir a surgir do seu interior. Até mesmo a ideia de trabalho autônomo ou de cooperativas já se mostrou apenas uma ilusão de fim da figura do patrão.

A ideia de autonomia disseminada pelo pensamento dominante trata da pequena produção ou dos pequenos negócios numa perspectiva que conduz à crença de que todos podem ser capitalistas, quando, na realidade, as atividades denominadas autônomas não conseguem ser nem ao menos uma alternativa ao desemprego. (ALVES & TAVARES, p. 441, 2006).

Essas práticas garantem que mesmo na situação de desemprego o trabalhador continue servindo ao capital, seja nessas formas de trabalho ou como componente do exército industrial de reserva.

## 6. O SETOR DE CONFECÇÃO TÊXTIL NO BRASIL

No Brasil, as instalações de indústrias têxteis se iniciaram tardiamente ao final do século XX para suprir as necessidades do crescimento demográfico do país, sendo o Sudeste a região onde mais se encontravam indústrias desse seguimento já no início do século seguinte. Já nos anos 1990 a região que ganha destaque no segmento é a região Nordeste do país devido a grande quantidade de mão de obra barata ali existente (VILAR *et. al.* 2014).

O ramo consegue crescer e se consolidar durante a Primeira Guerra Mundial, quando as importações diminuem e assim os produtos nacionais conquistam maior fatia do mercado nacional. Durante a Segunda Guerra Mundial, o setor têxtil brasileiro também se encontrava em fase favorável, tanto interna quanto externamente, com o aumento nas exportações, porém, após o fim do período, a indústria nacional não pôde competir com os preços internacionais devido ao déficit de investimentos em tecnologia. Esse cenário muda apenas nos anos de 1950 quando há a inovação técnica nas indústrias do país e posteriormente, com incentivos do governo, como financiamento e investimentos concedidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento), e quinze anos depois o setor é incluído pelo CDI nos “grupos preferenciais de indústrias”. (MONTEIRO FILHA; CORRÊA, 2002, apud VILAR *et a.*, 2014).

Com relação ao comércio de vestuário, em 2006, o Brasil encontrou-se na posição 69°, entre os países exportadores, e na posição 51° entre os importadores, que mostra que, o país é produtor/consumidor, onde maior parte produzida se concentra internamente. (VILAR *et. al.*, 2014, p. 4).

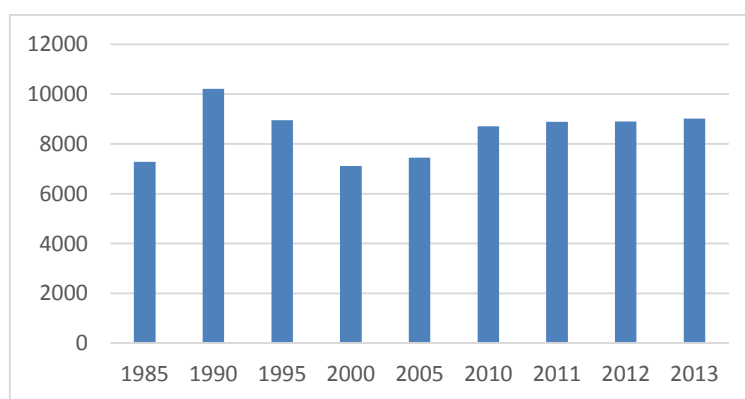
A confecção é uma parte da cadeia de produção têxtil, onde cada uma delas forma um complexo industrial. Juliana Colli (2000) nos apresenta essas partes da cadeia têxtil: produção de fibras artificiais ou químicas; fiação; tecelagem; acabamento; malharia; passamanaria; rendas; cordoaria; e por fim, a confecção, onde os tecidos são de fato transformados em peças, sejam roupas ou toalhas, por exemplo. O setor de confecção é a parte da cadeia têxtil onde há menos automatização, sendo então necessário o intenso uso da força de trabalho.

A cadeia têxtil foi fortemente atingida pela nova forma de organização das fábricas, que passaram a ser divididas em células, onde cada uma dessas células ficava

responsável por uma etapa da produção. Sendo assim, todos os trabalhadores de uma célula, ou de um setor, realizava basicamente a mesma função.

Apresentando a situação geral do setor têxtil, a autora afirma que no Brasil tratam-se, em sua maioria, de micro e pequenas empresas, pois, no ano de 1991 o setor se deparou com uma crise, causada pela importação de tecidos, que acabou por fechar uma grande quantidade de indústrias do setor no país. Através da coleta de dados secundários no banco de dados RAIS, temos a quantidade de empresas no setor de confecção na cidade de São Paulo no período de 1985 a 2013. Os dados serão apresentados com intervalo de cinco anos para facilitar a visualização. Vale destacar que os números indicam apenas as empresas regulares, portanto, nenhum dado levantado através da RAIS nos mostram situações irregulares.

**Gráfico 1** - Empresas no subsetor da indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecido, entre os anos 1985 e 2013 na cidade de São Paulo

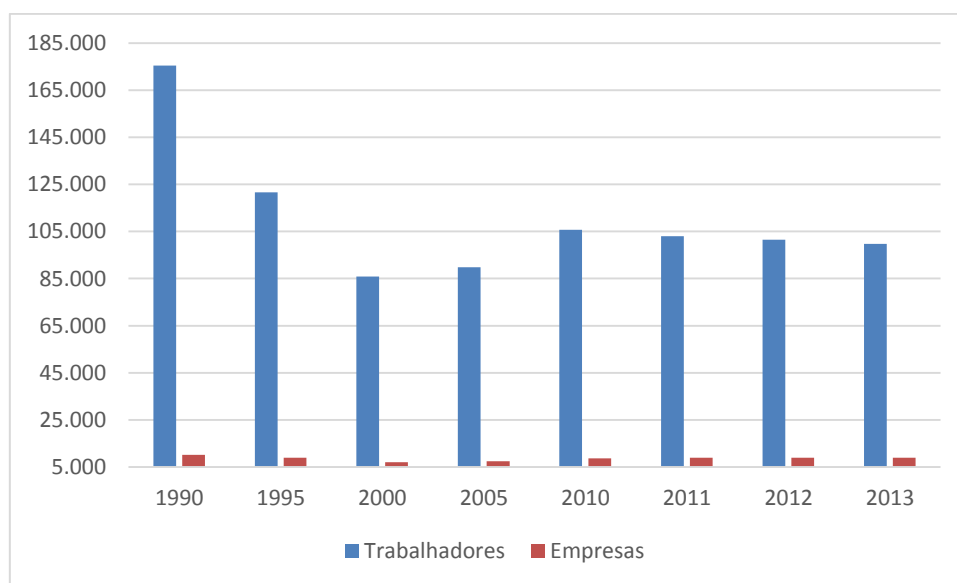


**Fonte:** RAIS/Organizado pela autora.

Através do Gráfico 1 é possível observar que o ápice de empresas do setor têxtil em São Paulo foi no ano de 1990, com mais de 10.000 empresas registradas, sendo em 2000 a pior época do período analisado, tendo caído para pouco mais de 7.000 empresas. Confirmando o que Juliana Colli (2000) afirma que em 1991 o setor sofre com uma crise que fecha as portas de grandes empresas que abrem espaço para micro e pequenas surgirem, através dos dados levantados constatamos que no período assinalado pela autora, o número de empresas do setor em São Paulo realmente diminuiu, voltando a aumentar somente a partir de 2005, porém sem atingir os números de 1990, onde teve seu ápice.

A seguir, vejamos o gráfico que apresenta o número de trabalhadores e o número de empresas no setor têxtil:

**Gráfico 2** – Trabalhadores e empresas no subsetor da indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecido, entre os anos 1985 e 2013 na cidade de São Paulo



**Fonte:** RAIS/Elaborado pela autora.

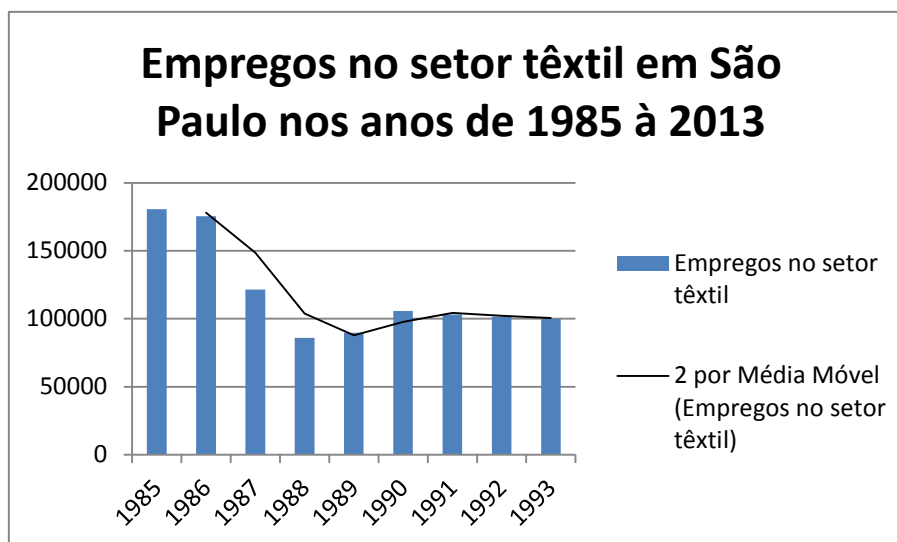
Como já apresentado anteriormente, a reestruturação produtiva implantada no Brasil, gerou uma massa de desempregados, pois estes não estavam qualificados a trabalhar com o maquinário informatizado e tecnológico que as indústrias passaram a utilizar. Na indústria têxtil, entre os anos de 1989 e 1994, houve uma queda de 53% no nível de emprego, causada, segundo o BNDES por tal introdução de tecnologia no setor, tecnologia essa que não condizia com o perfil de qualificação dos trabalhadores. Essa situação se reverte em 1999, quando a desvalorização do real acarreta na retomada do crescimento do setor têxtil (JINKINGS & AMORIM, 2006).

As empresas têxteis com maior poderio econômico mantiveram-se no mercado à custa de intensa reestruturação produtiva. O uso de tecnologia para aumentar a produtividade do trabalho, as novas formas de organização da produção e a introdução maciça da terceirização para reduzir os custos do trabalho resultam em forte aumento dos níveis de desemprego e subemprego no setor têxtil. Nesse quadro, o crescimento explosivo de micro e pequenas empresas têxteis na década de 1990 pode ser pensado como consequência da expulsão de enorme contingente de trabalhadores do mercado formal de trabalho e das tentativas desses trabalhadores de se reinserir no mercado, agora na condição de autônomos. (JINKINGS & AMORIM, 2006, p. 342).

Ou seja, esses trabalhadores que não se encontravam qualificados para ocupar os cargos nas grandes empresas, foram utilizados nas micro e pequenas empresas do setor.

O Gráfico 3, apresentado a seguir, indica a quantidade de vínculos empregatícios no setor de confecção entre 1985 a 2013 na cidade de São Paulo.

**Gráfico 3** – Vínculo empregatício no subsetor da indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecido, entre os anos 1985 e 2013 na cidade de São Paulo



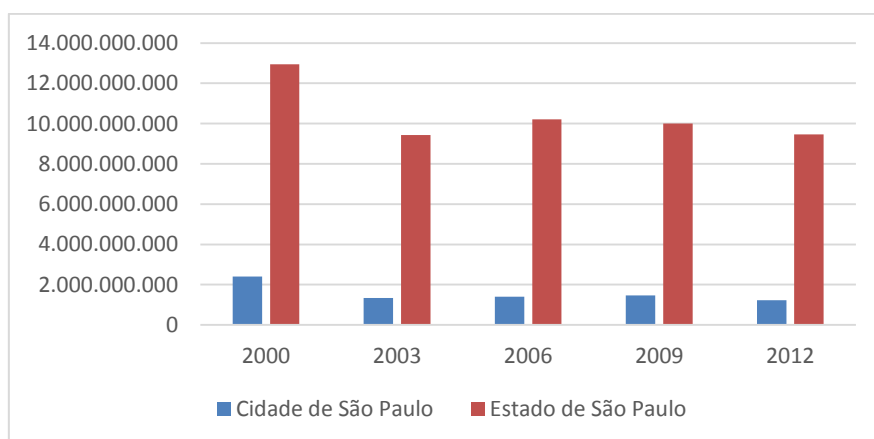
**Fonte:** RAIS/Organizado pela autora.

O Gráfico 3 nos mostra que a partir de 1986 houve uma queda no número de trabalhadores no setor, tendo seu menor número de trabalhadores dentro da série temporal trabalhada, em 1988, que reafirma o que diz Jinkings e& Amorim (2006), causado pela introdução intensa de tecnologia no setor para qual os trabalhadores não estavam qualificados a operar.

A partir do banco de dados SEADE, pudemos levantar o quanto essas empresas produziram em valor adicionado dentro dos anos 2000 a 2012, tanto na cidade de São Paulo quanto em todo o estado.



**Gráfico 4** – Valor adicionado fiscal da Indústria Têxtil entre os anos 2000 e 2012, na cidade de São Paulo e no estado de São Paulo



**Fonte:** SEADE/Organizado pela autora.

É possível perceber através do Gráfico 4 que o valor adicionado do setor na cidade de São Paulo acompanha o declínio que o estado tem a partir de 2000, que aumenta em 2006, porém volta a baixar em 2012.

Apesar da recuperação do setor têxtil em 1999 as indústrias ainda tinham dificuldade em encontrar mão de obra qualificada, pois os trabalhadores não acompanhavam as inovações tecnológicas que vinham sendo implantadas no setor, tratava-se de uma massa de trabalhadores que não tiveram treinamento adequado.

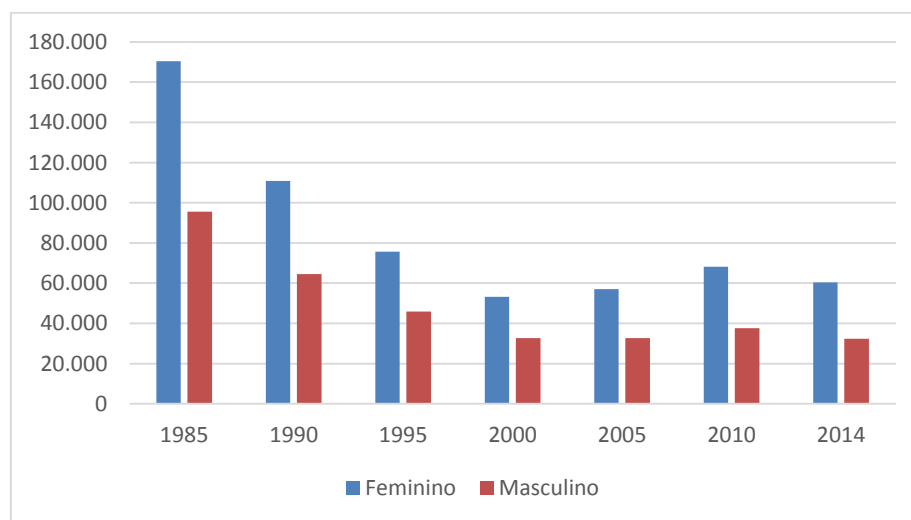
Já é possível traçarmos o cenário que gerou a intensa precarização do setor, cenário esse que se inicia antes mesmo dos anos 1990, mas que ganha força na década. A reestruturação produtiva, juntamente com uma massa de desempregados sem qualificação e a flexibilização do setor, abre a margem para que ocorra a precarização, oriunda, sobretudo, da intensa terceirização que o setor passa a sofrer a partir da década de 90.

### 6.1 Perfil dos trabalhadores

O setor têxtil, principalmente o de confecção, é um setor onde há o predomínio de trabalhadoras mulheres, pois se trata do setor menos maquinizado dentro da cadeia de produção têxtil, “[...] as mulheres são maioria também no trabalho precarizado, que deriva das formas “flexíveis” de contratação. Nota-se que o setor mais terceirizado na linha de produção é a confecção, que utiliza o trabalho feminino de modo amplamente dominante.” (JINKINGS & AMORIM, 2006, p. 355).

O Gráfico 5 apresenta o número de empregados do setor por sexo, com intervalos de cinco anos de 1985 a 2014 na cidade de São Paulo. Se considerarmos os números em porcentagem a diferença entre homens e mulheres no setor não é tão discrepante, porém com base nas literaturas que foram realizadas e na entrevista feita no Sindicato do Vestuário de São Paulo, o Sindivestuário, podemos afirmar que os dados não condizem com a realidade, pois no setor têxtil as mulheres somam mais de 90% dos trabalhadores.

**Gráfico 5** – Vínculo empregatício por sexo no subsetor da indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecido, entre os anos 1985 e 2014 na cidade de São Paulo



**Fonte:** RAIS/Organizado pela autora.

No gráfico é possível perceber que tanto a barra que indica mulheres quanto a que indica homens trabalhando no setor, encontra-se em declínio desde 1985. Vale destacar que esses dados não especificam a função do trabalhador dentro do setor.

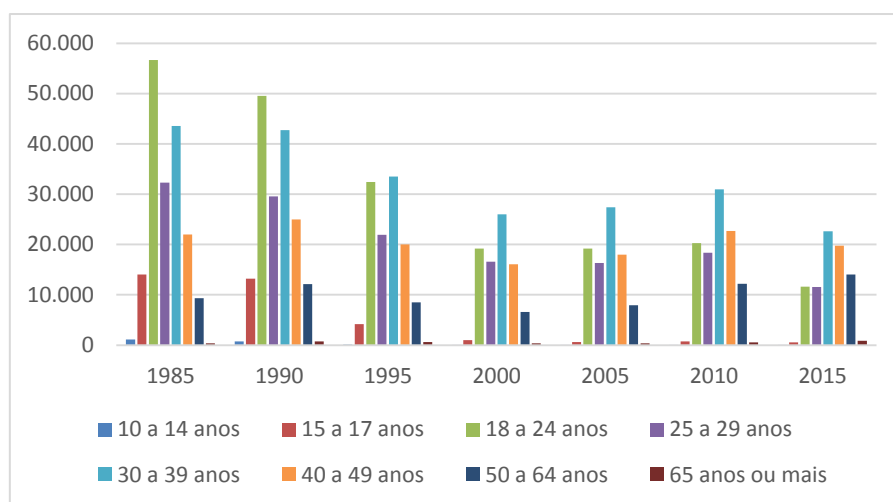
Jinkings e Amorim (2006) apresentam também a escolaridade dos trabalhadores do setor, afirmando que no ano de 2001, 69% desses trabalhadores tinham apenas até a oitava série completa.

De fato, os trabalhadores com níveis de escolaridade até a oitava série incompleta reduziram significativamente sua participação relativa no setor. O total desse segmento era de 68,66% do total dos trabalhadores em 1990. Onze anos depois, esse percentual cai para 39%. Os trabalhadores com segundo grau (completo + incompleto) tiveram expressiva elevação (em 1990, eram 10,95% e, em 2001, ficaram em 27%), assim como aqueles que têm a 8ª série completa que respondiam por 17,65% da força de trabalho em 1990 e, em 2001, sobem para quase 30%. Os demais segmentos (superior incompleto e completo),

também seguiram um movimento ascendente, ainda que de modo menos pronunciado. (JINKINGS & AMORIM, 2006, p. 357).

Organizamos também a faixa etária desses trabalhadores do setor na cidade de São Paulo.

**Gráfico 6** – Faixa etária dos trabalhadores do subsetor da indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecido, entre os anos 1985 e 2015 na cidade de São Paulo

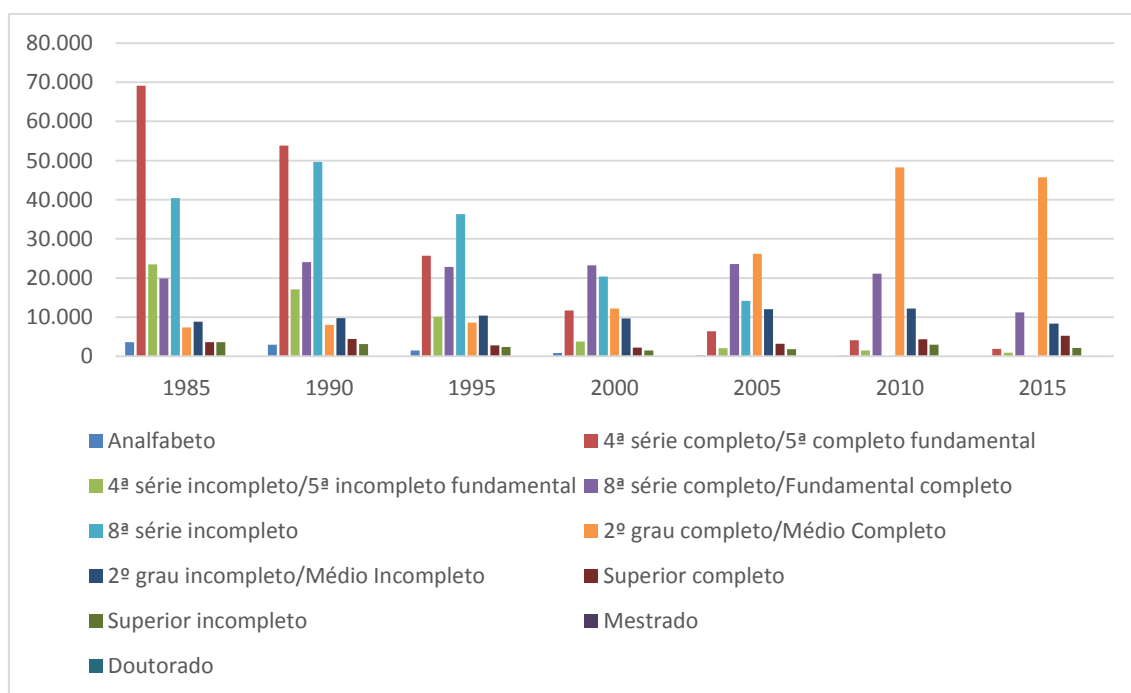


**Fonte:** RAIS/Elaborado pela autora.

Os dados secundários levantados apontam que a faixa etária passou a mudar a partir de 2000, predominando no setor trabalhadoras da faixa etária 30 a 39 anos, predominando até o ano de 2015. Percebemos também que a quantidade de trabalhadoras da faixa etária 18 a 24 anos, que predominava no setor de 1985 a 1990 diminuiu significativamente a partir de 1990, comprovando o que a entrevistada nos informou sobre o desinteresse de trabalhadoras jovens pelo trabalho fabril e sendo substituídas por trabalhadoras mais velhas. Outro fato a se ressaltar é que em 1990 o número de trabalhadoras na faixa etária de 50 a 64 anos passava dos 10.000, diminuindo nos anos seguintes e voltando a aumentar em 2010, sendo necessário destacar que a idade mínima para mulheres se aposentarem é 60 anos. Generalizamos neste momento os trabalhadores do setor como sendo mulheres, pois se trata da grande maioria desses trabalhadores.

Ainda através do banco de dados RAIS, foi possível ver a escolaridade que as autoras falam trazendo para a realidade do município de São Paulo, como podemos observar no Gráfico 7.

**Gráfico 7** – Escolaridade dos trabalhadores do subsetor da indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecido, entre os anos 1985 e 2015 na cidade de São Paulo



**Fonte:** RAIS/Elaborado pela autora.

Assim como as autoras apresentam em escala nacional, a cidade de São Paulo acompanha esses números, sendo a 8ª série a escolaridade da maior parte dos trabalhadores do setor no ano de 2000. No ano de 1985 a 1990 a maior parte dos trabalhadores do setor possuía apenas até a 4ª série completa, isso indica o que já foi visto a partir das literaturas, como o motivo do não preparo dos trabalhadores para manusear os maquinários tecnológicos e informatizados que foram inseridos no setor a partir desse período, sendo essa a maior causa do desemprego em massa sofrido na época. Podemos perceber também que o número de trabalhadores com Ensino Médio completo só será superior às demais faixas de escolaridade a partir de 2005. Há ainda, a partir de 2005 a inserção de mestres e doutores no setor, porém não é possível saber quais cargos estes ocupam.

Na Tabela 1, também organizada a partir de dados secundários retirados da RAIS, podemos observar algumas das nacionalidades mais encontradas no subsetor têxtil na cidade de São Paulo.

**Tabela 1** – Nacionalidade dos trabalhadores do subsetor têxtil na cidade de São Paulo entre os anos 2000 e 2015

	2000	2005	2010	2015
Brasileira	85.371	89.233	104.646	78.514
Boliviana	122	279	699	1.705
Chilena	16	9	17	9
Chinesa	8	3	0	1
Haitiano	0	0	0	29
Coreana	26	21	47	58

**Fonte:** RAIS/Elaborado pela autora.

Através da Tabela 1, é possível perceber que depois dos brasileiros, os bolivianos dominam o setor têxtil, seguido pelos coreanos. É possível notar também a presença de haitianos no ano de 2015, nacionalidade que não ocupava o setor formal têxtil anteriormente. O fato de os haitianos estarem se inserindo nesse setor foi comentado durante a entrevista realizada no Sindivestuário, e se deve, sobretudo, a imigração desses após o desastre que devastou o país em 2010 sendo o Brasil o principal destino desses imigrantes.

Devemos mais uma vez reforçar que os dados apresentados se referem apenas aos trabalhadores em situação regular, ou seja, emprego formal com trabalhadores registrados, dessa forma, os trabalhadores em situação irregular não se encontram inseridos nesses números.

Jinkings e Amorim (2006) apresentam duas tendências ocorridas, sobretudo a partir da década de 1990, causadas pela reestruturação produtiva para o setor têxtil nacional, uma delas, já mencionada, é a diminuição do emprego no setor. A segunda surge em decorrência da primeira, trata-se da crescente terceirização das atividades nas grandes empresas.

Apesar de a terceirização ter sido sempre recorrente nesse setor, nas últimas duas décadas o modo como ela passou a ser empregada alterou-se. Inserida no cenário de reestruturação, a partir de 1990 a indústria de confecção brasileira sofreu algumas modificações, decorrentes principalmente da abertura do mercado nacional aos produtos estrangeiros, cuja entrada maciça no país estabeleceu uma competição com os produtos brasileiros pautada nos baixos preços e na qualidade. Se, por um lado, a incapacidade de concorrer com esses produtos levou inúmeras empresas a abrir falência, a paralisar a produção ou a fechar definitivamente as unidades produtivas, por outro, uma parcela procurou reorganizar a sua produção com o objetivo de garantir a sua permanência no

mercado e de resgatar a sua capacidade competitiva. (JINKINGS & AMORIM, 2006, p. 364).

O setor de confecção têxtil é um dos que mais sofreram e ainda sofre com a terceirização, sendo essa a principal forma que as empresas utilizam na confecção de suas peças. Quando se trata de uma marca, a manufatura de sua peça não é o que gera lucro a ela, e sim o nome da marca, sendo assim as empresas terceirizam a produção para se dedicar a fazer com que aquela marca cresça, por exemplo, se dedicando ao *marketing*.

A terceirização consolidou-se, então, como uma prática estratégica para as empresas de diferentes tamanhos e capacidades produtivas, inclusive para as grandes empresas que tinham, de certo modo, críticas ao padrão de qualidade dos produtos confeccionados por empresas subcontratadas ou por trabalhadoras domiciliares (JINKINGS & AMORIM, 2006, p. 370).

O objetivo de reestruturar as cadeias produtivas a fim do aumento do lucro no produto final não é o único que leva a terceirização, a terceirização tem também como objetivo o enfraquecimento do poder sindical, o que leva aos trabalhadores a ficarem desassistidos facilitando a imposição de condições de precarização por parte do empregador.

A maneira como se dá a fase de confecção do setor têxtil, sendo o principal meio de produção a máquina de costura, contribuiu para uma maior flexibilização do setor em detrimento dos outros. A facilidade em fragmentar o setor também torna possível que formas de produção arcaicas também ganhem espaço, como o trabalho domiciliar.

[...] verificamos na indústria de confecção brasileira uma reorganização produtiva caracterizada principalmente por um movimento de revitalização de formas pretéritas de trabalho, que passaram a ser utilizadas como novas modalidades de subcontratação. Enquanto em outros países a flexibilização da produção via subcontratação foi combinada com uma certa modernização pelo emprego de inovações tecnológicas, no Brasil ela foi orientada em outro sentido, evitando os investimentos em novos equipamentos e em inovações organizacionais revigorando, ao mesmo tempo, o trabalho domiciliar. (JINKINGS & AMORIM, 2006, p. 370).

Outra faceta da reestruturação produtiva, como já mencionado anteriormente, é a fragmentação das indústrias, onde cada parte da cadeia produtiva pode se instalar em um determinado local, operando de maneira independente das demais, porém, ainda sim, fazendo parte de uma mesma empresa.

Jinkings e Amorim (2006) fala sobre o aumento na instalação de empresas do setor nas regiões Nordeste e Norte do país no período de 1990-2000, sendo atraídas por

incentivos fiscais, doações de terrenos e galpões, mão de obra barata, pela possibilidade de serem formadas cooperativas através de respaldo do estado, entre outros atrativos que as regiões ofereciam. “Fundadas sob o discurso da ‘parceria’ entre trabalhador e empregador, as cooperativas de trabalho ganham novos contornos e se constituíram como uma forma de assalariamento disfarçado.” (JINKINGS & S, 2006, p. 370).

## 6.2 O caso da Levi Strauss do Brasil

As autoras Jinkings e Amorim apresentam na obra de Ricardo Antunes (2006) um estudo de caso realizado pelas mesmas onde essas estudaram a marca Levi Strauss do Brasil, empresa responsável pela marca de *jeans* Levi's. A empresa em questão foi implantada no Brasil no início da década de 1970 com a primeira unidade produtiva em São Paulo que foi posteriormente transferida para a cidade de Cotia, na região metropolitana de São Paulo.

A empresa trouxe consigo suas políticas e padrões de qualidade utilizada no exterior, onde a meta de qualidade era entre 90 e 100%. Para atingir tal padrão, as costureiras (que eram majoritariamente mulheres, como na maioria das indústrias do setor têxtil) eram separadas de acordo com o padrão de qualidade que estas atingiam nas peças que confeccionavam, sendo o mínimo 75% de qualidade, subindo de padrão ao aumentar tal nível.

Para atingir o nível de qualidade e quantidade de peças que a empresa exigia, as costureiras eram forçadas a intensas jornadas de trabalho sob constante supervisão, onde não era permitida nenhuma porosidade no trabalho, ou seja, momentos de distração, nem mesmo atividades que tomasse o tempo de produção, como ir buscar uma peça ou utensílio que não estivesse ao alcance de suas mãos, sendo designadas pessoas para exercerem esse tipo de trabalho.

As autoras levantaram também, através de pesquisas com ex-funcionárias, depoimentos que relatam a intensidade do trabalho onde algumas desenvolveram LER (lesão por esforço repetitivo), devido à intensidade com que eram obrigadas a trabalhar. Em um depoimento, uma ex-funcionária relatou que chegava a realizar 29 movimentos em aproximadamente 8 segundos na costura de barras de calças, para cumprir a meta estipulada pela empresa.

Com a introdução da reorganização produtiva que as indústrias brasileiras no geral sofreram nas últimas décadas do século XX, a empresa em questão modernizou seu aparato e visando terceirizar o setor de confecção, adotou medidas para as

trabalhadoras, medidas essas que tinham como real intenção a demissão em massa dessas funcionárias.

A empresa adotou então uma política do medo, onde eram passados filmes mostrando a realidade de outras unidades da empresa em locais onde as trabalhadoras eram mais rápidas, produziam mais peças e ganhavam menos, com o pretexto de que a fábrica poderia fechar devido à competição externa causada pela globalização, ou se mudar para outra cidade, caso as trabalhadoras não aceitassem um ritmo ainda mais intenso de trabalho.

Diante de um pedido de aumento salarial onde uma comissão para tratar do assunto com a diretoria foi organizada pelas trabalhadoras, a empresa ameaçou demitir todas caso não aceitassem o aumento de salário que a empresa tinha estipulado, aumento esse abaixo do esperado pelas costureiras.

Tais ameaças apenas mascaravam a real intenção da empresa, que consistia em demitir as costureiras a fim de flexibilizar totalmente a produção, fechando as oficinas e passando a etapa de confecção para oficinas terceirizadas, desse modo a empresa poderia se dedicar exclusivamente ao *marketing* da marca. No ano de 1998 a empresa fechou as portas das oficinas, reorganizando totalmente sua produção, demitindo assim as setecentas funcionárias que trabalhavam para a empresa.

Após demitir as funcionárias e fechar a indústria de confecção, a empresa adotou de outra estratégia, a da cooperativa de produção. As mesmas costureiras que antes trabalhavam na indústria, foram incentivadas a formar, após serem demitidas pela empresa, uma cooperativa que servia a Levi Strauss do Brasil.

A empresa criou o cenário da cooperativa a fim de dar às costureiras a falsa noção de que essas não seriam mais subalternas da empresa, mas sim, trabalhariam no formato de cooperativismo. Assim a empresa forneceu o galpão, o maquinário e estabeleceu uma meta de produção. As costureiras ganhavam por peça, o que estimulava a intensidade da produção.

[...] nesse tipo de terceirização a contratante estabelece um vínculo com as trabalhadoras que perderam os seus postos de trabalho e encontraram no “cooperativismo” uma alternativa para a sua situação de desemprego. Por isso, na condição de cooperadas, passam a se responsabilizar pelos prazos de entrega, pela qualidade da produção e pelos riscos do empreendimento como se nessa relação de subcontratação elas estivessem em condições de igualdade com aquela para a qual prestam seus serviços, como se fossem proprietárias em potencial. Embora sejam tratadas como autônomas, na realidade estão



subordinadas às decisões e exigências feitas pela multinacional para a qual trabalham. (JINKINGS & AMORIM, 2006, p. 385).

Era incentivada a ideia de que as costureiras eram as proprietárias do negócio, podendo assim cobrar uma das outras tanto ritmo de trabalho, como qualidade e presença. Esse incentivo à fiscalização das costureiras pelas próprias causava muitas vezes intrigas e desunião entre as mesmas. Essa estratégia de produção é muito comum, pois faz com que os trabalhadores imponham a eles mesmos um ritmo de trabalho intenso, bem como exigem também do colega de trabalho, já que a meta é geral e caso um trabalhador tenha um ritmo de produção mais lento, outro terá que compensar aumentando seu próprio ritmo. Tal estratégia colabora também para que não haja dentro do ambiente de trabalho a união dos trabalhadores como uma classe, sendo assim, será mais difícil de os trabalhadores se juntarem para exigirem melhores condições, por exemplo.

Aqui se revela, então, o caráter político dessa estratégia de terceirização, pois se busca a adesão das trabalhadoras a essa nova proposta de trabalho, bem como a incorporação de uma nova identidade que seja capaz de garantir o êxito desse empreendimento. Experiências de “cooperativismo” parecidas com a estudada por nós correspondem não só a um mecanismo de flexibilização da produção, mas a uma forma de assalariamento disfarçado que procura ocultar um novo tipo de exploração e de dominação política, ao eliminar direitos e benefícios trabalhistas, como também ao contribuir com o enfraquecimento da ação sindical. (JINKINGS & AMORIM, 2006, p. 379).

No caso estudado pelas autoras, a meta estabelecida pela empresa, foi batida em mais de uma ocasião, porém ao acontecer, o secretário responsável pelo setor, se negou a pagar o que havia sido combinado caso a meta fosse cumprida de maneira integral, alegando que era impossível acontecer isso de maneira que a qualidade exigida fosse mantida.

A produção em forma de cooperativa afasta também os sindicatos, que não podem assistir a essas trabalhadoras, pois as mesmas são consideradas autônomas. Trata-se então de uma estratégia política que beneficia em muito a empresa.

Mesmo que o sindicato não pudesse agir diretamente sobre a empresa, essa foi denunciada e ao saber do processo que sofreria, desfez o vínculo com a cooperativa e tirou do galpão seus maquinários e tudo o que pudesse ser relacionado à empresa. Após isso, a empresa instalou sua linha de produção em Siqueira Campos, no estado do Paraná, em uma estratégia para economizar com os custos de produção, já que a tributação no estado é mais baixa em relação a São Paulo, bem como o salário pago aos

trabalhadores, porém, as peças confeccionadas ainda eram enviadas (pelo menos até o ano de 2002, período em que a pesquisa foi desenvolvida pelas autoras) ao prédio da empresa que continuou em Cotia, São Paulo.

Através da pesquisa elaborada pelas autoras Jinkings e Amorim é possível identificar o que ocorreu em um panorama praticamente geral com as indústrias de confecção no Brasil e como o setor de confecção chegou ao cenário em que se encontra hoje, sendo o setor onde há maior ocorrência de terceirização bem como precarização dos mais diversos níveis. Também é possível notar as manobras que as empresas, sobretudo as multinacionais, utilizam para driblar possíveis contratemplos. A tática de mudança do setor de produção para cidades e estados onde os impostos pagos são mais baixos, bem como a mão de obra, enquanto a “matriz” da empresa se mantém em grandes centros urbanos, é o exemplo do que já foi apresentado antes, sendo o jogo de interesses entre governanças e grandes empresas.

Trata-se de um caso claro de desrespeito para com os trabalhadores, onde esses são precarizados, descartados e alienados pelas multinacionais, para servir-lhes de maneira a aumentar a todo custo os seus lucros. O caso apresentado representa a situação da maioria das multinacionais que se instalam no Brasil para usufruir de mão de obra barata e leis flexíveis, gerando por onde passa um rastro de precarização.

### **6.3 As formas extremas de precarização do trabalho: trabalho escravo na confecção têxtil**

Como já visto e apresentado, a precarização do trabalho se dá em diversas formas, seja por más condições no local de trabalho, salários abaixo do piso salarial da categoria, jornadas de trabalho superior ao estipulado em lei, entre outras. Porém há as formas extremas de precarização do trabalho, é o trabalho escravo, tido também como trabalho análogo a escravidão.

Sendo o nível mais avançado na precarização do trabalho, o trabalho escravo, ou análogo à escravidão ainda é uma realidade global, nos mais diversos setores da produção, sendo mais comum no Brasil a ocorrência em fazendas, porém acontecem até mesmo no setor de confecção têxtil, que é o tema central do presente trabalho. Esse tipo de trabalho acontece, entre outras razões, quando há por parte do “empregador” o interesse em aumentar o máximo possível sua produção com o menor custo para que isso aconteça.

A OIT (Organização Internacional do Trabalho) conceitua trabalho escravo sendo: toda a forma de trabalho escravo é trabalho degradante, mas o recíproco nem sempre é verdadeiro. O que diferencia um conceito do outro é a liberdade. Quando falamos de trabalho escravo, falamos de um crime que cerceia a liberdade dos trabalhadores. Essa falta de liberdade se dá por meio de quatro fatores: apreensão de documentos, presença de guardas armados e “gatos” de comportamento ameaçador, por dívidas ilegalmente impostas ou pelas características geográficas do local, que impedem a fuga.

No Brasil as principais formas de aprisionar esse trabalhador, caracterizando o ato como trabalho escravo, é a apreensão de documentos (mais comum quando se trata de trabalhadores estrangeiros) ou fazendo com que haja a servidão por dívida. A servidão por dívida ocorre quando todo o gasto gerado pelo trabalhador é cobrado pelo empregador, por exemplo, se há o transporte desse trabalhador de seu local de origem até o local de trabalho, esse transporte é cobrado, se o trabalhador mora em instalações do empregador ou alugada pelo mesmo, essa moradia é cobrada, tudo o que o trabalhador consome quanto alimento e produtos de higiene pessoal que seja fornecido pelo empregador também é cobrado. Essa servidão por dívida é feita de maneira que o trabalhador nunca fique com saldo positivo a ponto de chegar a receber seu salário completo, esse trabalhador está constantemente “devendo” para seu empregador, sendo assim não pode abandonar o emprego a não ser que pague essa dívida, dívida essa que aumenta a cada refeição ou dia em que permanece na moradia oferecida, gerando uma reação em cadeia da qual o trabalhador raramente consegue sair por conta própria. Não raro também são encontradas crianças envolvidas com trabalhos escravos dos mais diversos tipos.

No setor de confecção a forma mais comum de aprisionamento do trabalhador é a apreensão de seus documentos, devido ao fato de que parte dos trabalhadores do setor, sobretudo na cidade de São Paulo, serem estrangeiros ou vindos de outros estados do país.

Esses estrangeiros saem de seus países de origem em busca de melhores condições de vida, condições essas muitas vezes relacionadas à possibilidade de encontrarem melhores condições de emprego, esses estrangeiros são, sobretudo, de origem latino-americana. Destes latino-americanos que vêm para o Brasil em busca de emprego os que sobressaltam devido à grande quantidade são os Bolivianos, há cerca de

7 mil bolivianos trabalhando de forma irregular nas oficinas de confecção têxtil na cidade de São Paulo.

Ao contrário do que idealizam ao deixarem seu país de origem fugindo da miséria e da fome, muitas vezes, o que encontram no Brasil são condições de trabalho precárias e sua liberdade cercada, em uma situação análoga à escravidão. De acordo com o artigo 149 do Código Penal, caracteriza um trabalho análogo a escravidão: condições degradantes de trabalho (incompatíveis com a dignidade humana, caracterizadas pela violação de direitos fundamentais coloquem em risco a saúde e a vida do trabalhador), jornada exaustiva (em que o trabalhador é submetido a esforço excessivo ou sobrecarga de trabalho que acarreta a danos à sua saúde ou risco de vida), trabalho forçado (manter a pessoa no serviço através de fraudes, isolamento geográfico, ameaças e violências físicas e psicológicas) e servidão por dívida (fazer o trabalhador contrair ilegalmente um débito e prendê-lo a ele). Os elementos podem vir juntos ou isoladamente.

O trabalho análogo à escravidão é então considerado como uma forma contemporânea de trabalho escravo.

A seguir apresentaremos reportagens retiradas de *sites* da *internet* onde podemos encontrar autuações de trabalho escravo em oficinas de confecção têxtil na cidade de São Paulo. Será possível perceber diversos elementos que remetem ao que já foi antes abordado sobre terceirização e precarização de trabalho.

Ao entrarmos no *site* do Repórter Brasil, ONG que possui como característica divulgação de casos que vão contra as leis trabalhistas, e digitarmos a palavra “trabalho escravo” na barra de procura é possível ver mais de 271 páginas cada uma contendo em média quatro notícias sobre o tema. Aqui serão apresentados apenas alguns dos casos verificados na cidade de São Paulo dentro do setor de confecção têxtil.

**Figura 1** – Brooksfeld Doona é flagrada utilizando trabalho escravo em sua confecção



Catálogo (à esquerda) mostra roupa com a mesma estampa encontrada na oficina (à direita). Foto: Montagem (Piero Locatelli e MTP5)

**Fonte:** Repórter Brasil, 2016.

A oficina encontrava-se localizada na zona leste da cidade de São Paulo. Na oficina em questão os trabalhadores trabalhavam mais de 12 horas por dia, durante os sete dias da semana e moravam no local de trabalho. A oficina encontrava-se em condições precárias, tanto no que se refere às instalações quanto à limpeza do local.

Na reportagem é mencionado que se tratava de uma situação de “quarteirização”, onde há a contratação de outra empresa pela empresa de terceirização contratada pelo grupo Via Veneto. Cada costureiro recebia em média R\$ 6,00 por peça produzida, enquanto nas lojas tal peça chegava a custar R\$ 690,00.

A marca que pertence ao grupo Via Veneto negou as acusações de uso de trabalho escravo na confecção de suas peças e até mesmo utilização de serviços terceirizados. No site do Repórter Brasil é possível também encontrar uma nota de esclarecimento da marca sobre o ocorrido.

**Figura 2** – Oficina têxtil da Casas Pernambucanas em condições de precarização



Em condições degradantes, oficina subcontratada pela Dorbyn era marcada por improvisos. Foto: Bianca Pyl

**Fonte:** Repórter Brasil, 2014.

A varejista Casas Pernambucanas, uma das maiores do país no ramo, foi condenada a pagar R\$ 2,5 milhões por exploração de trabalho em condições análogas à escravidão.

A oficina, localizada na cidade de São Paulo, encontrava-se em contratação terceirizada. Os trabalhadores tinham salários muito abaixo do piso estabelecido e ainda eram forçados a exercer servidão por dívida, onde as refeições deveriam ser pagas pelos trabalhadores. As oficinas encontravam-se ainda em condições degradantes.

As lojas Pernambucanas é caracterizada pelo comércio de peças de vestuário e acessórios com baixo preço, ao contrário da reportagem apresentada anteriormente, onde se tratava de uma grife com peças de preço alto. Vemos então que independente do custo final da peça, não será esse o critério que irá definir se sua produção foi feita de maneira precarizada ou não.

Muitas são as reportagens sobre trabalho análogo à escravidão encontradas no setor de confecção têxtil, o Repórter Brasil elaborou em 2009 uma lista contendo algumas das maiores marcas de roupas comercializadas no Brasil que se utilizaram desse tipo de trabalho.

Há movimentos para o boicote de marcas que se utilizam de trabalho escravo nas confecções de suas peças. Uma das formas que surgiram para isso é o aplicativo para

celular chamado Moda Livre que avalia a situação da cadeia produtiva das marcas de roupas. O aplicativo foi criado pela organização Repórter Brasil e traz um catálogo com nomes de grifes onde contém informações quanto ao respeito aos direitos trabalhistas exercidos pelas mesmas, através de informações retiradas do Ministério do Trabalho. A avaliação ocorre através de sinalizações, se determinada marca acompanha e fiscaliza sua cadeia produtiva e não possui histórico de uso de mão de obra escrava em suas produções, ela é sinalizada em verde; se a monitoração da sua cadeia produtiva é realizada, porém não de maneira suficiente ou se no passado já utilizou de mão de obra escrava, é sinalizada em amarelo; já se a marca não controla as condições de sua cadeia produtiva e já foi autuada por utiliza-se de mão de obra escrava, é sinalizada em vermelho.

O aplicativo é uma maneira de deixar o consumidor ciente da situação em que se encontra a marca da qual está fazendo uso ou pretende fazê-lo, apesar de não conter todas as marcas. Deve-se lembrar que a grande maioria dos consumidores ignora o fato de determinada marca utilizar mão de obra escrava em sua cadeia produtiva ou não tem ciência do fato.

A fim de mostrar o quanto o trabalho escravo ainda é realidade no setor de confecção têxtil, apresentaremos também os casos registrados na Lista de Transparência, ou Lista Suja.

Em 2014 o Supremo Tribunal Federal impediu que a lista atualizada fosse divulgada através de uma medida cautelar, porém foi revogada pela ministra Cármen Lúcia em maio de 2016.

A Lista de Transparência sobre o Trabalho Escravo Contemporâneo apresenta dados de empregadores que foram autuados por atividades que caracterizam trabalho análogo ao escravo, contendo os casos autuados entre abril de 2014 e 2016. A lista foi obtida através da LAI (Lei de Acesso à Informação) e está em sua quarta edição. Para sua elaboração foram compilados dados pelo Ministério do Trabalho sob pedido do Repórter Brasil e do InPACTO (Instituto do Pacto Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo) e divulgada pelo governo federal.

A lista tem por finalidade a transparência do setor empresarial e tornar pública as autuações realizadas, para que a sociedade tome ciência de que o trabalho escravo ainda é uma realidade no país.

Separamos da lista geral apenas os casos de trabalho escravo em oficinas de costura, bem como apenas as informações que interessam o presente trabalho e através da Tabela 2 é possível identificá-los.

**Tabela 2** – Casos autuados como trabalho escravo em oficinas têxteis

<b>ANO</b>	<b>UF</b>	<b>EMPREGADOR</b>	<b>ESTABELE- CIMENTO</b>	<b>DECISÃO ADMINISTR- ATIVA FINAL</b>	<b>TRABALHADO- RES ENVOLVIDOS</b>
2013	SP	Juan Edwin Mendoza Machicado Confecções ME	Oficina de costura - Av. Conceição, 2649, Jardim Japão, São Paulo/SP	26/05/2014	1
2013	SP	M5 Indústria e Comércio Ltda	Oficina de costura - Rua Cristina Tomás, 152, Bom Retiro, São Paulo/SP	20/09/2015	2
2013	SP	Distribuidora Sulamericana Importação e Exportação Ltda	Oficina de costura - Rua Cristina Tomás, 152, Bom Retiro, São Paulo/SP	08/10/2014	2
2014	SP	Unique Chic Confecções Ltda	Oficina de costura SNP Morocco - Rua Augusto César, 97, São Paulo/SP	23/03/2015	19
2014	SP	Confecções de Roupas Seiki Ltda	Oficina de costura - Rua Miller, 306, Brás, São Paulo/SP	25/03/2015	17
2014	SP	Guillermo Rivas Quispe	Oficina de costura - Rua Elisete Cardoso, 115, Parque Residencial Souza Campo, Itaquaquecetuba/SP	08/09/2015	14
2014	SP	M5 Indústria e Comércio Ltda	Oficina de costura - Rua Cardeiro, 51, Vila Santa Inês, São Paulo/SP	20/09/2015	6
2014	SP	Lojas Renner S/A	Oficina de costura - Rua Tucanos, 4, Jardim Labitary, São Paulo/SP	20/09/2015	37
2014	SP	As Marias Comércio de	Oficina de costura - Rua Rio Bonito,	28/09/2015	14



		Roupas Ltda	755/761/767, Brás, São Paulo/SP		
2015	SP	Handbook Store Confecções Ltda	Oficina de costura - Rua Cabocla, 11, Vila Paulistana. São Paulo/SP	29/02/2016	16

**Fonte:** Ministério do Trabalho/Organizado pela autora, 2016.

Através da Tabela 2 é possível notar que todas as oficinas de confecção têxtil autuadas por trabalho escravo estão localizadas no estado de São Paulo, sendo a maioria na capital do mesmo. É possível notar também que dentre as autuadas na cidade de São Paulo, a maioria delas estão localizadas nos bairros Brás e Bom Retiro, bairros vizinhos à área de estudo do presente trabalho, o bairro da Mooca. Através desses dados e de reportagens que relatam as autuações, é possível afirmar que o bairro do Brás e do Bom Retiro concentram as oficinas de confecção têxtil que usam de trabalho escravo na cidade de São Paulo. Podemos ver ainda que na Lista Suja constam nomes de grandes empresas do vestuário, como a Renner e a M. Officer, identificada como M5 Indústria e Comércio, ou seja, não é possível afirmar que essas oficinas serviam apenas o comércio local.

Vale destacar aqui que informações como CNPJ das empresas não foram utilizados para a organização da tabela acima por não ser de relevância para o presente trabalho, tendo sido ocultados e apresentados apenas os nomes das empresas, porém encontram-se disponíveis na lista original.

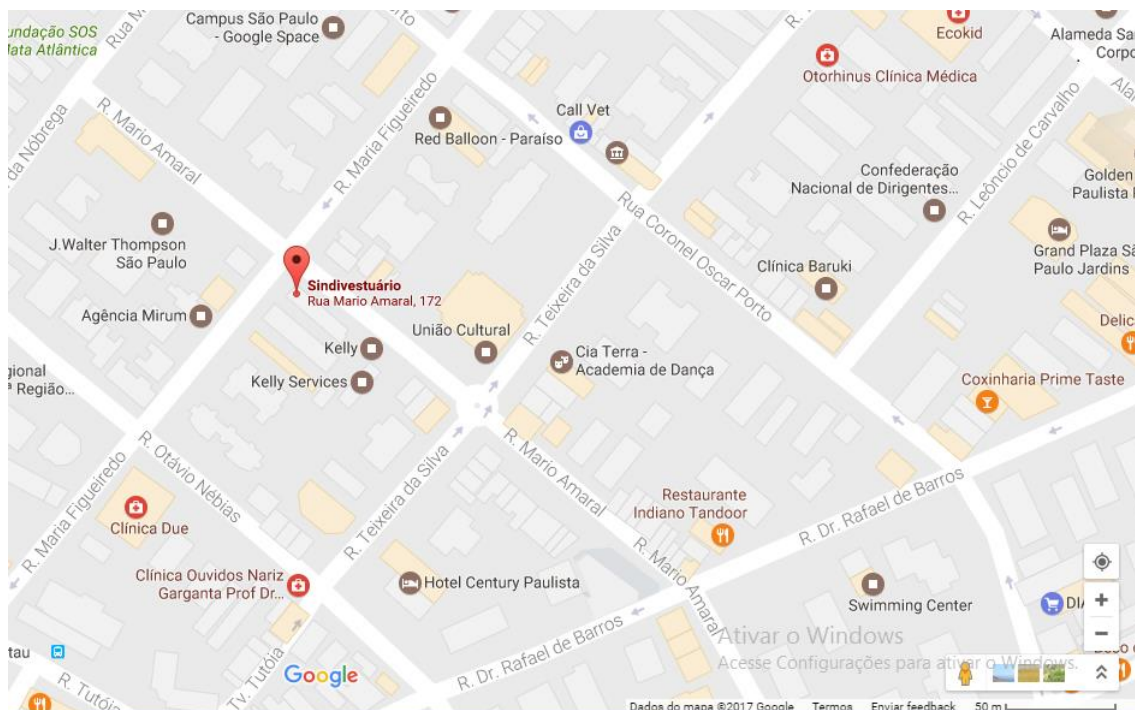
## 7. ENTREVISTA NO SINDIVESTURÁRIO

No momento de elaboração do projeto do presente trabalho, contava como um dos objetivos entrevistas em locais que pudessem trazer dados primários sobre o tema ao qual nos propomos estudar, porém, ao colocar como objetivo não era imaginado que seriam encontradas dificuldades e até mesmo resistência por parte desses locais para falar sobre o assunto. Ao longo do ano de desenvolvimento do trabalho, foram realizadas diversas tentativas de entrevistas com empresas de confecção, por exemplo, porém muitos deles não se mostraram abertos a nos receber ou responder nossas perguntas. Percebe-se a resistência até mesmo dos sindicatos em tratar de assuntos como precarização do trabalho e trabalho escravo, atitude contraditória quando se observa que a principal função dos sindicatos é zelar e garantir as boas condições de trabalho para os seus sindicalizados.

Diante de tantas dificuldades em agendar entrevistas, dentre todos os sindicatos onde houve a tentativa de aproximação, bem como com o Museu do Imigrante, foi possível a visita à um sindicato, onde foi realizada uma entrevista.

O sindicato em questão é o Sindivestuário, o Sindicato da Moda. O sindicato representa a união dos três sindicatos mais importantes da indústria do vestuário do país, representando o vestuário feminino e infante juvenil, o masculino e o de camisas para homens e roupas brancas. Ao todo representam 22 mil indústrias do vestuário que empregam 250 mil trabalhadores, e faturam, segundo informado no *site* do sindicato, mais de 14 bilhões de reais por ano, produzindo 2,6 bilhões de peças, somando assim, mais de 30% da produção nacional. Sendo assim, o Sindivestuário representa os três sindicatos do setor do estado de São Paulo, espalhados em mais de 400 municípios. Vale destacar que trata-se de um sindicato patronal.

**Imagem 1** – Localização do Sindivestuário em São Paulo



**Fonte:** Google Maps.

A entrevista foi marcada através de e-mail com a diretora Jurídica do Sindicato, Dra<sup>a</sup> Maria Thereza Pugliesi que gentilmente nos recebeu em seu escritório no dia 3 de agosto de 2016.

A entrevista tinha por finalidade entender o funcionamento do sindicato, sua atuação em casos de trabalho precário e aspectos conjunturais do setor têxtil. É possível encontrar as perguntas utilizadas para encaminhar a entrevista nos anexos (Anexo 1, p. 120) , nesse momento serão apresentadas as informações levantadas através da entrevista, sendo divididas em assuntos.

## PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Através da entrevista, a entrevistada nos informou que o sindicato atua de maneira preventiva, e não de maneira a fiscalizar no que tange a precarização do trabalho, cabendo apenas aos órgãos públicos as fiscalizações. A prevenção acontece através da elaboração de contratos para as empresas contratantes de serviços, sendo aconselhado por parte dos sindicatos que as empresas fiscalizem suas subcontratadas

quando for o caso, justamente para prevenir situações de precarização e até mesmo de trabalho escravo, devendo ser feito um contrato para cada coleção. O contrato individual para cada coleção muitas vezes não é feito, devido à dinâmica do mercado têxtil, com sua rápida rotação. A entrevistada aponta para as dificuldades que as empresas têm em fiscalizar as atividades de suas subcontratadas e devido essa dificuldade surge a ABVTEX que tem o papel de fiscalizar os grandes magazines.

A ABVTEX atua no âmbito da fiscalização, comparecendo uma vez por ano às indústrias têxteis das empresas por ela assistida, bem como as indústrias por essas empresas terceirizadas, que cobra (um alto preço, segundo a entrevistada) para realizar essas funções. Devido ao fato de essa fiscalização acontecer apenas uma vez por ano, as grandes empresas contratam outras auditoras fiscais para fiscalizar suas subcontratadas, a fim de garantir que essas permaneçam dentro das leis trabalhistas.

Sendo assim, o sindicato em questão, atua contra as formas precárias de trabalho no sentido de colaboração com o Ministério do Trabalho, fornecendo dados, ou outro órgão público, realizando palestras informativas para empresas que desejam se inserir no setor.

A entrevistada faz menção ainda ao fato de que os sindicatos assistem apenas as empresas formais, ou seja, as empresas informais que não estão dentro do cumprimento da lei, sequer possuem CNPJ, não existindo legalmente e não havendo formas de fiscalizá-las, quando se sabe da existência delas é no momento em que são autuadas, sendo essa a maior dificuldade ao trabalhar com o setor informal.

## A PRÁTICA DA TERCEIRIZAÇÃO

A prática de terceirização dificulta as fiscalizações, pois há muitas vezes até o que se chama de quarteirização, que se trata da contratação de outra empresa de terceirização por parte de uma terceirizada, sendo assim, faz-se uma trama que distancia cada vez mais a empresa “matriz” da contratação das condições em que seu produto é confeccionado. Esse distanciamento que acontece devido às práticas de terceirização, podem por vezes prejudicar a empresa que contrata esses serviços, pois caso aconteçam práticas ilegais no ambiente de trabalho dessa terceirizada que presta serviços à empresa, será a empresa contratante a responsável legalmente, inclusive será a mesma que arcará com a multa se vier a acontecer. Sendo assim, segundo a entrevistada, as empresas buscam prevenir que práticas que não estejam de acordo com as leis

trabalhistas aconteçam, ou deveriam prevenir, até mesmo devido ao alto valor das multas aplicadas para o descumprimento das leis trabalhistas, valor esse que dependendo do tamanho da empresa, pode até mesmo vir a obrigá-la a fechar as portas.

A entrevistada cita ainda o caso de uma pequena empresa, da qual não cita o nome, que recebeu uma multa de valor considerável, pois uma oficina terceirizada que prestava serviços para ela, localizada no município de Americana, São Paulo, foi autuada pelo ministério do trabalho devido ilegalidades (que a entrevistada não especificou) para com duas bolivianas que trabalhavam na oficina. Assim, a entrevistada confirma que a prática da terceirização, através da subcontratação de serviços, dificulta que as empresas estejam cientes das condições de trabalho dos funcionários terceirizados.

A terceirização das etapas de produção tendo se tornado uma tendência global, dificulta a ação dos sindicatos e dos órgãos responsáveis pelas fiscalizações, sendo assim, na opinião da entrevistada, não há como voltar atrás nessa prática, de maneira que ela não ocorra, pois apesar dos aspectos negativos que existem através dessa prática, a terceirização e a subcontratação de serviços, ajuda na melhora da qualidade dos produtos. A entrevista considera ainda que muitas pessoas deturpam a terceirização acreditando que essas atuam somente no sentido de exploração, generalizando a atitude de algumas terceirizadas para uma escala geral, considera ainda que o processo de terceirização e subcontratação é um processo com a finalidade de aprimorar os processos produtivos, e não os precarizar.

## O SETOR DO VESTUÁRIO E O PERFIL DO TRABALHADOR

Ao ser questionada sobre o perfil do trabalhador no setor, a entrevistada afirma que se tratam majoritariamente de mulheres, cerca de 90 %, contrariando o que os dados secundários já levantados para o presente trabalho nos apontam e confirmando o que foi encontrado nas literaturas, tendo essa porcentagem diminuído nos últimos anos, pois antes chegava a cerca de 98%. Ao longo dos anos em que a entrevistada trabalha no sindicato (24 anos), esta diz ter notado uma mudança no perfil dessas mulheres que trabalham no setor, sendo que no passado era comum mulheres “chefe de família”, que devido à ausência do marido assumia a responsabilidade financeira da família, família essa que era mais numerosa devido a quantidade de filhos, comparado aos tempos atuais. Diz-nos ainda sobre o interesse do trabalho no setor, que apesar de pagar mais do que outros ramos, ainda não tem tanta procura devido às condições de trabalho que um

ambiente fabril oferece. A faixa etária dessas mulheres aumentou antes o setor empregava mulheres mais jovens, atualmente as mulheres mais velhas são maioria no setor. Informação que também confirma os dados que foram levantados e apresentados anteriormente.

As costureiras da cidade de São Paulo (aqui são consideradas apenas do mercado formal assistidas pelo sindicato) contam além do salário médio de R\$ 1.500,00, com vale transporte obrigatório, auxílio creche para crianças de até 30 meses de idade, auxílio esse que não é o bastante para que seja possível pagar uma creche, sendo destinado, muitas vezes para o pagamento de algum parente que possa ficar com essa criança no período de trabalho da mãe. Já nas cidades do interior, os benefícios e valores podem sofrer alteração devido à diferença da convenção coletiva (instrumento que rege a relação de trabalho em questão e subsidia a CLT) que cada base do sindicato serve, sendo assim, as trabalhadoras do setor recebem cesta básica, diferentemente das trabalhadoras da cidade de São Paulo.

A entrevistada afirma que desde 2012 o setor sofre com o declínio da demanda de seus produtos, mudando as condições do setor do vestuário, apesar da baixa competitividade do mercado, não sendo afetado de maneira considerável pela abertura do comércio nacional e a importação de produtos da China, por exemplo. A produção de peças do vestuário de São Paulo é feita a fim de suprir tanto a demanda da própria cidade quanto de outras cidades e estados.

Ao ser questionada sobre quais são, no ponto de vista dela como inserida no meio há mais de duas décadas, os recursos que a cidade de São Paulo dispõe que faz dela um dos grandes polos de produção têxtil do Brasil, a entrevistada nos diz que há uma grande tradição de indústrias têxteis, tendo início, segundo ela, no início do século XX, quando muitas indústrias se estabeleceram na cidade, sendo a têxtil uma delas. Outra possibilidade que a entrevistada aponta é a intensa vinda de imigrantes para a cidade, que se estabeleceram aqui e passaram a desenvolver diversas atividades, com o exemplo da Família Matarazzo, família italiana com tradição da produção têxtil.

A autora Juliana Colli (2000) apresenta que por interesses políticos e sindicais o setor de confecção têxtil foi excluído da cadeia de produção têxtil geral, gerando assim, dois tipos de sindicato para o mesmo segmento, a partir dessa informação foi solicitado que a entrevistada comentasse essa separação. Segundo a entrevistada, o que é de conhecimento da mesma, é que o setor de confecção têxtil possui necessidades

particulares, sendo assim, necessitava de uma representação própria que desse atenção a essas necessidades.

Entrando no assunto sobre os bolivianos que trabalham nessas oficinas clandestinas, a entrevistada informa que quando estes chegam até o sindicato é exigido sua documentação a fim de comprovar se sua entrada no país aconteceu de maneira legal.

#### CONCLUSÃO A PARTIR DA ENTREVISTA

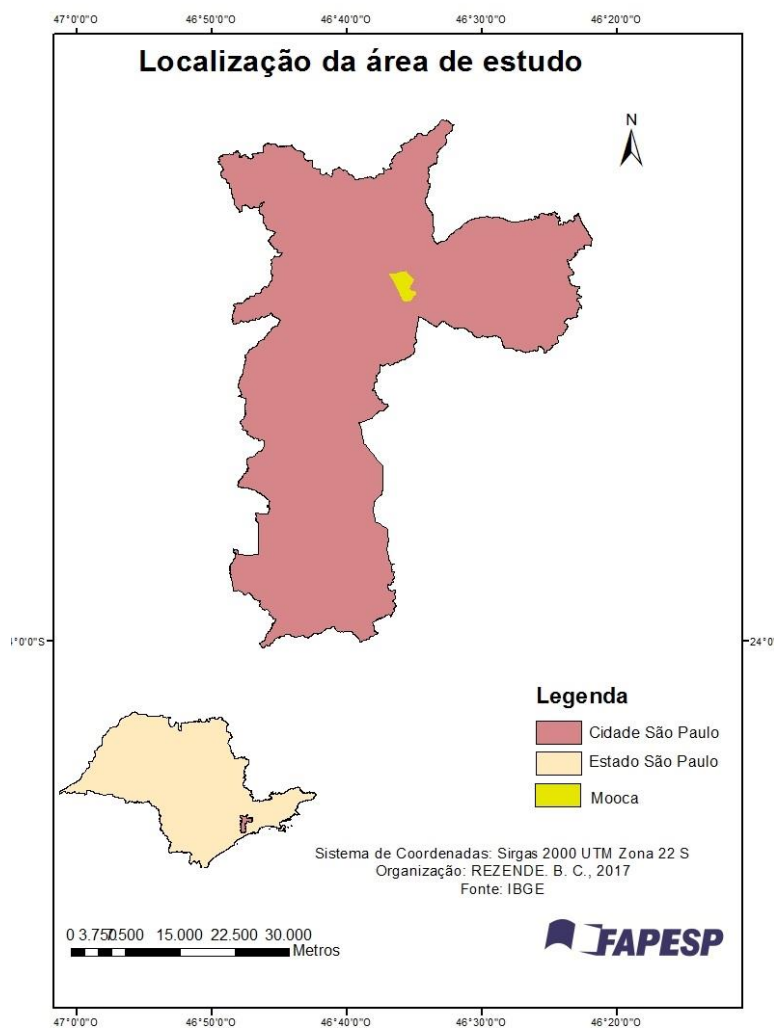
Através da entrevista realizada no Sindivestuário foi possível compreender a dificuldade que os sindicatos possuem quando se trata de precarização do trabalho ou até mesmo trabalho escravo, pois não faz parte das suas ações a fiscalização das indústrias ou oficinas, ficando a encargo de outros órgãos ou associações, como a ABVTEX, porém essa fiscalização não é constante. Assim como no estudo desses ambientes de produção irregulares ou ilegais, a fiscalização dos mesmos se torna complicada, pois estes não possuem registros e não existem legalmente, sendo assim só é possível a fiscalização através de denúncias.

No que tange a prática de terceirização, fica claro que a garantia de que, na visão da entrevistada, a empresa de terceirização cumpra com as leis trabalhistas acontece através de contratos elaborados pelos sindicatos, porém esses contratos não são feitos com a regularidade que deveriam, ou seja, a cada coleção, por exemplo. Para a entrevistada as empresas que se utilizam da terceirização tem grande atenção para com essas, pois caso haja irregularidades é a empresa contratante que responde tanto judicialmente quanto no pagamento das multas estipuladas. Porém, vale lembrar que esse valor pago em multas pode ser alto quando se trata de pequenas e médias empresas, no caso de grandes empresas e multinacionais, esses valores chegam a ser irrisórios comparados ao lucro que essas têm. Cabe de destaque o fato de se tratar de um sindicato patronal, tendo durante a entrevista ficado claro em diversos momentos, alguns posicionamentos de cunho neoliberal.

## 8. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: O BAIRRO MOOCA

O bairro da Mooca, localizado na zona Leste da cidade de São Paulo, surgiu através da intensa ocupação de italianos que ainda residem no bairro. Ao andar pelo bairro ainda é possível observar muitas características da cultura italiana que persiste no mesmo, através das arquiteturas das casas, dos restaurantes, dos nomes dos estabelecimentos entre outras peculiaridades. A Mooca possui hoje uma área de 7,70 km<sup>2</sup>, com uma população de 75.724 moradores (Censo 2010) e densidade demográfica de 9.834 habitantes por km<sup>2</sup>.

**Imagem 2** – Mapa de localização do bairro da Mooca



Fonte: IBGE/Elaborado pela autora.



Segundo o *site* da subprefeitura da Mooca, os primeiros registros do bairro datam de 1556, onde a governança de Santo André de Borda do Campo convocou pessoas para a construção da ponte do rio Tamanduateí, que ligava a Zona Leste a Sé. Com a construção da ponte, houve o adensamento populacional ao lado Leste da mesma, que fundaram o bairro.

O surgimento do bairro não está desconectado com o surgimento da própria cidade de São Paulo, tendo passado pelos mesmos processos de transformações, sobretudo no final do século XIX e início do século XX. A instalação de duas ferrovias na Zona Leste, uma em 1868, chamada São Paulo Railway que ligava a cidade de São Paulo ao porto de Santos, e em 1875, a Estrada de Ferro do Norte, que ligava São Paulo ao Rio de Janeiro contribui para o processo de urbanização dos bairros dessa parte da cidade, principalmente os bairros Belém e Mooca que passaram a residir fábricas atraídas pela proximidade com a linha férrea que facilitava o escoamento do que era ali fabricado.

Para compor a mão de obra das indústrias que ali se instalaram, eram trazidos imigrantes que chegavam ao porto de Santos e encaminhados para a Casa da Imigração, que é hoje o Museu dos Imigrantes. Como na maioria dos processos urbanos que aconteceram no Brasil, os trabalhadores imigrantes trazidos para trabalhar nessas indústrias passaram a residir próximos ao seu local de trabalho, criando, com o passar do tempo, as feições de bairro, aumentando a população e construindo o comércio local.

### **8.1 Histórico têxtil**

Nesse momento em que as indústrias, incentivadas pela proximidade da linha férrea, se instalam na Zona Leste, inclusive no bairro da Mooca, onde dentre essas indústrias estão também as do setor têxtil. Quando se trata do bairro da Mooca e do seu passado com a indústria têxtil, um nome se destaca o de Rodolfo Crespi que em 1896 fundou sua tecelagem no Cotonofício e Lanifício Rodolfo Crespi, considerada a maior tecelagem de São Paulo, tendo sido considerada até mesmo a maior indústria da América Latina.

**Imagem 3** – Cotonofício Rodolfo Crespi

**Fonte:** REZENDE, B. C. 2017.

O Cotonofício foi fundado por Rodolfo Crespi, imigrante vindo de Busto Arsizio, região de Lombardia, na Itália, região de tradição fabril. Ao chegar ao Brasil, em 1890, foi empregado em uma malharia em São Paulo, onde algum tempo depois passou a ser sócio e em seguida dono, ao expandir os negócios fundou o cotonofício, inaugurado em 1897. O cotonofício era fábrica de fiação, tecelagem, tinturaria e malharia, que funcionava 24 horas por dia.

Durante a Revolução de 1924, a Revolta Paulista, o cotonofício foi atingido durante os bombardeios das forças federais, e assim, forçado a parar sua produção. Devido à obsolescência de seu maquinário, a fábrica enfrentou dificuldades na década de 1950 até que em 1963 fechou suas portas.

Após o encerramento das atividades fabris têxteis o edifício permaneceu fechado durante algum tempo e posteriormente passou a ser alugado para atividades diversas que acabaram por deteriorar suas estruturas. Devido a ameaças de demolir o edifício, os moradores do Bairro da Mooca se organizaram para evitar tal demolição.

A movimentação dos moradores surtiu efeito e o edifício, ao invés de ser demolido, foi alugado em 2003 para o grupo Pão de Açúcar, que atendendo às reivindicações dos moradores mantiveram a fachada do mesmo. A conservação do

edifício feita pelo grupo Pão de Açúcar gerou novamente conflito com os moradores mais engajados na causa, pois apenas a fachada do edifício fora conservada, tendo sido o seu interior totalmente modificado para abrigar o supermercado. As obras realizadas custaram ao grupo cerca de 20 milhões de reais, tamanho era o comprometimento das estruturas do edifício e as mudanças necessárias para abrigar o supermercado.

Durante o trabalho de campo realizado no bairro da Mooca, como parte das atividades da presente pesquisa, visitou-se o cotonofício que é hoje uma unidade da rede Extra de supermercados. A visita tinha a intensão de observar o interior do edifício a fim de verificar se haveria algum registro do passado do cotonofício. Após percorrer o supermercado e não encontrar nenhum indício do passado têxtil do edifício, encontrou-se em uma parte isolada e de nenhum acesso, quadros com fotos e pequenos parágrafos contando brevemente a história do Cotonofício Rodolfo Crespi, trata-se, além da fachada, do único resquício do que um dia fora a maior fábrica da América Latina.

Ao visitar o bairro da Mooca ficou claro que ainda há ali resquícios do passado têxtil, sendo possível encontrar no bairro muitos ateliês tradicionais de costura, bem como pequenas lojas de fabricação própria. Falaremos mais adiante das oficinas têxteis presentes no bairro.

As rugosidades que permaneceram ali, os galpões indústrias abandonados, localizados principalmente próximos à estação de trem, sinalizam as características já apresentadas por Santos & Silveira (2000) do desenvolvimento urbano e industrial das regiões, como mostra a Imagem 4, fotografia tirada de dentro da estação de trem da CPTM, estação Mooca, onde é possível encontrar, de ambos os lados ao longo da linha férrea, ao se aproximar do bairro da Mooca, edificações semelhantes a esta.

**Imagem 4** – Galpão industrial localizado no bairro da Mooca



**Fonte:** REZENDE, B. C. 2017.

## **8.2 As oficinas de confecção têxtil no bairro da Mooca**

A fim de analisar as oficinas de confecção localizadas no bairro, bem como suas condições e características, foram levantadas 12 oficinas através do Google, ficando claro que se tratam apenas das oficinas registradas na plataforma *on-line*, não sendo, necessariamente, as únicas oficinas do bairro.

LORSA JEANS: A primeira oficina visitada é da marca Lorsa Jeans, de fabricação própria e possui cinco lojas, sendo quatro na cidade de São Paulo, na Mooca (matriz), Moema, Bela Vista e Vila Nova Conceição, e uma loja em Avaré, interior de São Paulo. Segundo o *site* da empresa, a mesma foi criada em 1981 no bairro da Mooca, onde ainda

mantém seu escritório central. A empresa afirma possuir certificado da ABVTEX (Associação Brasileira do Varejo Têxtil) que tem por objetivo monitorar os fornecedores dos varejistas quanto às boas práticas de responsabilidade social e relações de trabalho. No *site* a empresa afirma ainda manter os terceirizados dentro do cumprimento das leis do fornecimento, bem como é comprometida com o Pacto Nacional pela Erradicação do trabalho escravo e infantil.

Em visita ao endereço indicado pelo Google, foi possível observar a loja e uma oficina que se encontra sobre e nos fundos da mesma, porém não é possível ter nenhuma visão da oficina em si, apenas do prédio. Ao visitar a loja, foi possível saber através de uma vendedora que a oficina localizada nas mesmas dependências realizava apenas o acabamento nas peças (arremates, prega de botões, etc.), sendo a confecção realizada em Avaré.

F&L CONFECÇÕES: A marca não possui nenhum *site* onde seja possível ter acesso a informações sobre a mesma, a busca por sua razão social no Google indica apenas alguns *sites* de compras de uniformes, onde também não é possível ter melhores informações.

O endereço que consta no Google nos levou até um prédio de aparência deteriorada, sem letreiro ou algo que indique do que se trata. Durante os minutos em que o prédio foi observado pode-se notar a entrada e saída de algumas pessoas por uma pequena porta supervisionada por um homem. Devido às janelas estarem todas encobertas não foi possível identificar que tipo de atividade era desenvolvida ali.

AQUA BEACH CONFECÇÕES: A busca na internet pela razão social não indica nenhum *site* da empresa, apenas o registro no CNPJ.info, que informa se tratar de uma confecção de peças de vestuário, tanto masculino, feminino e infantil, atendendo lojas de grife e encomendas sob medida, produzindo todos os tipos de peça, exceto roupas íntimas.

Em tentativa de visita a oficina, foi encontrado um galpão de portas fechadas, sem letreiro. Ao questionar sobre do que se tratava o galpão, uma vizinha informou que há muito tempo a Aqua Beach Confecções não está instalada no galpão, que hoje o galpão abriga algum tipo de fabricação que ela não sabe especificar, pois opera sempre a portas fechadas.

EM NOME DA MODA CONFECÇÕES: As buscas na internet pelo nome de empresa indicam apenas páginas de busca, não havendo então nenhuma informação relevante sobre a mesma.

O endereço encontrado, que seria da empresa, abriga algum tipo de firma, que os vizinhos, aos serem questionados, não souberam explicar do que se tratava. A fachada indica que há ali alguma atividade industrial, porém também não é possível identificar do que se trata.

KUSTON CONFECÇÕES: Mais uma vez, não há *sites* ou páginas da marca na internet, apenas o registro do nome da empresa na plataforma CNPJ.info. Segundo a plataforma, trata-se de um comércio varejista do vestuário e acessórios dirigidas principalmente aos consumidores finais, os usuários das peças, bem como para pequenos comerciantes e ambulantes. O endereço registrado indica para uma residência, não havendo indícios de tratar-se de uma oficina de confecções ou mesmo do escritório da empresa.

BOJOTEX: A empresa também não possui páginas ou *site* na internet, apenas registro no CNPJ.info que informa apenas tratar-se de uma empresa de confecção e facção de peças de vestuário, sendo confeccionadas tanto por indústrias quanto por costureiras que servem a empresa, podendo aqui ser utilizado o trabalho domiciliar dessas costureiras. No endereço indicado não foi possível encontrar nenhuma oficina de confecção ou algo do setor têxtil.

FAGIANI – O *site* da empresa indica que a Faginani Confecções de Roupas utiliza como marca o nome Stradaly Jeans, sem maiores informações exceto por fotos da fachada da loja, endereço, telefone, e um redirecionamento para outro *site* em que é possível encontrar fotos das peças.

Ao visitar o endereço encontrado no Google, foi possível ver duas das três lojas, que uma vendedora informou que a empresa possui. A oficina de confecções se encontra nos fundos da loja, porém não é possível ter nenhuma visão da mesma.

WALK: Não há *site* da loja, apenas registro da mesma em *sites* de busca. Ao visitar o endereço é possível ver uma oficina sobre a loja, porém sem ser possível a observação de maiores detalhes.

TUTTI-TANTO: Segundo o *site* da empresa, a mesma foi fundada em 1978, confecciona roupas e acessórios para homens. No endereço da oficina há um grande

prédio totalmente fechado, inclusive com cortinas nas janelas, não deixando possível visualizar o interior do edifício.

CAMISARIA TEX: Na internet, as buscas indicam o nome relacionado apenas a *sites* de busca informando endereço e telefone. No endereço não há lojas ou oficinas têxteis, mas sim uma concessionária.

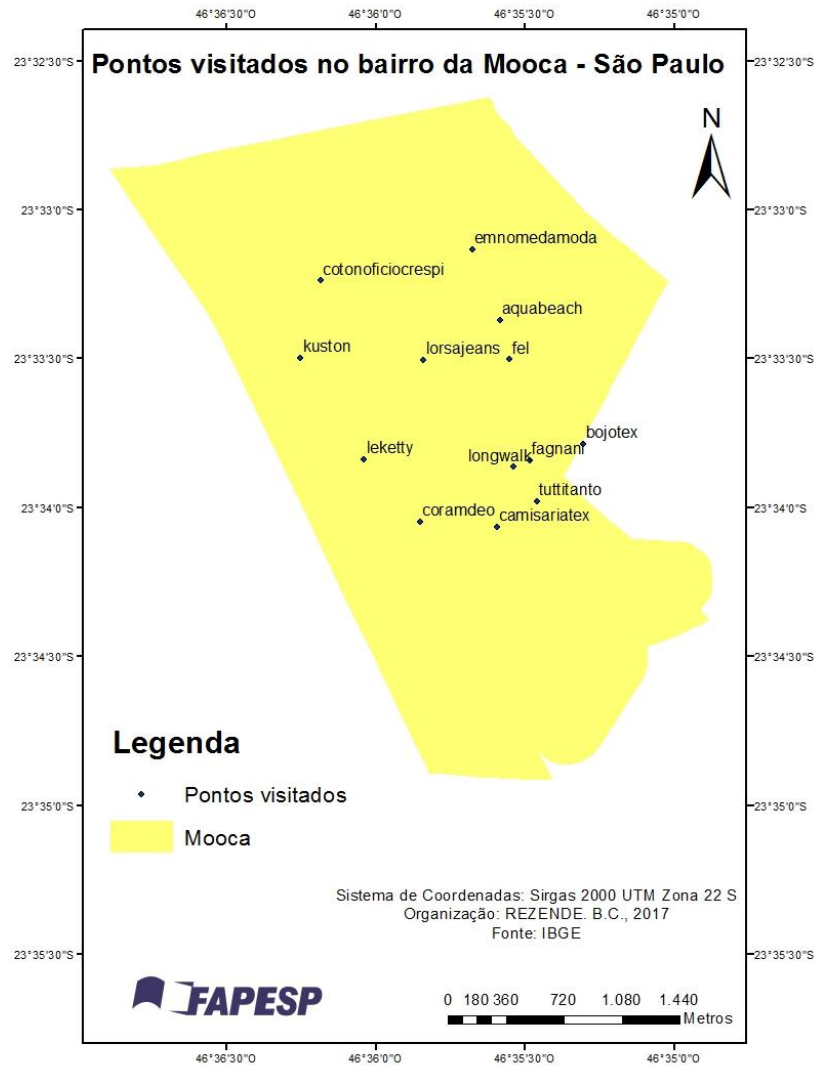
CORANDEO: Segundo buscas pela internet, a oficina de confecção se encontra no bairro Bom Retiro, vizinho à Mooca. Em visita ao endereço localizado no bairro da Mooca constatou-se que não há nenhuma atividade comercial ou industrial no local.

LEKETTY: O *site* da empresa Leketty Alfaiataria encontra-se em desenvolvimento. Em visita às instalações da empresa encontramos um prédio fechado, sem letreiro que indique do que se trata.

As visitas às oficinas de confecção do bairro da Mooca foram realizadas visando à certificação da existência e condições das mesmas. Como relatado, muitas das oficinas indicadas pelo Google já não se encontram instaladas no endereço informado e outra parte opera em prédios sem fachada ou algo que indique a relação do local com a empresa. Em conversa anterior ao trabalho de campo tida com o orientador da presente pesquisa, verificou-se que seria melhor apenas a observação dessas oficinas, sem a tentativa de um contato com maior profundidade. Em mais de uma ocasião, ao entrar nas lojas que ficam na frente das oficinas, percebeu-se o desconforto das vendedoras ao serem questionadas sobre a fabricação das peças. Sendo assim, a observação das oficinas foi feita de maneira superficial, sendo possível tirar apenas conclusões superficiais.

Fica clara a tendência de oficinas de confecção têxtil no mesmo prédio das lojas, tratando-se por vezes de microempresas e em outras de apenas uma parte do processo produtivo, como no caso da primeira oficina visitada, a Lorsa Jeans, que apesar de aparentar se tratar de uma empresa média, flexibiliza sua produção, onde parte dela acontece em Avaré e parte em São Paulo, na Mooca.

**Imagem 5** – Mapa de localização dos pontos visitados, oficinas de confecção têxtil Cotonofício Rodolfo Crespi



Fonte: IBGE/Elaborado pela autora.



## CONCLUSÃO

Através dos levantamentos realizados, sobretudo bibliográficos, foi possível compreender as dinâmicas que levaram ao que encontramos como realidade na nossa sociedade hodiernamente.

Ao longo das leituras realizadas, dialogando com diferentes autores, concluímos que a acumulação flexível, implementada pós-fordismo, acarretou em uma mudança estrutural no que diz respeito a diversos aspectos sociais. É nesse momento que é possível ver o aumento do consumismo, novas formas de trabalho e relações trabalhistas surgindo, como por exemplo, formas primárias de terceirização que iram sofrer evoluções até atingir a forma como desenvolverão para as formas hodiernas.

Através de leituras sobre a temática do neoliberalismo, foi possível a compreensão do momento político em que houve as mudanças no escopo industrial brasileiro, bem como no mercado de trabalho, tendo o governo neoliberal contribuído para tais mudanças, levando ao quadro de precarização que desde então apenas se intensifica.

No decorrer do desenvolvimento do presente trabalho foi possível compreender que as territorialidades dos setores industriais no Brasil, inclusive o têxtil, se deram através das dinâmicas capitalistas, onde estas atuaram de maneira à desterritorializar e reterritorializar de maneira que o espaço melhor pudesse lhe servir, assim o capital age como principal agente formador do espaço, não tendo acontecido diferente no bairro da Mooca

O trabalho teve como proposta analisar esses cenários e dinâmicas sob a ótica da globalização, compreendendo que diversos fatores fundamentais para que chegássemos ao cenário de hoje, foram possíveis graças à, sobretudo, os avanços tecnológicos informacionais que esta proporcionou nos últimos dois séculos. Dessa forma, utilizando-se de adventos da globalização, como a rápida troca de informações, bem como de políticas neoliberais, a indústria brasileira passou pela reestruturação industrial, que tinha como principal objetivo tonar o país competitivo ao se lançar no mercado global.

O que Milton Santos (2001) nos apresenta como a globalização como perversidade também é possível ver, sobretudo, nas relações de trabalho que surgiram

como o trabalho precário e o trabalho análogo à escravidão. Podemos traçar os caminhos que culminaram nessa consequência perversa da globalização.

No que tange a reestruturação produtiva, que já mostrava indícios em 1970 e seu ápice em 1990, a implementação de maquinários tecnológicos informatizados, mostrou que o proletariado brasileiro não estava qualificado o bastante para manusear tais equipamentos, sendo assim, muitos trabalhadores foram demitidos se somando a uma massa de desempregados que se constituía, sobretudo, no exército industrial de reserva, parte da fórmula necessária para acontecer a precarização do trabalho. A fim de contornar tal situação que prejudicava, sobretudo a economia, pois não haviam trabalhadores com a qualificação que o novo mercado de trabalho exigia, houveram mudanças no sistema educacional do país, onde foi implantado o ensino técnico com base em uma pedagogia tecnicista que preparava os alunos para o mercado de trabalho, os tornando qualificados e competitivos.

Sendo o exército industrial de reserva, outro integrante da fórmula necessária para gerar a precarização do trabalho – precarização essa que se mostrou necessária para que o capitalismo se mantenha –saudável” – o trabalhador empregado aceitará mais facilmente as condições precárias de trabalho a ele impostas devido à existência de uma grande quantidade de trabalhadores desempregados aptas a ocupar seu cargo.

Já no que tange as políticas neoliberais e a abertura para o mercado externo, estas aliadas aos adventos da globalização, incentivaram a instalação de multinacionais no Brasil, que tendo o capitalismo como sua forma de produção e acumulação, utilizou deste para manipular o espaço de maneira que lhe seja mais benéfico, contando com o apoio tanto do Estado quanto das governanças locais. Estas multinacionais são então a materialização das dinâmicas de desterritorialização e reterritorialização do capitalismo.

Fundada na intenção de otimizar o setor produtivo, a cada vez mais crescente adoção da terceirização e formas de subcontratação, retira das empresas a ocupação com a cadeia produtiva, deixando-as livre para investir no real motivo de seu lucro, o *marketing* de seus produtos, responsável por incitar o consumismo na sociedade e aumentar a demanda de produção.

A terceirização, porém, além de separar a cadeia produtiva das empresas é a principal causa da precarização do trabalho e das ocorrências de trabalho análogo a escravidão, pois uma vez que afasta a cadeia produtiva da empresa, essa passa a não

mais ter ciência das condições em que são feitos seus produtos. No caso de grandes empresas e multinacionais, o grande lucro gerado através da minimização com os gastos na produção, pode acabar por compensar a multa que deverá pagar caso suas terceirizadas sejam autuadas por alguma irregularidade.

Foi possível verificar também que o setor de confecção têxtil no Brasil é um dos que mais apresentam casos de trabalho análogo à escravidão, que isso ocorre em nome do maior lucro para as empresas, onde as mesmas se utilizam de meios como a terceirização para cometerem tal crime.

No caso do município de São Paulo, é possível concluir que a cidade ofereceu, e ainda oferece, as condições ideais para que indústrias do setor têxtil, bem como demais setores, se estabeleçam ali, tendo como principais vantagens a grande quantidade de escoadores de produtos de fluxo rápido e grande quantidade de mão de obra qualificada ou não. Apesar de não mais ser o polo têxtil que já fora um dia, a cidade ainda abriga a maior parte das centrais de distribuição, bem como dos escritórios das grandes empresas e multinacionais, uma vez que devido à flexibilização da produção, os setores de produção se fragmentaram e se instalaram em demais cidades ou estados que lhes fornecem melhores condições de produção.

O bairro da Mooca, tendo sido um dos principais locais no município de São Paulo a abrigar o setor têxtil, ainda possui parte desse seu passado, não apenas através dos grandes galpões abandonados que se tornaram rugosidades na paisagem, ou foram destinados a outras atividades - sendo o maior exemplo o Cotonofício Rodolfo Crespi, que um dia já fora a maior indústria da América Latina e hoje abriga um supermercado - mas também ao notar-se que essa tradição ainda permanece ali, mesmo que de maneira bem menos significativa para o bairro, mas é possível encontra-la, através dos ateliês de costura que ainda se encontram em considerável quantidade, das muitas oficinas têxteis que suprem tanto as demandas do próprio bairro como também de outros bairros do município, e lojas de confecção própria.

Portanto, podemos concluir que a cidade de São Paulo representa a cadeia têxtil nacional e que nela é possível identificar as dinâmicas territoriais que permitiram que houvesse ali a instalação de inúmeros complexos industriais e empresariais, usufruindo das vantagens tanto territoriais como políticas e sociais da cidade.

Podemos concluir também que o bairro da Mooca ainda abriga uma quantidade considerável de oficinas de confecção têxtil, estando algumas visivelmente funcionando de maneira regular, já outras não apresentam as características que seja possível tal afirmação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. **Trabalho e sindicalismo no Brasil dos anos 2000: dilemas da era neoliberal**. In: ANTUNES, Ricardo (org.). Riqueza e miséria no trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, **2006**.

ALVES, Maria Aparecida & TAVARES, Maria Augusta. **A dupla face da informalidade do trabalho: “Autonomia” ou precarização**. In: ANTUNES, Ricardo (org.). Riqueza e miséria no trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, **2006**.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho: ensaios sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho**. SP: Cortez, **1995**.

ANTUNES, Ricardo. **A era da informartização e a época da informalização: Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. In: ANTUNES, Ricardo (org.) Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, **2006**, p. 15-25.

ANTUNES, Ricardo & ALVEZ, Giovanni. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Campinas: Educ. Soc. **2004**.

BOITO JR., Armando. **Política neoliberal e o sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã Editora, **1999**.

CARVALHAL Marcelo Dornelis. **A dimensão territorializante da qualificação profissional em São Paulo: a ação dos sindicatos**. **2004**, 347f. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Estadual Paulista - Presidente Prudente.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 4ª. Ed. SP: Paz e Terra, **2000**.

COLLI, Juliana. **A Trama da Terceirização**. SP: Editora da Unicamp, **2000**.

FERNANDES, Juliana Critina da Costa et. al. **A trajetória da educação profissional no Brasil: das escolas de aprendizes artífices à criação dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia**. [ano desconhecido].

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, **2004**.

HARVEY. David, **A Produção capitalista do espaço**. São Paulo: Anablume, **2005**.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. SP: Loyola, **2008**.

JINKINGS, Isabella & AMORIN, Elaine R. A. **Produção e desregulamentação na indústria têxtil e de confecção.** In: ANTUNES, Ricardo (org.) Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, **2006**, p. 337-387.

MARTINELLI, Flávia & SCHOENBERGER, Érica. **Os oligopólios estão de boa saúde, obrigado!** In: BENKO, Georges & LIPIETZ, Alain. As regiões ganhadoras – Distritos e redes: os novos paradigmas da Geografia económica. Oeiras/Portugal: Celta, **1994**, p. 103-119.

MÉSZÁROS, István. **Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda.** In: ANTUNES, Ricardo (org.) Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, **2006**, p. 27-44.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Lista de Transparência.** 2016.

MONTEIRO FILHA, D. C. M. & CORRÊA, A. **Complexo têxtil, 2002.**

POCHMANN, Márcio. **Desemprego no Brasil.** In: ANTUNES, Ricardo (org.) Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, **2006**, p. 59-73.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, **2001.**

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** RJ: Record, **2001.**

SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil. Território e Sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, **2000.**

VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade: Elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista.** In: ANTUNES, Ricardo (org.) Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, **2006**, p. 45-57.

VILAR, Daiane Luiza Farias et. al. **A indústria têxtil e de confecções e desenvolvimento regional.** Campina Grande, **2014.**

## **ENDEREÇOS ELETRÔNICOS**

ABVTEX. Disponível em: <http://www.abvtex.org.br/>. Acessado em: 30 de janeiro de 2017.

BRASIL DE FATO. **App “Moda Livre”**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/04/26/app-moda-livre-que-denuncia-marcas-de-roupas-inclui-25-grifes-em-nova-atualizacao/>. Acessado em 09 de julho de 2016

CIDADE DE SÃO PAULO. **Mooca**. Disponível em: <http://www.cidadedesaopaulo.com/sp/br/o-que-visitar/atrativos/pontos-turisticos/1420-mooca>. Acessado em: 18 de janeiro de 2017.

ENCONTRA SP. **História da Mooca**. Disponível em: <http://www.encontramooca.com.br/mooca/historia-da-mooca.shtml>. Acessado em 18 de janeiro de 2017.

FIESP. **O desconhecido contrato “part-time”**. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/sindimilho/noticias/o-desconhecido-contrato-part-time>. Acessado em 08 de julho de 2016.

FAGNANI **CONFECÇÃO DE ROUPAS**. Disponível em: <http://www.amocatem.com.br/stradaly1.html>. Acessado em: 30 de janeiro de 2017.

GUIA TRABALHISTA. **Serviços Terceirizados – Caracterização**. Disponível em: <http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/clientes/terceirizados.htm>. Acessado em 08 de julho de 2016.

IBGE. **Geociências**. Disponível em: [http://downloads.ibge.gov.br/downloads\\_geociencias.htm](http://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm). Acessado em: 03 de fevereiro de 2017.

LEKETTY. Disponível em: <http://www.leketty.com.br/>. Acessado em: 30 de janeiro de 2017.

LORSA **JEANS. Nossa história**. Disponível em: <https://www.lorsamodas.com/historia>. Acessado em: 30 de janeiro de 2017.

REPÓRTER BRASIL. **Brookfield Donna flagrada com trabalho escravo**. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2016/06/brookfield-donna-marca-da-via-veneto-e-flagrada-com-trabalho-escravo/>. Acessado em 09 de julho de 2016.

REPÓRTER BRASIL. **Casas Pernambucanas condenada a multa**. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2014/12/casas-pernambucanas-e-condenada-a-multa-de-r-25-milhoes-por-trabalho-escravo/>. Acessado em 09 de julho de 2016.

REPÓRTER BRASIL. **As marcas da moda flagradas com trabalho escravo.** Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2012/07/especial-flagrantes-de-trabalho-escravo-na-industria-textil-no-brasil/>. Acessado em 09 de julho 2016

PREFEITURA REGIONAL MOOCA. **Histórico da Mooca.** Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/regionais/mooca/historico/index.php?p=435>. Acessado em: 18 de janeiro de 2017.

REPÓRTER BRASIL. **“Lista de Transparência” traz 349 nomes flagrados por trabalho escravo.** Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2016/06/lista-de-transparencia-traz-349-nomes-flagrados-por-trabalho-escravo/>. Acessado em: 4 de fevereiro de 2017.

RAIS. **RAIS Estabelecimentos & RAIS Vínculos.** Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>.

SAUDOSA MOOCA. **História da Mooca.** Disponível em: <https://moocasaudosamooca.wordpress.com/historia-da-mooca/>. Acessado em: 18 de janeiro de 2017.

SEADE. **IMP, Informações dos Municípios Paulistas.** Acessado em: <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/>.

\_\_\_\_\_. **Tecelagem Cotonofício Crespi.** Disponível em: <http://www.stavale.com/acervo/tecelagem.htm>. Acessado em: 18 de janeiro de 2017

TUTTI-TANTO. Disponível em: <http://www.tuttitanto.com.br/lojas>. Acessado em: 30 de janeiro de 2017.



## ANEXO

### Anexo 1 – Perguntas utilizadas na entrevista realizada no Sindivesturário

#### QUESTIONÁRIO

- 1) O sindicato abrange todos os setores da produção têxtil?
- 2) Como o sindicato atua para garantir que não haja precarização no trabalho dos sindicalizados? Como se dá a fiscalização?
- 3) A terceirização no setor dificulta o trabalho dos sindicatos? De que maneira?
- 4) Há um perfil de trabalhadores no setor de confecção têxtil (escolaridade, sexo, idade)?
- 5) No caso de São Paulo, o que é produzido pelas oficinas é para suprir a demanda local?
- 6) Quais são os principais recursos que a cidade de São Paulo possui para atrair indústrias e oficinas têxteis?
- 7) A rotatividade de trabalhadores é alta no seguimento têxtil?
- 8) Fala-se nas literaturas sobre uma tendência do mercado de trabalho de diminuir o número de trabalhadores centrais e passar a empregar, cada vez mais, uma força de trabalho que é empregada com mais facilidade e também dispensada com a mesma facilidade e sem maiores custos. É possível confirmar essa tendência? No que isso afeta os trabalhadores e o mercado?
- 9) É do conhecimento dos sindicatos a existência de oficinas clandestinas na cidade? É tomada alguma providência quando isso ocorre?
- 10) Em uma literatura foi possível encontrar a informação de que o setor de confecção têxtil foi excluído da cadeia de produção têxtil geral, gerando assim dois tipos de sindicatos para o seguimento têxtil. É possível comentar essa informação?
- 11) O setor de confecção têxtil no Brasil é um dos setores com mais casos de trabalho análogo a escravidão. Com base nisso, qual a postura dos sindicatos do setor?